UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

DESCAMINHOS NARRATIVOS: Estudo dos romances *O sol dos trópicos* e *O velo d’oiro*, de Henrique Galvão e *o Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes.

Jeane de Cássia Nascimento Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

São Paulo
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

DESCAMINHOS NARRATIVOS: Estudo dos romances *O sol dos trópicos* e *O velo d'oiro*, de Henrique Galvão e o *Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes.

Jeane de Cássia Nascimento Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rita de Cássia Natal Chaves

São Paulo
2006

Resumo

O trabalho em questão estabelece um estudo dos romances *O velo d'oiro* e *O sol dos trópicos*, de Henrique Galvão e o *Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes em dois momentos historicamente importantes para Portugal. Nas duas primeiras narrativas, também conhecidas como Literatura Colonial, escritas nas primeiras décadas do século XX, observaremos o colonizador em seu deslocamento para o espaço africano, onde prevalecendo-se do poder outorgado pelo Império, encontra nas colônias um prolongamento da nação lusitana. Por outro lado, observaremos no crítico romance de Lobo Antunes, a figura do português em dois momentos distintos: no auge da colonização, em que usufruía dos benefícios proporcionados pelo colonialismo e no processo de descolonização, pós 25 de abril, quando afloram seus conflitos, decorrentes da inversão de papéis, conferidos pelos ventos da história.

Palavras-chave: literatura colonial, espaço, colonialismo, discurso, racismo, violência, retornados, literatura pós-colonial, literatura portuguesa.

Abstract

This research involves a study of the novels *O velo d'oiro* and *O sol dos trópicos*, by Henrique Galvão, and *Esplendor de Portugal*, by Antonio Lobo Antunes, in two historically important moments for Portugal. In the first two narratives, also known as Colonial Literature, written in the two first decades of the 20th century, we will observe the colonizer in his movement towards the African space, where taking advantage of the power given to him by the Empire, finds in the colonies an extension of the Lusitanian nation. On the other hand, we will observe in the critical novel by Lobo Antunes an image of the Portuguese in two distinct moments: at the summit of the colonization, a period when he usufructed the benefits provided by the colonialism, and during the process of decolonization, after April 25th, when his conflicts outcrop, arising out of the roles inversion, assigned by the winds of history.

Key-words: colonial literature, space, colonialism, speech, racism, violence, returned, post-colonial literature, Portuguese literature.

RESUMEN

El trabajo en cuestión establece el estudio de los romances *O velo d'oiro* y *O sol dos trópicos*, de Henrique Galvao y el *Esplendor de Portugal*, de Antonio Lobo Antunes en dos momentos históricamente importantes para Portugal. En las dos primeras narrativas, también conocidas como Literatura Colonial, escritas en las primeras décadas del siglo XX, observaremos el colonizador en su desplazamiento para el ámbito africano, donde prevaleciéndose del poder otorgado por el Imperio, encuentra en las colonias una prolongación de la nación lusitana. Por otro lado, observaremos en el crítico romance de Lobo Antunes, la figura del portugués en dos momentos distintos: en el auge de la colonización, cuando disfrutaba de los beneficios proporcionados por el colonialismo y en el proceso de descolonización, pos 25 de abril, cuando afloran sus conflictos, en consecuencia de la inversión de papeles, otorgados por los vientos de la historia.

Palabras-clave: literatura colonial, ámbito, colonialismo, discurso, racismo, violencia, retornados, literatura pos-colonial, literatura portuguesa.

Aos meus pais, Eunice e Josafá, minha gratidão.

À Luísa, filha querida.

Ao João, sempre companheiro.

Agradecimentos

A Deus, obrigada por tudo.

À Prof^a Dra. Rita de Cássia Natal Chaves, pela paciência, disponibilidade e orientação.

À Prof^a Dra. Leila Hernandez e a Prof^a Dra. Tânia Celestino Macêdo, pelas valiosas sugestões na Banca de Qualificação.

À Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

Aos colegas da Área de Estudo Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, em especial à Silvania Chagas e à Rosângela Sarteschi.

Às funcionárias do Centro de Estudo Portugueses, Creusa e Márcia, pela atenção.

Aos colegas da FAAC.

Aos meus caros amigos: Beatriz Gama Rodrigues, Edna Stutz, Roberto Stutz, Marcos Moura, Solange Moura, Irene da Silva, Marta Franco, Josilene Mariz, Saulo Mariz, Hannilbal Ferreira, Maricélia Ferreira, Simone Clini.

Aos meus familiares.

Aos meus irmãos, Paulo e Lígia, aos meus cunhados, Ana Paula, Paulo, pelo afeto e incentivo.

Ao meu sobrinho, Pedro, sempre presente, à minha sobrinha, Fernanda, que já está presente.

À D. Maria, Sonia e Amanda, pelo carinho.

À minha filha, Luísa, pelo amor, ternura e paciência.

Ao João, pelo apoio, carinho e cumplicidade.

Aos meus pais, Josafá e Eunice, minha eterna gratidão, amor e respeito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	19
1.1 Relações coloniais.....	19
1.2 O Estado Novo e a propaganda colonial.....	31
Capítulo II – LITERATURA E IMPÉRIO.....	41
2.1 Os romances.....	41
2.2 A opção pelo romance.....	47
2.3 Literatura da Guerra Colonial.....	52
2.4 Os Condenados do Império.....	57
2.5 Miscigenação.....	64
2.6 “O retrato do colonizador”	71
Capítulo III - ESPAÇO PORTUGUÊS, DESLOCAMENTOS.....	81
3.1 Deslocamentos.....	81
3.2 Espaço - conceitos	89
3.3 O sol dos trópicos.....	95
3.4 O velo d’ouro.....	102
3.5 A construção da casa portuguesa.....	109
3.6 O processo de desconstrução da casa portuguesa.....	120
Capítulo IV – O DISCURSO, AS VOZES E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	139
4.1 Questões teóricas.....	140
4.2 Romances coloniais.....	142
4.3 O Esplendor de Portugal.....	149
CONCLUSÃO.....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173

INTRODUÇÃO

Das várias particularidades do Estado Novo português, a idéia de unidade entre a Metrópole e as colônias foi preponderante no discurso impetrado pelo regime. Para um povo cantado em prosa e verso pelos grandes feitos ultramarinos, a imagem de grandeza territorial reforça ainda mais o nacionalismo dos portugueses bombardeados pela propaganda de Salazar, responsável por disseminar sua ideologia em eventos que têm como lema, a repetitiva mensagem do duradouro Império português e sua dimensão, representada na natural extensão territorial do império ao considerar as colônias ultramarinas como prolongamento de Portugal (Medina:1993), (Thomaz: 2002).

Por trás desse aparato propagandístico, fica clara a intenção do Estado Novo em explorar economicamente as colônias africanas, e por extensão resolver problemas sociais como a pobreza rural e o desemprego (Anderson 1966:64 e 65), (Pereira 1999:208). Assim diferentemente da colonização brasileira, a colonização das colônias africanas movimentava não apenas homens, mas uma massa de famílias portuguesas que se locomovem em direção às colônias, antes consideradas “terras de degredo” (Alexandre p.192), com o dever de construir Portugal em África, imprimindo assim, além da unidade espacial, a unidade identitária, apontada no “*art. 2º do Acto Colonial de 1930, incorporado depois na Constituição de 1933 (...)*”. (Alexandre 2000:240). No entender de Valentim Alexandre “*A doutrina não era nova, estando ligada à velha tendência, inerente à tradição imperial, que via na expansão ultramarina a própria condição da sobrevivência da nação e um aspecto central da conservação da sua identidade*”. (p.240)

No caminho inverso da ideologia imperial do Estado Novo, Eduardo Lourenço (1983) enfatiza que a identidade de um povo advém de sua existência histórica conquistada por meio de “ *esforço e luta por uma estruturação, sem cessar posta em causa, “afirmação de si” com tonalidades as mais diversas, desde as eufóricas às suicidárias, tanto por causas ou motivos intrínsecos ou extrínsecos*” (p.16), sendo assim, as adversidades vividas por um determinado povo implicará numa constante “crise de identidade”. Por sua vez, Portugal segundo Lourenço, não tem problemas com sua identidade, pois na realidade jamais viveu, historicamente falando, algum problema mais sério. No entanto, o povo português, desde os descobrimentos, sofre, artificialmente falando, de hiper-identidade, porém “*essa crise não será vivida, efectivamente, como crise de identidade de Portugal. Nunca português algum acreditou a sério que Angola e Moçambique eram Portugal. Exactamente pela força e pela coerência com que assumiu sempre a sua óbvia e intensa identidade portuguesa. Mas acreditou-o na ficção, o que foi talvez pior.*”(p.17).

Boaventura de Sousa Santos no texto intitulado *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*, afirma que “*a cultura portuguesa é a cultura de um país que ocupa uma posição semiperiférica no sistema mundial.*” (1996:148), servindo, a partir do século XVII até os dias de hoje, como elo de contato entre as colônias e a Europa. Trata-se, pois de uma cultura de fronteira, determinada por sua situação geográfica na Europa, como também pelas relações estabelecidas com as colônias. Logo não se pode definir a identidade cultural portuguesa como europeia ou “selvagem”, na realidade encontra-se numa “*zona híbrida*”, “*fronteiriça*” (p. 149 a 154), ao contrário do que possa parecer “*Nada disto implica um juízo negativo sobre a cultura portuguesa. (...) A*

zona fronteiraça (...) é uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas.” (p.155)

Bem, como pudemos observar, os mais citados estudiosos contemporâneos sobre o assunto caminham na contra-mão daquilo que poderia ser chamado de identidade portuguesa defendida pelo Estado Novo. E é a respeito da identidade portuguesa que este trabalho procurará enredar-se, ao comparar em dois momentos históricos diferentes as relações dos colonos portugueses em relação à sua identidade nas colônias africanas e em Portugal. Os dois períodos do século XX são exatamente aqueles em que Portugal repensa a questão colonial, utilizando-se, no primeiro período, de todo seu aparato ideológico, durante o Estado Novo, com intenção de criar um “novo Brasil” em África, não medindo assim, esforços para estabelecer no meio do povo português o orgulho de sua história, feitos e mitos. O outro período é aquele, em que Portugal, pós Revolução dos Cravos, mais de uma década de Guerra Colonial, reconhece a Independência das colônias portuguesas em África.

Em nosso trabalho, utilizaremos estudiosos da Teoria Literária e contaremos também com o auxílio de outras áreas das humanidades, como a História, Sociologia, Antropologia, praticamente obrigatórias num estudo desse tipo, uma vez que o trabalho procurará vislumbrar as personagens não apenas na perspectiva literária, mas também a representatividade, a imagem dessas personagens inseridas em diferentes períodos históricos, como também as diferentes formas de se relacionarem com a sociedade que as cercam.

No corpus deste trabalho estão inseridos dois romances coloniais, *O velo d’oiro*¹, e *O sol dos trópicos*², de Henrique Carlos Malta Galvão, de agora em diante

¹ Utilizaremos a 3ª edição, 9º milhar, Livraria Popular, Lisboa.

apenas Henrique Galvão, nascido em 4 de março de 1895, em Barreira, fez carreira no exército português, ocupando sempre altos cargos em Angola e em Portugal, passou para a história portuguesa como uma personagem marcante, ora tenaz defensor do salazarismo, ora como seu principal opositor. Profundamente interessado na sociedade angolana, Galvão escreveu vários textos entre teatro, contos, aventuras de caça, crônicas, romances, literaturas de viagem entre outros. Seus livros fizeram grande sucesso na metrópole, devido o tom glorioso e heróico que dava às suas personagens, constituídas a maioria delas de colonos portugueses e suas aventuras em terras africanas. Segundo Omar Ribeiro Thomaz:

Henrique Galvão será, talvez, o escritor mais interessante desta “literatura colonial”. Produtora e produto do império, a obra de Henrique Galvão manifesta uma interessante oscilação : simpatizante dos “pretos” – razão suprema de Portugal na África - , nunca abandona o ponto de vista metropolitano; e mais: Galvão passou para história como grande opositor do salazarismo, o que de fato foi, mas não sem antes ter sido – como muitos – entusiasta das promessas do Estado Novo. (Thomaz, 2002: 155)

Paralela a essa literatura colonial, havia também textos, que por sua vez privilegiavam o universo do povo africano, seu espaço natural e lingüístico. Dessa forma, a título de esclarecimento, observamos a produção literária desse período sob duas vertentes: a literatura colonial (objeto de estudo do nosso trabalho) produzida em Portugal ou nas colônias, que tinha o intuito principal de propagar a dominação

² Utilizaremos a edição publicada em pela Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, 1936.

portuguesa em África, tratando assim, o português como o herói desbravador, ou seja, aquele que tinha uma missão a cumprir. O foco desta literatura é o colonialismo observado na temática, na enunciação e na ideologia. De acordo com Manuel Ferreira:

São, na verdade, duas literaturas distintas. A primeira, a literatura colonial, pelo fato de vincular ao enunciado do universo narrativo ou poético essencialmente o homem europeu, numa perspectiva eurocêntrica. No texto da literatura colonial, por décadas exaltada, o homem negro aparece como que por acidente, por vezes visto paternalmente, o quem quando acontece, já é um avanço, porque a norma é a sua marginalização ou coisificação.

O branco é elevado à categoria de herói mítico, de desbravador das terras inóspitas, o portador de cultura superior. Ele é, no texto literário e no pensamento de quem o redige e organiza, o habitante privilegiado e soberano, o prolongamento da pátria e o mítico semeador de utopias. (Ferreira 1989:11)

Por outro lado temos a literatura africana de expressão portuguesa com seu discurso literário africano. Essa literatura por sua vez privilegia o universo africano, o espaço natural e lingüístico negro, sujeito exclusivo do enunciado:

É o africano que normalmente preenche os apelos da enunciação e é ele quase exclusivamente, enquanto personagem ficcional ou poética, o sujeito do enunciado. Os cuidados e os esmeros do sujeito enunciadador são os de organicamente moldar o enunciado com os ingredientes significativos e representativos da especificidade

africana. Se colocado, lado a lado, dois textos, um de literatura colonial e outro de literatura africana, é como se procedêssemos a uma justaposição de brusco contraste. O texto colonial representa e prolonga a realidade colonial; o texto africano nega a legitimidade do colonialismo e faz, da revelação e da valorização do universo africano, a raiz primordial.” (Ferreira 1987:13)

Além dos dois romances coloniais, também faz parte do corpus do nosso trabalho, o romance *O esplendor de Portugal*³, publicado em 1997, de António Lobo Antunes. O autor nasceu em Lisboa, em 1942 e passou toda sua infância e adolescência no Benfica, hoje um bairro operário de Lisboa. O mais velho de seis irmãos, Lobo Antunes, desde a infância cultivava o gosto pela leitura. Os primeiros textos que produziu foram jornais, os quais escrevia, ilustrava e em seguida vendia para a família. Na adolescência desejou fazer o curso de Letras na esperança de aproximar-se da leitura e da produção de romances, porém foi impedido pelo pai que o matriculou no curso de medicina. Foi um aluno mediano durante toda a faculdade, pois todo o tempo livre que tinha era dedicado à literatura. Seu primeiro livro, *Memória de Elefante* foi publicado em 1979 e alcançou grande sucesso em Portugal. O autor tem uma produção vasta, traduzida hoje em vários países do mundo. Nos primeiros livros, considerados autobiográficos por muitos críticos, escreve sobre o amor, a separação, a ditadura salazarista, os fantasmas da guerra colonial, a morte. Em *O esplendor de Portugal*, Lobo Antunes faz uma imersão na realidade colonial e pós-colonial, de uma família de

³ Utilizaremos a edição de 1999, publicada pela Editora Rocco, Rio de Janeiro, RJ.

colonizadores desde sua chegada a Angola, seu apogeu e seu retorno a Portugal. Maria Alzira Seixo (2002) acredita que:

Na obra de António Lobo Antunes, quatro romances são dedicados, na parte mais sensível das respectivas matérias, à questão colonial, com um predomínio acentuado dos troços narrativos que lhe correspondem e uma intensidade marcante no tratamento das questões por ela colocadas. *Os cus de Judas* (monólogo que dá conta da descoberta e tomada de consciência do horror da guerra e da sua efectivação concreta), *Fado Alexandrino* (construção polilokal de uma diversidade de experiências de actuação nessa guerra, com uma consequente manifestação dos efeitos produzidos sobre os que nela actuam, e ainda sobre os que lhes estão ligados), *As Naus* (reversão parodística da situação pós-colonial à época dos descobrimentos e da instalação do colonialismo(...). (...) *O Esplendor de Portugal*, com a descolonização e as seqüelas do sistema no período que se segue ao 25 de Abril. (...) É decerto o mais total e incisivo destes romances ao perspectivar esta matéria, pelo menos se considerarmos a voz de queixa ou alheamento oriunda de África, isto é, a voz dos que lá nasceram e de lá partiram, ou que ficaram para partirem pela morte, que a sua permanência de vários modos veio causar. (p. 319 e 485)

Se na análise dos romances coloniais *O velo d'ouro* e *O sol dos trópicos*, observaremos a questão da identidade dos colonos que rumaram para as colônias africanas sob a ideologia do regime do Estado Novo, em *O Esplendor de Portugal*, o

assunto também será abordado, porém, sob uma outra ótica. Diferentemente dos romances colônias, o tema em questão será considerado de maneira crítica por todos os colonos envolvidos na narrativa, ou seja, aqueles que estavam em África durante o colonialismo, os que permaneceram na ex-colônias, mesmo pós-independência, como também pelos retornados à Metrópole.

Assim, no primeiro capítulo procuremos de maneira sucinta, contextualizar o império português, abordando as Grandes Navegações, a relação com as colônias, bem como o processo de escravização dos negros africanos. Em seguida, passaremos para o século XIX com os principais acontecimentos que também influenciaram Portugal colonial: a independência do Brasil, a Conferência de Berlim, o Ultimatum inglês. E por fim, no século XX: o Acto Colonial, o Estado Novo, a Revolução dos Cravos e a descolonização das colônias em África. Utilizaremos como fontes bibliográficas neste capítulo: Fernando Rosas, Valentim Alexandre, Luís Felipe de Alencastro, A. H. Oliveira Marques, Perry Anderson, Eduardo Lourenço e Lincoln Secco.

No segundo capítulo, observaremos o papel exercido pela literatura colonial como meio de propagar a ideologia do Estado Novo e o tipo de relação entre colonizadores e colonizados. Também procuremos observar o imperialismo português, de maneira crítica, apontando as deficiências desse sistema em Portugal, as mazelas causadas aos povos colonizados que até nossos dias, em sua maioria, não se recuperaram da estada colonial, obtendo como saldo o comprometimento de sua situação política, econômica, geográfica e histórica, devido à invasão branca européia em meio ao seu modo de vida, alterando assim, todo um processo de vida milenar desses povos. Para tanto utilizaremos autores como Francisco Noa, Salvato Salvato

Trigo, Frantz Fanon, Albet Memmi, Edward Said, Eduardo Lourenço, Rita Chaves e Omar Ribeiro Thomaz.

No capítulo três, trabalharemos o espaço português em Angola, sua apropriação e exploração como forma de garantir o poder colonial, intimamente relacionado à identidade portuguesa cultuada nesse período. Deste modo, usaremos como base bibliográfica sobre a questão do espaço e seus significados literários e sociais os estudos de: Vítor Manoel de Aguiar e Silva, Georges Balandier, Edwin Muir, Wolfgang Kayser, Wellek e Warren, Michel Butor, Osman Lins, Alfredo Bosi, Gaston Bachelard, Mikhail Bakhtin.

Em relação à figura do colonizador, procuraremos identificar suas diferentes identidades nos romances estudados. Em *O velo d'ouro* e *O sol dos trópicos* teremos a figura do herói mítico, seu bom relacionamento com os colonizados, sua bondade e sua natural superioridade branca, que o leva ao comando de fazendas, tendo como empregados, os pretos agradecidos. Já em *O esplendor de Portugal*, teremos um colonizador marcado pela utilização do poder imperial em benefício próprio, valendo-se assim dos meios mais sórdidos e ditatoriais para manter sua posição colonial. O perfil desse colonizador não difere daquele definido por Albert Memmi e Frantz Fanon, na análise que fazem da colonização francesa.

Quanto à situação dos colonizadores retornados abordaremos sua inadequação em relação ao espaço-social, seu papel subalterno conferido pela Metrópole, como também o caráter híbrido de sua identidade. No tocante ao papel do colonizado, observaremos: a presença silenciada, a violência a que eram submetidos, o “darwinismo social” exercido pelo regime, a negação de sua cultura. Sobre a questão da identidade colonial e pós-colonial aproveitaremos principalmente ensaios de Eduardo Lourenço,

questionador audaz da postura exercida pela sociedade portuguesa durante sua história colonial e pós-colonial.

Finalmente, no último capítulo abordaremos o papel exercido pelo narrador nos romances coloniais *O velo d'ouro* e *O sol dos trópicos* e sua explícita concordância à ideologia colonial, que acaba por articular a voz narrativa às vozes históricas que difundiram a mística imperial durante a ditadura salazarista. Em o *Esplendor de Portugal*, um romance caracteristicamente polifônico, os diversos narradores procurarão demonstrar sua posição a respeito da colonização, que dependendo do tempo-espço narrativo, oscilará nas diferentes vozes, desde a plena concordância aos métodos utilizados para a instituição e concretização do poder colonial e os privilégios materiais e sociais conferidos pelo colonialismo, até uma possível crítica a esse mesmo sistema, que não assegurou sua estada definitiva nas colônias, obrigando-os a retornarem para uma pátria ilusória, fantasmagórica. A fundamentação teórica deste capítulo partirá dos estudos de Jean Pouillon, Wayne C. Booth, Mikhail Bakhtin, Bernard Mouralis, Homi Bhabha, Maria Alzira Seixo.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1 Relações coloniais

Cabe ressaltar que não é nossa intenção fazer uma análise histórica profunda dos dois períodos abordados neste trabalho. Nosso interesse pela história se faz pela necessidade de entendermos suas relações com a literatura, sobretudo quando o assunto é Portugal e seu império. Afinal, desde o momento que Portugal saiu de um dos cantos da Europa para explorar o mundo, um dos assuntos recorrentes em sua produção literária é a colonização (Thomaz:2002:149). Camões, Pe. Vieira, Alexandre Herculano, Eça de Queiros, Fernando Pessoa, autores importantes da Literatura Portuguesa, em algum momento escreveram sobre esse tema. Não digo que conheceram profundamente as colônias, exceto Vieira que passou boa parte de sua vida no Brasil defendendo os interesses portugueses, face às invasões holandesa e francesa no nordeste.

Os períodos históricos que nos interessam são: o Estado Novo, com uma das formas literárias produzidas nesse período, a Literatura Colonial e o pós-colonialismo português, com a literatura que tem como um dos temas a situação dos retornados de África. Porém antes de falarmos sobre literatura, precisaremos, a fim de estabelecermos uma continuidade histórica, voltar mais ou menos quatro séculos na história que envolve Portugal e suas colônias.

Essa relação inicia-se no século XV com as grandes navegações iniciadas pelos portugueses. Nessas viagens rumo ao Oriente, tendo como rota o Atlântico Sul, parte do globo passa a ser conhecida “oficialmente”. Falamos das terras que beiram o Atlântico: à direita o Brasil e à esquerda a África. Inicialmente Portugal desejava explorar o

comércio com as Índias, porém nessas idas e vindas, o interesse por terras na América se tornou muito maior. De acordo com Anderson (1966:24), Portugal inicia no Brasil as plantações de cana-de-açúcar em meados do século XVI. O sucesso dessa empreitada foi tão grande que

Em 1612, oito das onze capitanias brasileiras estavam exportando, conjuntamente, de 7.000 a 8.500 toneladas de açúcar por ano. O valor de mercado era enorme: já em 1627 se calculava em 400.000 cruzados por ano.(...) O açúcar era a exportação mais importante em quantidades maciças do mundo tropical para a Europa do século XVII e o açúcar brasileiro dominava o abastecimento mundial. (p.24)

Para alcançar esse poder, Portugal que não conseguira direcionar o trabalho indígena para as plantações, passa então a escravizar e comercializar grande parte da população, das colônias rumo ao Brasil na mais deprimente e horrenda página da história ocidental. Os números alarmantes e assustadores informados por Anderson, demonstram a que ponto chegou a opressão a que foram submetidos milhões de vidas.

As plantações brasileiras do século XVII exigiam um vasto influxo de mão-de-obra; a costa ocidental da África portuguesa existia para fazer tais fornecimentos. Com exceção do porto de pesca de Benguela., no Sul, nenhuma outra atividade econômica foi seriamente mantida em Angola, durante dois séculos. De 1580 a 1680, cerca de um milhão de escravos foi exportado de Angola(...). De 1680 a 1836, o total calculado é de 2.000.000 de escravos embarcados por Luanda e Benguela, mais 1.000.000 provável no trabalho ilícito e no Congo(...).

(Entretanto, por volta de 1800, escravos eram também o maior produto de exportação de Moçambique(...).

Nos séculos XVII, XVIII e princípio do XIX, Angola era a maior área de abastecimento de mão-de-obra das plantações e minas brasileiras. O seu papel na economia brasileira era inteiramente indispensável. Um *slogan* do século XVII era *que “sem açúcar não há Brasil, e sem Angola não há açúcar”*. (p.27 e 28)

Começa assim a relação Brasil-Angola que não terminará tão cedo. Com a queda do preço do açúcar no mercado mundial, no final do século XVII, Portugal passa a explorar as jazidas de ouro localizadas em Minas Gerais, tendo como força de exploração a mão-de-obra escrava. Como se vê, as duas colônias foram espoliadas. O Brasil de suas riquezas naturais e Angola de pessoas.

Luiz Felipe de Allencastro (2000) esclarece de forma mais aguda o processo de escravidão dos povos africanos. Antes mesmo de acontecerem as grandes navegações em direção ao Atlântico Sul, *“ao longo de uma evolução iniciada nos meados do século XIV, o trato lusitano se desenvolve na periferia da economia metropolitana e das trocas africanas.”*(p.33). Explica o historiador que desde a tomada de Ceuta, em 1415, Portugal desejava estreitar relações com África, que se daria somente em 1471 quando estabelece contato com *“os povos akã, senhores do ouro do rio Volta, no Golfo de Guiné(...).”*(p.63).

Apesar de ser uma marca singular da colonização portuguesa, principalmente para o Brasil, o comércio de escravos já era executado em Portugal no último quartel do século XV e representava *“fonte de receita para o Tesouro Régio”* (p.31). Um século

depois “a Coroa não atribui caráter prioritário à demanda metropolitana e estimula a venda de escravos para a América espanhola”(p.31), mais propriamente para Ilha Hispaniola, atual Haiti, onde “no auge da produção açucareira, nos anos de 1560-70, havia entre 12 mil e 20 mil escravos africanos na ilha, em sua maioria trazidos por portugueses” (p.32).

Movida por incentivos fiscais editados em meados do século XVI, a comercialização de escravos alarga seus rumos na direção do Brasil, incrementando assim a produção de açúcar. É assustador o número de escravos retirados de África. De acordo com Allencastro:

Por volta de 1575, haviam ingressado no Brasil somente 10 mil africanos, enquanto a América espanhola – onde as entradas de africanos eram regulares desde 1525 – recebera cerca de 35.500. Por seu lado, as ilha atlânticas (Canárias, Cabo Verde, Madeira, São Tomé) – conectadas aos negreiros desde o fim do século XV – haviam captado 124 mil escravos. Até 1600, os portugueses comercializam a quase-totalidade dos 125 mil escravos deportados para a América”.
(p.33)

A partir de do século XVI, devido aos altos custos de transporte do açúcar africano, como também o interesse de Portugal em não admitir entre suas colônias nenhum tipo concorrência, estabelece-se que nas colônias africanas o comércio e a agricultura se restringirão ao abastecimento interno de milho, mandioca e feijão, corroborando assim, ao tipo de colonização intencionada por Portugal, “*complementar e*

não concorrencial: o Brasil produzirá açúcar, o tabaco, o algodão e o café; a África portuguesa fornecerá os escravos.”(p.35).

Logo, estabelecidas as intenções portuguesas para suas colônias, observaremos o crescimento brutal do comércio de escravos, principalmente entre os séculos XVII e XIX. Mesmo com pouca documentação a respeito do número exato de escravos transportados para o Brasil, Allencastro (2000) indica que *“Aproximadamente 12 mil viagens foram feitas dos portos africanos ao Brasil para vender, ao longo de três séculos, cerca de 4 milhões de escravos chegados aqui vivos”* (p.85). Além desses números aterrorizantes, o autor complementa com as seguintes informações: *“acrescentei a mortalidade média por travessia em cada século e calculei uma média de trezentos escravos/navio até 1700, de 350 escravos navios entre 1701 e 1800, e de quatrocentos escravos/navio de 1801 a 1850.”(p.85).*

Alberto da Costa e Silva (1992) ao comentar sobre cativos de África, lembra que o assunto não pode ser tratado de forma similar na variada sociedade africana. Data o início da escravidão a 2860 a.C, porém *“Com o advento do Islão, incrementou-se o tráfico negreiro(...)somando entre os anos 800 a 1600, 2.400.000 cabeças. E as embarcações nas cidades do litoral índico, 800.000”* (p.625). Além destes números iniciais, o autor acrescenta aqueles levados ao norte da África, devido a conquista árabe, perfazendo assim até o início do século XX, cerca de 17 milhões de pessoas (p.625).

Em relação ao comércio de pessoas pela rota do Atlântico, Alberto da Costa e Silva (2002) salienta que desde o século XV o número de escravos aumentou consideravelmente, chegando no século XVII a *“1.868.000 indivíduos pelos portos do Atlântico, e mais de um milhão pela Saara, o Mar Vermelho e o Índico.”* Durante o

século XVIII, os números praticamente triplicaram: “*cerca de 6.133.000 pelo Atlântico e de 1.300.000 pelo Saara, o Mar Vermelho e o Índico.*”(p.861). Desse total, confirmando as informações de Allencastro (2000), Costa e Silva assevera tratar-se de totais brutos, uma vez que em meio à captura havia muitas mortes durante as lutas, bem como por doenças adquiridas durante o transporte dessas pessoas até o porto de embarque, ou ainda durante rebeliões ou tentativa de fuga. (p.861). Cabe ressaltar que essas mortes, cerca de 40% dos capturados, aconteciam antes do embarque. No século XVIII esse percentual subiria para 50% em Angola. (p.862).

A independência do Brasil, em 1822, abala profundamente a Metrópole, pois economicamente, para Saraiva (337), o Brasil “*era a base de vida portuguesa; do ponto de vista da consciência colectiva, era o último motivo do orgulho nacional, era a dimensão de grandeza que nos justificava da penúria e da pequenez.*”, concluindo, “*Pensar Portugal sem o Brasil era como pensar a raiz sem a árvore; o futuro era a morte obscura e silenciosa.*” No entanto, a partir de 1834, artigos publicados nos jornais portugueses, oriundos de diversos grupos políticos, passam a defender um projeto colonial que visava o reencontro de Portugal com suas colônias em África (Alexandre 1995:232).

As terras que praticamente desde o seu descobrimento serviram como fornecedora de escravos, passa a ter pelo menos outra função que resultaria na continuação do poderio imperial, tal como observa Alexandre (2000:181)

No Portugal contemporâneo, a questão colonial ocupa um dos pontos centrais da vida política, presente em todas as suas opções de fundo, determinante no destino dos movimentos e dos regimes. Em grande parte, esse peso resulta da longa tradição imperial portuguesa,

iniciada já no século XV, quando se estabelecem as primeiras feitorias e pontos fortificados na costa ocidental da África, e continuada no século seguinte pelo império do Oriente, com a base principal na Índia, e nos séculos XVII e XVIII pelo império do Brasil. Quando este último se desagrega, em 1822, devido a secessão brasileira, era corrente entre as elites políticas portuguesas a tese que o país não poderia viver sem império – caso em que seria inevitável a sua absorção pela vizinha Espanha. Para o evitar, devia criar-se de imediato um “novo Brasil”, agora em África, a partir dos pequenos territórios que aí se mantinham sob a soberania de Portugal. A idéia vai marcar todo o pensamento nacionalista português dos séculos XIX e XX, que vê na construção de um novo sistema colonial a preservação da herança histórica e a garantia da existência da nação.

Inserido nessa continuidade observamos o orgulho português, movido durante quatro séculos pelo poder de dominação. Além disso, era natural para a maior parte dos portugueses a possessão de colônias que ainda segundo Valentin Alexandre se baseia em dois mitos ⁴,

(...) “mito do Eldorado” – tem como pano de fundo a crença inabalável na riqueza das colônias de África, na sua extrema fertilidade, nos tesouros das suas minas por explorar. (...)

⁴ Para Alexandre (2000:220), diferentemente de “ideologia (que remete para um conjunto estruturado de noções com um certo grau de coerência interna)”, o “mito entendido como modo de apreender a realidade no seu todo, de a pensar de a sentir, integrando factores económicos e não económicos e, em qualquer deles, tanto os aspectos racionais como irracionais”.

Um segundo tema ideológico – que designaremos pelo “mito da herança sagrada”- vê na conservação de toda e qualquer parcela do território ultramarino um imperativo histórico, tomando os domínios sobretudo como testemunhos da grandeza dos feitos da nação, que não poderia perder sem se perder.(...)

Também o “mito da herança sagrada” tem um caráter permanente, estrutural, que lhe resulta da sua estreita relação com dois elementos de fundo do nacionalismo português: a consciência, sempre presente nas elites políticas (...); e sobretudo a idéia, muitas vezes expressa, de que a própria sobrevivência da nação dependia da existência do império(...).(p.220)

No entanto, Portugal ao contrário outros países europeus sem tradição colonial, conhece muito pouco suas colônias. De acordo com Maria Manuela Lucas (1992), desde meados do século XIX , já circulava na Europa dados sobre as colônias portuguesas, até então desconhecidos de Portugal, visto que a maior parte dos portugueses residentes na colônia não adentrava seu interior, preferindo a segurança das cidades litorâneas. Diante dessa realidade, é criada, no ano de 1875, a Sociedade de Geografia de Lisboa, responsável por executar diversos estudos sobre as colônias portuguesas em África. Formada por uma elite de profissionais vindos de diversas áreas do saber, a Sociedade de Geografia de Lisboa visava fazer e divulgar diversas pesquisas geográficas de interesse nacional, garantindo assim, num primeiro momento, a posição expansionista portuguesa e seu renascimento colonial.

Assim, configurada pela Independência do Brasil e pelo grande interesse das elites portuguesas em preservar suas colônias africanas, nasce o 3º Império português e talvez o mais problemático para Portugal. Os primeiros séculos de colonização já passaram; os tempos são outros. No século XIX vários países europeus percebem o valor do continente africano e empreendem forças para sua dominação. Portugal piscou e quando abriu os olhos a realidade já era bem diferente.

Durante o século XIX um outro tipo de imperialismo passa a vigorar em África. Com o esgotamento de mercados para artigos industrializados, países europeus como Inglaterra, França e Alemanha vêm-se na obrigação de encontrar novas formas de comercialização de seus produtos. Resta então a possibilidade de absorver matérias-primas dos territórios africanos; em contrapartida vender produtos industrializados de baixa qualidade. Essa nova mentalidade faz com que em meados do século XIX, esses países passem a negociar entre si a posse de terras em África. (Anderson p.30)

Portugal, com seu atraso industrial, não acompanhou os passos de seus vizinhos, mesmo se lembrarmos que *“A presença portuguesa na África era anterior à de qualquer outra potência européia; suas feitorias eram os mais antigos enclaves europeus de todo o continente. Todavia, entrada de Portugal no páreo africano foi quase a última”*(Anderson p.31). Mesmo assim, Portugal tinha o desejo de expandir seus territórios em África, especificamente o território onde estava a bacia do Rio Congo, porém não tinha condições de se opor à superioridade inglesa que impedia essa expansão. Nos anos de 1882-1883, com o avanço francês e belga na África Central, a Inglaterra resolve então apoiar Portugal em seu projeto expansionista, recebendo em troca a isenção de impostos para a navegação no Rio Congo e sociedade na administração do mesmo. (Anderson p.32)

A aspiração portuguesa dura pouco tempo. Entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, reunidos na Conferência de Berlim, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e França, os países que lideravam a ocupação de África, negam solicitação portuguesa. Segundo Marques(1998),

A Portugal prejudicavam-no a imagem da nação pouco aberta ao comércio internacional e protectora do tráfico negreiro. Também a tradicional aliança com a Inglaterra, em princípio, face à Alemanha e à França, sem lhe dar vantagens correspondentes, uma vez que a diplomacia britânica se recusou a defender as pretensões portuguesas na Conferência. (p.112)

Um ano após a Conferência de Berlim, Portugal expressa a aspiração de aumentar seu território em África, evidenciada nas novas demarcações de terra pretendidas pelo governo português e seu ideal de manter um território contíguo ligando Angola a Moçambique, também conhecido como mapa cor-de-rosa. Novamente o sonho português de ampliação é obstruído pela Inglaterra que, em 11 de janeiro de 1890, expede “*no célebre ultimatum inglês – uma nota onde se exigia a retirada das forças portuguesas das zonas em conflito (Chire e Machona), sob ameaça explícita de ruptura das relações diplomáticas e implícita do uso da força, a que o governo de Lisboa atendeu prontamente*” (Marques: 117).

O episódio do Ultimatum “*provocou em Portugal um forte abalo, um sobressalto que sacudiu e marcou profundamente o País. (...) No plano ideológico, a crise do ultimatum contribuiu decisivamente para sacralizar o império*” (Marques,1998). Por meio de discursos nacionalistas introduzidos em toda a sociedade

portuguesa, retoma-se a mística portuguesa do colonialismo, ou seja, o direito histórico de Portugal em relação às colônias ultramarinas. Eduardo Lourenço (2001), de forma contundente e crítica, faz o seguinte comentário sobre a longa “existência portuguesa” imperialista,

Começou a doer-nos, não o estado de Portugal, as suas desgraças ou catástrofes políticas, mas a “existência portuguesa” pressentida, descrita, glosada, como existência diminuída, arremedo grosseiro da existência civilizada, dinâmica, objecto de sarcasmos e ironias (...) Para fugir dessa imagem reles de si mesmo (“choldra, “piolheira”) Portugal *descobre* a África, cobre sua nudez caseira com uma nova pele, que não será apenas imperial, mas imperialista, em pleno auge dos imperialismos de outro gabarito. A tentativa de criar uma alma “à século XVI” não foi longe: um excesso de lógica nas suas ambições, legítimas mas incômodas, ministraria ao mundo europeu a prova absoluta da nossa absoluta subalternidade. O *Ultimatum* não foi apenas uma peripécia particularmente escandalosa das contradições do imperialismo europeu, foi o *traumatismo-resumo* de um século de existência nacional trumatizada.” (p.30)

Após essas decepções, Portugal passa a controlar com mais afínco suas fronteiras. Tropas militares solidificavam o domínio português nas colônias, porém se o controle territorial estava consolidado, o mesmo não acontecia com a área econômica. Planos são colocados em prática, no entanto o que mais chama atenção é a regulamentação do trabalho indígena. Novamente os colonizados são obrigados a

trabalhar em regime “forçado” nas entidades públicas e privadas. Essa atitude da Metrópole demonstra os interesses que tinha pelo povo africano, lembrando muito o processo de escravização a que foram submetidos durante três séculos. O fato de ser considerado uma raça inferior à européia baseada “*na teoria do darwinismo social, que ganhara voga entre os intelectuais e as elites portuguesas*”, ou seja “*a idéia da inferioridade natural da raça negra, deduzida tanto da experiência histórica como sobretudo das lições de antropologia física*” será uma das teses defendidas por Portugal para embasar sua decisão pelo sistema de trabalho forçado e pelo regime de escravidão (Alexandre p.160). Lourenço (2001:42) afirma que

É curioso saber que muitos dos representantes da “filosofia portuguesa” viam na ideologia oficial da época (o salazarismo) também uma forma de *positivismo*, na acepção pejorativa do termo, o que não impediu, na prática, bom número deles de hiperbolizar o que no regime ia no sentido do culto patológico da “lusitanidade”, ajudando até com veemência particular a radicalizar nos termos mais cegos e dementes uma política “imperial” cujas funestas conseqüências não escaparam a gente menos “visionária” e menos delirantemente “patriótica”.

No primeiro quartel do século XX, pós Primeira Grande Guerra, pressionado por novas políticas humanitárias relacionadas ao tratamento dos indígenas, Portugal teve de rever a situação do trabalho compulsório a fim de amenizar sua situação perante a Sociedade das Nações que defendia um tratamento mais humanitário aos povos

colonizados. Como veremos, essa política não dura muito e durante o Estado Novo, o regime de trabalho dos indígenas voltará ao que era antes.

1.2 O Estado Novo e a propaganda colonial

Com o advento da ditadura, novas bases passarão a sustentar a política colonial portuguesa. O Acto Colonial promulgado em 1930, concebido pelo então ministro António de Oliveira Salazar antecipará o poder e o respeito obtidos por ele, também idealizador do Estado Novo (1933), que entre outros mandos, reafirmará a posse permanente de Portugal sobre suas colônias. Marques em sua *História de Portugal* afirma:

O Acto Colonial de 1930, em cujas concepções e redação o próprio Salazar – Ministro das Colônias interino durante alguns meses – desempenhou papel de relevo, corroborava os princípios básicos estabelecidos desde 1926. Concebido como uma espécie de Constituição para os territórios de além mar – e, conseqüentemente, mais amplo em escopo do que o Estatuto dos Indígenas, que não abolia -, acrescentado, mais tarde, como apêndice, à própria Constituição de 1933, introduzia algumas características ultra-nacionalistas, tão caras ao espírito de Salazar.(p.521)

Com a Constituição de 1933, o Estado Novo se assegura constitucionalmente e ao longo de quatro décadas um trabalho de doutrinação lançado em vários setores da vida nacional irá confirmar o nacionalismo português e sua “vocação imperial”,

baseada na veneração de feitos históricos da pátria portuguesa e de seus heróis. Verificamos nesse período um país marcado por um profundo nacionalismo, funcional ao governo centralizador de Salazar.

Convém lembrar que para a execução desse projeto nacionalista/expansionista necessitava-se um estado forte, autoritário e controlador. A combinação desses elementos resulta na censura a todos os meios de comunicação veiculados na metrópole e nas colônias, garantindo assim, a discussão e publicação apenas do que fosse de interesse do Estado. Também ficaram proibidos, no que diz respeito às colônias, debates públicos que contrariassem o ideal colonialista.

Tais ideais baseavam-se única e exclusivamente em confirmar ideologicamente o Império português, por meio de discursos nacionalistas introduzidos em toda a sociedade portuguesa. Retoma-se (se é que em algum dia se perdeu), a mística portuguesa do colonialismo, ou seja, o direito histórico de Portugal em relação às colônias ultramarinas. Direito “adquirido” por meio de 500 anos de experiência em colonizar e catequizar. Salazar, interessado de perpetuar seu poder, lança vários planos de ação.

Um desses planos, talvez o mais eficaz tenha sido a propaganda sobre o império e sua grande força no seio da população. Disseminada por vários meios de comunicação, a propaganda imperial tinha como objetivo principal envolver a população, de tal modo que se sentisse participante ativa do governo. Em meio a esse envolvimento popular difundiu-se de forma abrangente a ideologia imperial e por conseguinte uma mentalidade colonial. Houve um bombardeio de campanhas que muitas vezes funcionavam como uma lavagem cerebral, exacerbando um nacionalismo

baseado na reverência aos feitos heróicos do passado português (Alexandre: 189): Exposições, Concursos Literários, Semanas Coloniais, só para citar alguns⁵.

Fernando Rosas (1996), na introdução de seu livro dedicado à análise da economia e da sociedade portuguesa entre 1928 e 1938, também entende os anos 30 em Portugal como um período de auto-afirmação e estabilidade do Estado Novo. Chama a atenção, no entanto, que para produção desse estudo, as informações tanto históricas, como sociais e econômicas foram obtidas em documentos produzidos pela aparelhagem propagandística do regime, “*onde rareia, aliás a intervenção de historiadores*” (p.25). Ao mesmo tempo considera que durante o regime “*a propaganda foi um veículo relevante da teorização de certos sectores da intelectualidade e da cultura*”. (p.24,25)

Ou seja, concorda-se que informações de qualquer natureza, só foram conseguidas por meio do Estado. Verdadeiras, falsas, camufladas, ou não, percebemos que a história, a literatura ou qualquer outro setor da sociedade portuguesa terá como documentação somente o permitido para publicação. A ausência de democracia e o forte aparelho repressor minimizaram a história do período a dados “previamente” analisados, que retratavam a perfeição do regime, aproximando-o a um conto de fadas, temporariamente sem bruxas. Para Eduardo Lourenço (2001),

Não vivíamos num país real, mas numa “Disneylândia” qualquer, sem escândalos, nem suicídios, nem verdadeiros problemas. O sistema chegou a uma tal perfeição na matéria que não parecia contrapor uma outra imagem de nós mesmos àquela que o regime tão impune, mas tão habilmente propunha sem que essa *imagem-curta* (não apenas ideológica, mas cultural) aparecesse como urna sacrílega contestação

⁵ Heloísa Paulo (1994) explica detalhadamente os meios de propaganda do Estado Novo, tanto em Portugal como no Brasil.

da *verdade portuguesa* por ele restituída à sua essência e esplendor.

(p.33 e 34)

Nessa mentalidade colonial, unia-se assim a memória, a bondade, a simplicidade, o cristianismo de um povo, que tinha em seu histórico o dever de levar um pouco de si aos que nada têm. A propaganda imperial aproveitou-se dessa crença que cerceia a cultura portuguesa, e de acordo com Fernando Rosas (p.155 a 159), a singeleza encontrada na tradicional economia rural portuguesa também servirá como ponto de apoio aos discursos de Salazar que a utilizará como um dos motivos para levar adiante uma economia baseada na proteção das pequenas empresas nacionais, na produção familiar, desenvolvendo assim uma cultura nacionalista baseada na Pátria, no Trabalho, na Família e no espírito cristão: “*bucolismo idílico da família rural, como esteio da ordem social, se associava a uma segunda idéia de força: o culto da aurea mediocritas, da pobreza honesta, honrada e reverente.*” (p.157). Eduardo Lourenço (1999), a respeito desse mesmo período, reitera que o discurso ideológico propagado pelo Estado Novo renovará o mito de um povo predestinado, que ressurgirá cada vez mais forte das constantes turbulências verificadas desde sua origem.

O sentimento profundo da fragilidade nacional – e o seu reverso, a idéia de que essa fragilidade é um dom, uma dádiva da própria providência e o reino de Portugal espécie de milagre contínuo, expressão da vontade de Deus – é uma constante da mitologia, não só histórico-política mas cultural portuguesa(...). A sacralização das ‘origens’ faz parte da história dos povos como mitologia. Mas deve

ser raro que algum povo tenha tomado tão à letra como Portugal. (p. 91,92)

E de acordo com Eduardo Lourenço, a partir do *Ultimatum* “até 1974, com a revolução de Abril, a ‘nossa’ África tornou-se o horizonte incontornável do nosso destino predestinadamente colonizador. E oniricamente imperial,” (id p.129), assim, intensificou-se ainda mais aquilo que já poderia ser considerado como herança.

Nos anos 40, ou mais precisamente, após a 2ª Grande Guerra, intensifica-se a imigração portuguesa às colônias. O desenvolvimento econômico e a forte propaganda governamental fazem com que milhares de portugueses se desloquem para Angola e Moçambique. Com o reforço da presença portuguesa nas colônias, a comercialização de produtos da Metrópole como vinho, tecidos, maquinários, entre outros fortalece a economia portuguesa (Alexandre p.192)

Ao contrário do apregoado pelo governo no início do regime, caracterizado por forte espírito nacionalista, os anos 50, dando sequência ao desenvolvimento econômico iniciado nos anos 40, foram marcados pela “*abertura da economia metropolitana e colonial ao capital estrangeiro (por via do investimento público ou privado)*” Rosas (1994:489). No entanto, se na economia observa-se sinal de avanço, no campo político, principalmente em relação às colônias percebia-se o inverso. A atmosfera de independência política começa a se firmar de forma cada vez mais contundente nas colônias portuguesas.⁶

⁶ “Mas, mesmo na aparentemente pacífica África portuguesa, algo começava a mexer. Os tumultos de 1951 nas roças de São Tomé tinham sido brutalmente reprimidos (...), o mesmo sucedendo em Angola com a agitação entre os trabalhadores contratados do Norte de Angola, em 1956, e a greve dos estivadores do porto de Lourenço Marques, no mesmo ano, saldada com várias dezenas de mortos. Em 1959, o célebre “massacre de Pijiguiti” seria resposta à greve dos trabalhadores do porto de Bissau . E em janeiro

O exército português reagiu de forma contundente a qualquer ato de insubordinação verificado nas colônias, porém, mesmo assim, os movimentos de independência vão ganhando mais força tanto interna, quanto externa. É o caso da “*União dos Povos de Angola (UPA)- e depois à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)- que cedo contará com o apoio norte-americano;*” (Rosas:515) Em resposta à movimentação pró-independência observada nas colônias, Rosas afirma que “*Ao longo dos anos 50, não terá havido uma oportunidade de intervenção pública em que Salazar deixasse de insistir no grande desenho e sua estratégia colonial*”. (p.516)

Dando seqüência à onda de crises enfrentadas pelo Estado Novo, as eleições ocorridas em 1958 “*marcam verdadeiramente o início do fim do salazarismo e do próprio regime*”(p.523). Mesmo à deriva, Salazar utilizando-se de forte aparato policial, representado pela PIDE, exercerá intensa repressão a seus oponentes, enfrentando assim, insurreições ocorridas dentro das Forças Armadas portuguesas, que mostrará seus propósitos de derrubar o mentor do Estado Novo.

Em resposta às atitudes de Salazar, como também em defesa do “verdadeiro colonialismo”⁷, o capitão Henrique Galvão, (autor dos romances coloniais *O velo d’ouro* e *O sol dos trópicos*, objetos de análise deste trabalho) em 1961, na tentativa de tornar pública a realidade das colônias portuguesas em África, chama atenção do mundo ao seqüestrar o paquete Santa Maria, rebatizado como “Santa Liberdade”, com o intuito de

de 1961, renunciando os acontecimentos do mês seguinte, os trabalhadores das plantações algodoeiras da Baixa do Caçange (no Norte de Angola) revoltam-se e entram em greve.” (Rosas 1994: 515)

⁷ Maiores informações a respeito da trajetória de Henrique Galvão podem ser encontradas na obra *Ecos do Atlântico Sul*, fruto do doutoramento de Omar Ribeiro Tomás publicada pela Editora UFRJ-Fapesp, publicada 2002. Mesmo assim, citaremos abaixo um fragmento interessante a respeito do capitão português, que apesar das ações contrárias ao salazarismo, apoiava o colonialismo em África: “Salientamos, num primeiro momento, que Galvão jamais abandonará uma visão de conjunto do império. (...) Vendo Portugal por todas as partes, é como o “mais português de todos os portugueses”, que procuraremos interpretar o personagem que foi Henrique Galvão; em sua obra literária, visualizaremos um império lido e relido por gerações de portugueses, e sem dúvida, responsável pela afirmação de uma certa “mentalidade colonial”, depreenderemos, ainda, os sonhos de mudança de muitos que desejaram romper com o Portugal imóvel de Salazar.” (p.156)

“desembarcar no Norte de Angola e aí instalar uma espécie de governo provisório” (p.532). No entanto, o Santa Maria é interceptado pela Marinha americana e Galvão recebe asilo político no Brasil.

Na década e 60, e início de 70, a Guerra Colonial toma conta das colônias portuguesas. A partir de 1969, Marcelo Caetano, substituto de Salazar no poder, anuncia medidas que dariam uma certa abertura ao regime. Era tarde. Os capitães, aqueles que realmente estavam em campo, passam a ser os intérpretes do desgaste e do cansaço com a guerra e visualizam a necessidade de finalizá-la. Assim, em 25/04/1974, o que seria um Golpe Militar gerado pelo descontentamento de parte das Forças Armadas, transforma-se em uma revolução. Segundo Lincoln Secco, *“a alvorada de 25 de Abril de 1974 revelou um exército que não mais seria o vetor da colonização forçada na África. Libertou, assim, o país da carapaça política imperial e permitiu aos partidos e à sociedade civil tratarem das saídas para depois do fim do império”*. (2004:115).

No segundo semestre de 1974, em resposta às pressões externas, o governo português publica *“a lei que estabeleceu o direito das colônias à independência (...) Mas entre a lei e a realidade ainda havia uma distância a cumprir.”* (Secco: 129). O General Spínola, então presidente do país e representante do antigo regime, opõe-se à lei promulgada pelo primeiro ministro Vasco Gonçalves, porém o Movimento das Forças Armadas, novamente mostrando a força que exercia desde Abril, não cede às pressões e *“o poder acabaria sendo entregue aos movimentos guerrilheiros de esquerda que eram hegemônicos nas guerras de libertação da África.”* (p.130)

No que diz respeito às antigas colônias portuguesas, resta-nos lembrar a situação dos retornados, boa parte nascidos em África, têm agora como destino a antiga metrópole. A chegada desses indivíduos passa a representar um caos social e

econômico, na medida em que o governo português tem de absorver mais de meio milhão de pessoas e assegurar os mesmos direitos daqueles que já estavam no país. Além de serem considerados um peso à governabilidade, os retornados enfrentam também forte rejeição da população por refletirem a imagem da derrota do imperialismo português tão aclamado em prosa e verso desde as Grandes Navegações. Secco, como historiador, afirma que

os chamados “retornados”, amontoados no aeroporto de Lisboa, foram só um símbolo de um vasto problema social que se desenvolveria por causa da revolução. Ex-combatentes, ex-residentes, pessoas que perderam trabalho e fazendas, teres e haveres, rendas e esperanças no continente negro, agora retornavam. (...) Assinalaram mudanças mentais que ainda estão por se revelar plenamente ao historiador. (p.224)

Opinião compartilhada pelo também historiador Fernando Rosas que em palestra proferida na Universidade de São Paulo, em 27/04/2006, afirmou ainda não existir o distanciamento histórico suficiente para fazer afirmações definitivas a respeito do fato histórico de forma mais isenta. No entanto, confirmou que os cinco primeiros anos dos retornados em Portugal não foram nada fáceis, devido o menosprezo de grande parte da população portuguesa.

Para Eduardo Lourenço (2001), a falta de distanciamento histórico não foi problema para concluir que

Quinhentos anos de existência imperial, mesmo com o desmazelo metropolitano ou o abuso dos colonialistas que era inerente ao

privilégio de colonizador, tinham fatalmente de contaminar e mesmo transformar radicalmente a imagem dos Portugueses não só no espelho do mundo, mas ao nosso próprio espelho. Pelo império devimos outros, mas de tão singular maneira que na hora em fomos amputados à força (mas nós vivemos a amputação como “voluntária”) dessa componente imperial de nossa imagem, tudo pareceu passar-se como se jamais tivéssemos tido essa famigerada existência “imperial” e em nada nos afectasse o regresso aos estreitos morenos muros da “pequena casa lusitana”.

Estranho “império” terá sido o nosso, e mais estranho povo para que, tendo, de súbito, parecido ter perdido a alma da sua alma, pareça sobretudo ter ficado chocado com a invasão-enxurrada das pedras vivas dessa imperialidade, amontoadas ao acaso no Aeroporto da Portela. (Pequena porta, portaló de espécie particular de recolha de lixo imperial). (p.43)

Se para o historiador, a necessidade do distanciamento histórico é primordial para não se levantar afirmações infundadas, contrariando seu compromisso com a verdade, para a literatura essa verdade não depende do tempo histórico, pois decorre das relações humanas e sociais, dando assim ao escritor, participante direto dessas relações, uma visão ampla do seu meio circundante, resultando, na maioria das vezes, em obras que refletem as inquietações, inseguranças que os fatos futuramente não darão conta. Aqueles que leram os romances coloniais produzidos durante o Estado Novo, puderam perceber como a literatura foi utilizada pelo Estado, a fim de disseminar sua ideologia e

contar um pouco da “história”, hoje só contada por meio de relatórios oficiais. Por outro lado, no que diz respeito à literatura pós-colonial, representada em nosso trabalho pelo romance *O Esplendor de Portugal*, de Antonio Lobo Antunes, observamos novamente a literatura dando conta da história que se via nas ruas e emanava na sociedade, ou seja, a situação dos retornados, como representantes da desconstrução de uma companhia colonizadora essencial para a definição da identidade portuguesa e sua vocação civilizatória.

CAPÍTULO II - LITERATURA E IMPÉRIO

2.1 Os romances

O ato de contar histórias sempre fez parte da vida da humanidade. No início, eram contadas oralmente e passavam de geração em geração, causando em seus ouvintes curiosidade, medo, fascínio. Com o advento da imprensa, o contar histórias, o relatar “causos” continua exercendo fascínio e encantamento, porém o livro, a revista, os folhetins podem alcançar várias pessoas simultaneamente e assim suprir esses prazeres propiciados pela oralidade. As histórias que mais chamam atenção, de forma geral, são aquelas que contam aventuras de homens em terras longínquas e exóticas. Após vencer diferentes desafios, eles voltam contando seus feitos, sempre caprichando numa boa dose de heroísmo.

Paralelamente a essas sensações maravilhosas, percebemos que as histórias também estão carregadas de senso moral, político e ideológico, e funcionam muitas vezes como modelo a ser seguido ou ainda, como sinal de virilidade e destemor de determinados povos em determinadas épocas. Não foi assim em *Ilíada* ou *Odisséia*? Aproximemo-nos um pouco mais no tempo. Em *Os Lusíadas*? Bem, como percebemos a presença do herói não é novidade nas literaturas ocidentais. Em meio a essa curiosidade, imaginemos então como foram recebidos em Portugal os textos informativos a respeito das terras descobertas no século XV. Se causavam fascínio naqueles que as escreviam, podemos imaginar, então, naqueles que liam.

Sabido então, que determinados tipos de textos são sucesso garantido de público, verificamos, em Portugal, durante o Estado Novo, o incentivo a uma produção literária,

denominada Literatura Colonial, que além de servir como meio de propaganda da ideologia do regime, seduz uma parte da população atraída por aventuras e exotismo. Esses textos, pelo que pudemos observar, não fazem parte, infelizmente, dos registros da História da Literatura Portuguesa, principalmente, na vigência do Modernismo português, período em que se poderia inseri-los, percebemos sua ausência como opção dos críticos portugueses. A não ser por Fidelino de Figueiredo (1966) que em sua obra *História da Literatura Portuguesa*, editado no Brasil, pela Companhia Nacional dedica página e meia ao assunto. Cabe notar que autor critica o uso da literatura colonial como uma das formas de propaganda do regime, porém se mostra favorável ao colonialismo e a uma produção literária que confirmasse o dom civilizador de Portugal.

Mas essa moderna literatura colonialista ainda se não libertou de todo da preocupação apologística e da ênfase da propaganda chauvinista, nem logrou interessar as zonas superiores da imaginação e da sensibilidade. É uma incorporação de grandes motivos, feliz anexação de territórios literariamente virgens, a qual está longe de haver dado todos os seus frutos. Sobretudo seria de grande urgência para essa literatura adquirir um prudente sentido das proporções, que é inseparável de toda criação artística duradoura. (...) Será para reear que esta literatura colonial, bem vinda e grandemente duradoura, não constitua defesa bastante para os perigos que no horizonte acastela a falta de escrúpulos éticos e jurídicos nas relações internacionais. Também é para temer que esta mesma literatura haja despendido grande parte de suas forças a louvar e exaltar campanhas policiais ou

punitivas, em vez de reborar a consciência do mandato civilizador de Portugal sobre extensos tratos de território. (p.484, 485)

O motivo da exclusão ainda não é tão claro, porém Francisco Noa (2002:15) aponta algumas pistas e soluções. Primeiramente nos fala do “*distanciamento temporal*” insuficiente para se ter isenção a respeito desse assunto que “*remexe, de imediato com sensibilidades, desperta crispções, dúvidas, fantasmas, sinais de desconforto e de inquietação*”, entretanto, na visão do estudioso, mesmo sendo um tema deveras “espinhoso” para ex-colonizadores e ex-colonizados, deve ser estudado para que não caia numa “*generalizada demissão da memória*”, pois, “*não deixamos de considerar a existência de muitas consciências para quem a palavra colonial é apenas uma vaga evocação de algo que tem um significado difuso, ou mesmo, nenhum significado*”, tratando especificamente das gerações pós 25 de Abril.

Salvato Trigo (sd:135) aponta outro motivo para essa lacuna na história literária. Segundo ele, duas forças se digladiavam no que diz respeito ao colonialismo. Uma apoiava uma aberta discussão sobre o assunto e outra restringia-o, como “*tema reservado a políticos*”, temendo assim, a criação de uma “*mentalidade colonial, uma opinião pública capaz de se deixar tocar pelos problemas da nossa história da colonização*”. Ainda, de acordo com Trigo, “*como já reconhecia, nos anos 30, José Osório de Oliveira, a literatura colonial era maldita para uns, e bendita para outros, dedicando-se estes a outorgar-lhes prêmios de valor discutível, e aqueles a niilizarem as boas obras que ela ia publicando*”.

Paulo Braga no ensaio *Grandeza e humilhação da literatura colonial*, publicado na revista *Seara Nova*, de (1937:304,305) faz severas críticas à literatura colonial e

caracteriza-a como “*uma pequena literatura regional*”, logo, sem condições de elencar “*um aspecto importante da Literatura de um povo com projeção em todos continentes*”. Ao comentar sobre seus escritores, afirma que os textos coloniais primam pela “*ausência de gramática e talento. Na literatura colonial portuguesa há, pois, falta de gênio. (...) A literatura portuguesa caracteriza-se pela ausência de alma e de cérebro*”. Refere-se ainda ao desprovimento estético da literatura colonial ao afirmar que “*Essa literatura, além disto, não existe como arte ou como função social, mas unicamente como concepção política.*” Na seqüência de seu texto, deprecia ainda mais a literatura colonial, concluindo assim o fato de ser uma literatura menor e por isso não merecedora de citação da afamada Literatura Portuguesa.

Mesmo detentora de apoio e de críticas, observaremos que esse tipo de literatura constituirá uma forma de propaganda instituída pelo Estado Novo português. A Literatura Colonial carregada de ideologia imperial fará parte de um dos procedimentos de difusão da mística imperial. Literatura esta que, além de servir como meio de propaganda do império, fez com que milhares de portugueses curiosos, fascinados, orgulhosos a partir dessas narrativas, que, ao contrário de muitas outras, identificam de maneira ímpar leitor/personagem e porque não dizer também o escritor, numa cumplicidade sem igual. O gosto por esse tipo de literatura que tinha como linhas mestras a relação personagem/natureza, a natureza exuberante cheia de mistérios, o exotismo, a superioridade portuguesa e apesar das “lutas”, os finais felizes para os portugueses, é claro, fez parte da vida de muitos portugueses durante décadas. De acordo com Lourenço (2001), o lusitanismo aliado à mitologia *patriótica-clerical* resultava em “*populismo graças a obras (romances ou poemas) em que uma imagem mais convincente do povo português cumpre uma assimilação discutida mas inegável*

dos poderes desse “patriotismo” vigente apenas sob a máscara e mitos de uma visão burguesa particularmente vulnerável”.(p.35) (grifo do autor).

Para difusão da literatura colonial seria necessário incutir no povo um sentimento profundo de nacionalismo. A partir do aparato propagandístico veiculado no país, o Estado Novo, imprime principalmente no colono que tinha como destino as terras de África, um orgulho ímpar de suas raízes. E com essa identidade baseada em séculos de mitos que rondavam a cultura portuguesa, é que o colono português, de acordo com os romances que analisaremos vão para África. Acima de tudo, o que era colocado como objetivo maior nesses romances era cumprir o destino já traçado desde a formação de Portugal. De acordo com Rita Chaves (2002) “*A idéia era incentivar, na metrópole e nas colônias, a produção de textos que, além do reconhecimento das terras invadidas, pudessem reforçar o que Raymond Willians chamou de “estruturas de sentimento”*”. (p.3)

Dado notório da ideologia do texto colonial é que além de entreter o português, informa que a África não é mais aquele lugar indomesticável: ao contrário a idéia que esses textos passam é que sobra terra e faltam portugueses para levarem adiante o império colonial. Há lugar para todos e promessa de fortuna também,

como exprimia-se já nos títulos das narrativas, com muita frequência indicando a relevância do espaço na composição da obra: *Terra de esperança* (de Emílio Castelo Branco –1940) *Terra Conquistada* (de E. Correia de Matos – 1945) e *Terra ardente* (de Norberto Lopes – 1948) integram uma lista que pode ainda ser ampliada com títulos em o continente é uma referência explícita: *África portentosa* (de Gastão

Dias), *África misteriosa* (de Julião Quintinha) e *África, terra da promessa* (de Rodrigues Jr.). (CHAVES :13)

O sol dos Trópicos e *O Velo D'Oiro*, romances identificados com o processo de colonização apresentam inicialmente as mesmas motivações para o deslocamento espacial. Em ambos, os protagonistas saem de Portugal rumo à África devido às insatisfações pessoais que a Metrópole lhes traz. As personagens, assim, esperam que a mudança para a África solucione seus problemas e insatisfações que estão diretamente ligados à falta de dinheiro e às poucas perspectivas profissionais e sociais proporcionadas pela Metrópole. Eles têm alguma instrução, grandes ambições e querem a todo custo dar um passo ascendente na pirâmide social. Só que a Metrópole não é o melhor lugar para tais aspirações e no início de século XX, Portugal

se viu às voltas com um outro problema: a retração dos pólos tradicionalmente receptores de mão-de-obra portuguesa, nomeadamente o Brasil. Assim, fortaleceu-se a concepção que via nas grandes colônias africanas o principal porto de destino do migrante português. Para tal, deveriam ser feitos planos de fomento colonial – já ensaiados (e fracassados) em momentos anteriores – e uma imensa propaganda sobre a viabilidade dos territórios africanos. Thomaz (2002:70)

Sem dúvida, o Estado Novo português reafirma o intuito de tornar Portugal uma nação pluricontinental e para tanto, utiliza-se de propaganda eficiente que incita no povo o anseio de uma nova rota de migração: as colônias africanas. Para esse empreendimento, a Metrópole passa a estimular a ida de portugueses às colônias

africanas, utilizando como motivação o mito épico/expansionista que segue os lusitanos desde o século XV, na tentativa de minimizar os problemas econômicos que assolavam o país e ao mesmo tempo assegurar o poderio português em África. O interessante é perceber que não só os adultos são o alvo desse tipo de propaganda. As crianças da Metrópole, por sua vez também recebiam seu quinhão. Os livros infantis propagados pelas escolas, da mesma forma, introduziam no meio escolar, informações sobre África e subliminarmente a necessidade de salvação das pobres crianças africanas. De acordo com José Luís Lima Garcia (1992),

Nos livros infantis da época, será interessante reparar no conteúdo simbólico de certos títulos e associa-los com o que está para além do imaginário da criança “*metropolitana*”. Títulos como a *Joanita Africanista* de Emília de Sousa Costa, *História de Balu Pretinho da Guiné* de Gabriel Ferrão, *O Pretinho* de Irene Patrocínio, *A Princesa negrita: novela infantil* de Arlete Navarro, revelam sobre a forma de diminutivos, o modo paternalista e protector como essas personagens eram tratadas. (p.417)

2.2 A opção pelo romance

Yan Watt (1996) ao escrever a respeito do nascimento do romance inglês, mostra sua importância na Inglaterra do século XVIII, chamando atenção para a evolução do gênero nos meios burgueses, desde os mais simples aos mais ricos principalmente entre as mulheres que proibidas por seus maridos de trabalharem, encontravam nos romances uma forma de distração (p.42). Além de mais tempo para

dedicar-se à leitura, o avanço econômico da burguesia provoca uma nova direção para o mercado das artes, até então patrocinado pela nobreza que se encontra em declínio. Nesse cenário surge a figura do editor ou do livreiro que *“junto com alguns impressores, possuíam ou controlavam todos os canais de opinião”* (p.49). Dessa forma, os escritores passam a produzir textos bem mais próximos à realidade dos leitores, popularizando, assim a literatura e tornando-a gradualmente mais acessível à população de modo geral.

Outro fator desencadeador para desenvolvimento do romance como projeto burguês será a relevância dada às experiências individuais, fruto na nova organização social, política e econômica ocorrida a partir da Reforma Protestante e da Revolução Industrial. No entanto, não se deve confundir o individualismo defendido pela sociedade moderna com egocentrismos. De acordo com Watt (1996), o individualismo moderno *“Pressupõe toda uma sociedade regida pela idéia de independência intrínseca de cada indivíduo em relação a outros indivíduos e à fidelidade aos modelos de pensamento e conduta do passado designados pelo termo “tradição” – uma força que é sempre social, não individual.”* (p.55). Ou seja, atitudes individuais dependem diretamente da retaguarda afiançada pela sociedade. Na análise de *Robinson Crusoe*, de Defoe, Watt afirma que

a trajetória de Robinson Crusoe baseia-se mais especificamente em alguns dos incontáveis volumes sobre as explorações daqueles viajantes que, no século XVI, contribuíram muito para o desenvolvimento do capitalismo proporcionando o ouro, os escravos e os produtos tropicais de que dependia a expansão do comércio e continuaram o processo no século XVII desenvolvendo as colônias e

os mercados internacionais dos quais dependia o futuro progresso do capitalismo. (p.61)

Assim, as atitudes individuais do herói e seu conseqüente enriquecimento indicam, a nosso ver, as características peculiares do romance a serviço dos ideais da burguesia, detentora de poder e dinheiro na Europa, resultado da expansão da indústria e do comércio que não conhecerão fronteiras e caminharão para além dos muros europeus, iniciando assim o imperialismo como fora concebido no século XIX.

Edward Said (1995) deixa claro que a opção pela literatura caracterizou os impérios francês e britânico, produtores de uma literatura colonial recheada de exotismo e grandes aventuras. Essas narrativas e outras produzidas a partir do advento do Romantismo, acabam por demonstrar o forte espírito empreendedor da burguesia, responsável pelo nascimento do romance, gênero literário filho da epopéia, segundo Lukács (2000) e Bakhtin (2002). Logo, o romance, além de entreter moçoilas entre um tricô e outro, servirá como porta voz do poderio burguês, do século XVIII.

Deste modo, sua importância estende-se nos séculos XIX e XX como comprovação do sucesso da empreitada imperialista européia, a ponto de Said afirmar que o romance *“como artefato cultural da sociedade burguesa, e o imperialismo são inconcebíveis separadamente.”* p.109. Justifica sua conclusão ao relacionar características particulares do romance que favoreceriam sua relação íntima com o sentimento colonial, tais como a contemporaneidade do romance, sua forma literária *“mais ocidental”* e *“seu modelo normativo de autoridade social”* assim, *“imperialismo e romance se fortaleciam reciprocamente a um tal grau que é impossível, diria eu, ler um sem estar lidando com de alguma maneira com o outro”* p.109.

Ou seja, desde o século XVIII, o romance procura demonstrar a supremacia sócio-política econômica da burguesia sobre os povos ou classes sociais inferiorizadas. Sendo assim, a íntima relação entre a forma romanesca e o capitalismo resultará numa união harmônica, eficiente e sólida que extrapolará as fronteiras do velho continente, no século XIX, rumo às Américas e às colônias de África e do Oriente.

Quando atentamos particularmente para Portugal e a produção literária colonial desenvolvida após os anos 30, do século XX, deparamo-nos com textos alinhados à ideologia expansionista portuguesa, em que prepondera a imagem de um império unificado por colonizadores imbuídos de singelos sonhos e excessivo entusiasmo, como bem podemos observar, especificamente nos romances *O velo d'ouro* e *O sol dos trópicos*, de Henrique Galvão. Ao compararmos os romances coloniais com *O esplendor de Portugal*, de Lobo Antunes escrito pós-independência das colônias portuguesas, verificamos que a realidade do colonialismo não termina em 1974, como registra a história. Enquanto os textos coloniais demonstram o passado colonial e as relações do colonizador com o colonizado, com a terra, com o poder, Lobo Antunes, utilizando as lembranças das personagens, preocupa-se em demonstrar a saga de uma família de colonizadores e suas relações familiares, com o colonizado, com a terra e também com o poder. Verificamos que Lobo Antunes não rompe com o “tema” colonialismo, porém, analisa-o a partir do momento que o enredo é finalizado nos romances coloniais, ou seja, *O Esplendor de Portugal* parte do “felizes para sempre” dos romances coloniais, que representa a perfeita adequação do colono português à realidade colonial, estabelecendo uma continuidade narrativa, intimamente marcada pela ininterrupção do processo colonial.. No entanto, Lobo Antunes, ao contrário de Henrique Galvão, não cria um ambiente marcado pela simplicidade. Em *O esplendor de*

Portugal, o autor enfatiza o auge do colonialismo português, marcado pela opulência das festas nas fazendas, resultado dos altos lucros obtidos nas plantações em Angola. Continuará a narrativa, observando as primeiras crises enfrentadas pelo Estado Novo em solo angolano, o conseqüente abalo da estrutura colonial, e o seu final, com morte da protagonista Isilda, última representante do colonialismo português em Angola.

Nos dois textos coloniais observamos a chegada do colonizador, a luta e o prêmio. Em *O esplendor de Portugal*, não encontramos essa relação, pois na realidade, quem trabalha e faz o império crescer é o preto, e se existe algum prêmio, não pertence a ninguém, uma vez que a situação de subalternidade obtida por meio de violência terá como resultado uma luta pela libertação também violenta. Tanto em relação a colonizados como a colonizadores o que sobra é o gosto amargo da destruição. Talvez seja este um dos motivos que levam portugueses e angolanos a evitarem o tema “colonialismo”, como nos afirma Noa:

Como é natural, não deixamos de considerar a existência de muitas consciências para quem a palavra “colonial” é apenas uma vaga evocação de algo que tem um significado difuso, ou mesmo, nenhum significado. No que concerne a esta última situação, pensamos, em particular, nas gerações pós-25 de Abril, em Portugal, e pós-independências nacionais, nos ex-domínios, em África.(p.16)

O fel ainda perdura e impede a racionalização. Lobo Antunes, em seu romance, reabre uma ferida que já se imaginava fechada e não estava. A Guerra Colonial, pano de fundo de seu romance, mostra em alguns momentos cenas de verdadeiro terror e violência que são, na realidade, a explosão de 500 anos de atrocidades sofridas pelo povo africano.

2.3 Literatura da Guerra Colonial

Jean-Paul Sartre no prefácio de *Condenados da Terra*, de Frantz Fanon (1968), faz uma observação sobre o final sangrento do colonialismo francês na Argélia, que sem receio poderíamos também aplicar ao português:

Sabíamos, creio eu, e esquecemos esta verdade: nenhuma suavidade pagará as marcas da violência; só a violência é que pode destruí-las. E o colonizado se cura da neurose colonial passando o colono pelas armas. (...)

Nós nos curaremos? Sim. A violência, como a lança de Aquiles, pode cicatrizar as feridas que ela mesma fez. Hoje estamos agrilhoados, humilhados, doentes de medo, arruinados. (...) Talvez então, levados à parede, desenfreareis enfim essa violência nova que velhos crimes requentados suscitam em vós.” (p.14, 21)

Endossando as justificativas de Sartre, Rui de Azevedo Teixeira (2001), observa que o homem sempre foi violento desde os primórdios de sua história, principalmente se o seu poder estivesse ameaçado. Logo, se o poder foi conquistado por meio da violência, a revolta dos dominados, quando acontece, refletirá a mesma violência: “*a violência gera a contraviolência, virando até pacifistas teóricos em agressores práticos(...).*”(p.14).

O estopim dessa violência encapsulada é a guerra: “*Um dia limpo, um dia de descanso total das armas, em toda a Terra, nunca se verificou.*”(p.15). Ocorrência

eminentemente masculina, a guerra deixa marcas, gerando nos combatentes o retraimento e o silêncio (p.19) rompidos muitas vezes por intermédio da escrita, como aconteceu em Portugal pós-74, período relevante para o aparecimento de valiosos textos que utilizaram a Guerra Colonial como tema que sob diferentes olhares tocaram no assunto.

Numa produção anterior (1998), Rui Azevedo Teixeira faz uma interessante categorização da literatura sobre a Guerra Colonial produzida em Portugal. De acordo com o autor, “*antes da queda do regime*”, as poucas obras editadas sobre o tema reproduzem os ideais do regime, apoiando-se não raramente em bases Luso-Tropicalistas (p.93,94). Destacam-se nesse período *Sangue no Capim*, de Reis Ventura, *Parágrafos de Literatura Ultramarina*, de Amândio César, *Aquelas longas horas e A flor e a Guerra*, de Barão da Cunha, *Vôo Doméstico*, de Couto Viana. Além de antologias escritas por Pinharanda Gomes, Fernanda de Castro e poemas de Miguel Torga, Natércia Freire, Antonio Salvado, Jorge Silveira Machado, Couto Viana e Homem de Mello.

Ainda durante o governo de Salazar, mesmo sob forte repressão, alguns autores já produziam textos “*de fundo bem diverso na sua subliminar mensagem política*.”(p.95): *Cuidar dos Vivos*, de Fernando Assis Pacheco, *Praça da canção* e *Canto de armas*, de Manuel Alegre, *Três Natais*, de José Correia Tavares, *Kambuli, o despertar da consciência*, de Mesquira Brehm e *Jardins de Guerra*, de Casimiro Brito. Já “*no consulado de Marcelo Caetano*”(p.96), Álvaro Guerra produz *O disfarce*, *Memória* e *O Capitão Nemo e eu*, “*três livros de base ideológica anti-colonialista e anti-situacionista*”(p.96). Utilizando-se do assunto do momento, Guerra do Vietnã, para confundir a censura, Assis Pacheco escreve *Câu Kiên: um resumo* para “*se falar da*

guerra em Angola” (p.96). Porém, como já comentamos anteriormente, somente após o 25 de Abril “a literatura tematizadora de guerra passa a transmitir valores de esquerda (...)”(p.100) e os escritores, além de conceber a morte do antigo regime, exorcizam os fantasmas deixados pela guerra colonial, incrustados em sua memória (Vecchi, 2003:194,195) de ex-combatentes, a maioria deles, que serviram “nas Forças Armadas com a patente de alferes, categoria militar própria do estudante universitário ou recém-licenciado (...)”(Teixeira, 1998:104) ou pessoas intimamente ligadas a eles.

Teixeira além de repetir algumas vezes em seu texto que a marca principal da literatura de guerra é “a culpa (e suas extensões metastáticas como o esquerdismo compensatório, o anti-racismo artificial e a negação de qualquer heroísmo guerreiro português” (p.109), faz um levantamento de outros temas abordados por esta literatura e seus respectivos representantes. São eles:

- um fundo de sociopatia intelectual que encara a verdade como uma opção e a conveniência (política sobretudo) como um imperativo; o gosto pela *faction*, por uma ficção dobrada dos factos, ao documental (Vale Ferraz ou Carmo Vicente);
- a farsa e o sarcasmo que se alimentavam principalmente da “ficção transcontinental”, do “fio invisível da portugalidade” que une a gigantesca geografia colonial; uma grande carga autobiográfica que faz do exercício literário um tapar de rosto com máscara transparente (Lobo Antunes ou Wanda Ramos);
- enredos que se desenvolvem tendo por fundamento um relação homossexual (Álamo Oliveira ou Domingos Lobo);

- a dissolução da intriga e da personagem que, esporadicamente, dá lugar – como se de uma novidade exótica se tratasse – ao evento ou o retrato bem delineados da narrativa tradicional (Álvaro Guerra ou Domingos Lobo);
- a idéia da sem-razão da guerra, do absurdo de viver entre o absurdo de matar e absurdo de morrer (José Martins ou Guerra);
- o comum interesse pela memória coletiva (mar, naus, oceano, praia, etc.); a obsidante atracção, na linha de Pascoaes, pelo *ser* da *pátria* e pelo *ser português* (contrariamente ao poeta, com a sua ênfase na renascença, estes autores privilegiam a *narrativa da decadência*); a paixão historiadora, a importância da História no entretecer ficcional da história e a conseqüente obsessiva dupla temporal passado-presente (Guerra ou Manuel Alegre);
- a osmose genética, que não se dá só entre a ficção e o testemunho ou a História, mas também entre a prosa e a poesia (Wanda Ramos ou Alegre);
- a mestiçagem lingüística, no rasto do linguajar luandino, buscada por João de Melo mas também detectável em Wanda Ramos ou Domingo Lobo;
- o generalizado desinteresse pela estetização da violência e o acinte miúdo perante o *ethos* guerreiro; e exceptuando Carlos Vale Ferraz e Alpoim Calvão, a incapacidade para a descrição convincente de situações de combate. (p.108,109)

Na avaliação de Eduardo Lourenço (1994), a literatura do período não considera apenas os autores envolvidos, de alguma forma, na guerra colonial. No ensaio *Literatura e Revolução*, além sua análise à mudança de foco presenciada pela literatura portuguesa pós-74, antes, no entanto lembra da geração de escritores anterior à revolução e seu sonho que “*chegava, enquanto acontecimento libertador de pulsões criadoras, realmente tarde*”(p.293), logo, “*a revolução real devia nascer, por assim dizer, exausta*”(p.293), restando para uns o “silêncio” e para outros o “desafio” às mudanças conferidas pelo 25 de Abril. Porém, “*(...)a importância do momento revolucionário, após o vazio imaginante natural dos começos, foi a de descobrir diante de todos – velhos ou novos autores – um espaço aberto (...)*” (p.299), vivificador, em que se verá

O afloramento escrito do proibido ou recalcado, em termos de expressão ou de conteúdo, traduziu-se em obras onde as aventuras ou desventuras individuais ou coletivas dos últimos anos – combate e repressão africanos, exílio, emigração – encontraram o seu lugar (in)esperado. Toda essa temática, numa perspectiva que é ao mesmo tempo de restituição do vivido e denúncia dele, (...). (p.300)

Dentre os “velhos” e “novos” escritores responsáveis por essa mudança temática, Eduardo Lourenço cita: Vergílio Ferreira, Maria Velho da Costa, Almeida Faria, Lobo Antunes, Luiz Pacheco, Dinis Machado, Álvaro Guerra, Lídia Jorge, Maria Gabriela Llansol, Fernando de Assis Pacheco, Mario Cláudio, Nuno Júdice entre outros.

2.4 Os condenados do império

Frantz Fanon (1968) ao fazer referência à violência colonial observada na luta de libertação argelina, aponta os diversos motivos impulsionadores de uma guerra tão sangrenta. Como foi ponderado anteriormente, esse processo também acontece nas colônias portuguesas, por ocasião das guerras de libertação, onde segundo Sartre (1968), no prefácio de *Os condenados da terra*, “bem recentemente, furavam-se os lábios dos descontentes para os fechar com cadeados” (p.10). E da forma que Fanon situa a violência como gerador de violência, percebemos que seu texto serve não só para explicar a situação argelina, como também de outras colônias que passaram pela mesma situação como é o caso de Angola.

No decorrer de *Condenados da Terra*, Fanon discorre sobre a violência, desde a chegada dos colonos, e a relação de superioridade que se estabelece com os naturais da terra, alertando que “*criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que torna consideravelmente mais leve a tarefa das forças de ordem*”(p.28). Retornando aos romances, percebemos com clareza essa situação. Rodrigo, protagonista de *O velo d'ouro*, ao citar os pretos de Umpata, chama a atenção do leitor para a dissonância que a presença deles causa em terras tão portuguesas:

Dir-se-ia que depois, da minha enorme viagem, de mais de vinte dias, a galgar distâncias, a devorar milhas, chegara outra vez a um cantinho de Portugal, com o seu ar lavado, a sua paisagem fresca, a sua fisionomia hospitaleira. (...)

De ambos os lados da estrada descortinavam-se fazendas alegres, ora acachapadas numa aba ondulada do terreno, ora recolhidas na sombra de um doce pomar. (...)

Se não fora a nota bizarra que davam os pretos, cruzando freqüentemente a estrada ou espreitando curiosamente por entre o capim, eu não poderia conceber que pertencesse à África aquela paisagem abençoada, onde sangravam telhados vermelhos do Minho e pastavam rebanhos suaves da Beira (...).(p.28 e 29)

Venâncio, protagonista de *O sol dos trópicos*, reitera a submissão dos pretos, diante da bondade portuguesa:

Dei finalmente, após vastas passadas hesitantes, com um negro estendido, que gemia uma cantilena plangente. Quando deu por mim, ergueu o tronco em movimento esforçado e medroso, mas logo o deixou cair, impotente, bradando mais alto, como se sentisse soar a última hora.

Vi então que estava ferido na perna esquerda.

Era um preto esguio, de músculos longos e limpos, membros afilados, que deviam ser velozes e elásticos, tronco cônico bem assente nos quadris, carapinha abundante. Nos seus olhos muito abertos lia-se o desespero do animal acossado e o medo – um medo apavorante, louco. Supuz que ia morder-me. (p.131 e 132)

Ou ainda em *O esplendor de Portugal*, na voz de Isilda, protagonista do romance, sua lembrança da infância e dos áureos tempos coloniais:

e eu suspeitei pela primeira vez que a Maria da Boa Morte e eu não éramos iguais por a minha madrinha me não chamar preta nojenta, me não olhar num desgosto indignado, suspeitei que a Maria da Boa Morte era inferior a mim, não tinha alcatifa nem tapetes, somente duas ou três esteiras, pratos de metal desirmanados, um telefone sem pilhas com a antena quebrada e a boneca a presidir à miséria(...).

de forma que apenas nos tornamos a ver muito depois, quer dizer dava por ela ou parecia-me dar por ela de saco, esporeada pelo assobio do capataz, no meio dos contratados do girassol, julgava encontrá-la aos domingos na fila da cerveja da cantina, a certa altura grávida, a certa altura com um filho, a certa altura grávida de novo, a certa altura com um cortejo de crianças caminhando atrás de um homem que nem a olhava, mas como os bailundos, por se parecerem todos, a gente não os conseguia distinguir, podia ser uma irmã ou uma prima ou uma criatura vinda de Nova Lisboa no último caminhão de gado, alinhada contra o armazém enquanto os chefes de turno as contavam, o enfermeiro lhes palpava os músculos das pernas, o meu pai pagava ao motorista consoante a número e a saúde deles, a senzala crescia no sentido do rio e com a senzala as galinhas, o pivete e as moscas, trezentos e cinquenta ou quatrocentos no início das colheitas, metade ou menos da metade derivado à desinteria quando acabava o algodão,

as camionetes regressavam ao sul com sete ou oito doentes cobertos de varejeiras(...) (p.125 e 126)

Podemos perceber que essas manifestações textuais confirmam a tese levantada por Fanon. Em todas elas os pretos são relegados a uma posição inferior ao branco, numa relação de total dependência ou ainda, com descaso, como se fossem um borrão num quadro tão perfeito. Esses pequenos exemplos que os textos nos dão, mostram com clareza, além da superioridade branca, a exploração do trabalho e a forma como os colonos vêem essas pessoas. Percebemos que a empresa colonial, por meio dos órgãos de propaganda cria um conceito sobre os colonizados, que certamente marca uma relação de poder, mesmo antes de se sair de Portugal (Cabaço e Chaves: 2004). Tratados como animais, confirmam também o “darwinismo social”, próprio de regimes coloniais, principalmente no caso português (Alexandre:2000).

Outro ponto citado por Fanon é o fato do colono incorporar onde quer que esteja, a história da pátria, pois para onde quer que vá, levará seu espírito altruísta, e ali construirá uma extensão da metrópole. Para conseguir seu intento, não poupará esforços. Engrandecerá a pátria, usará o nacionalismo como pretexto, ou seja, será capaz das maiores atrocidades para conseguir a riqueza. A mesma que não consegue na Metrópole é espoliada da terra e dos lombos angolanos. Para Fanon, o colono torna-se responsável pela história de seu país em África, logo “*a história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território, explorado, violado e esfaimado.*”(p.38). A preocupação em estender a situação colonial à história de seu país faz muitas vezes com que as narrativas coloniais, no caso de Portugal, sejam os únicos textos, em muitos momentos, a relatarem sobre as

colônias, de modo a constituírem “*uma base de referências que nos ajuda a compreender algumas singularidades do colonialismo português em África.*” (Chaves:2002). Logo fragmentos como

Parece-me que olho e sinto-me enternecer. Parece-me que olho e sinto uma epopéia, que apalpo uma raça saliente e vigorosa de boa raça. Não sei se a cidade é bonita ou feia, num sentido estético. Eu, por mim, acho-lhe todas, as belezas e sinto que isto está tanto em Portugal como se ficasse na outra banda do Tejo. *O Velo d’ouro* (p.25)

E Benguela, naquela hora canicular, cruzada através de artérias estiradas e mordidas pelo sol, era, sob certos ângulos e em freqüentes trechos, igual a retalhos portugueses de muitas cidades e vilas do baixo Alentejo, em Agosto calmoso. *O sol dos trópicos* (p. 61)

demonstram tranqüilidade do colono, certo de que ali, por ser a continuidade da Metrópole, nada poderá acontecer; o poder é dele, e à sua disposição existe todo um aparato que garantirá sua segurança. Essa era a intenção do Estado Novo: tornar as colônias africanas, consideradas até então terras de degredo, em locais mais aprazíveis, na intenção de criar, como já falamos, uma “mentalidade imperial” que buscava atrair famílias portuguesas para lá.

Albert Memmi (1967) segue a mesma linha de pensamento de Fanon. Questiona os motivos para uma mudança a locais tão distantes, uma vez que os colonos poderiam optar pela Europa ou lugares mais conhecidos. Entretanto, nestes lugares, argumenta Memmi, o colono não teria a presença de compatriotas, a proteção do exército, a administração colonial para orientá-lo e servi-lo. Somente nas colônias pode usufruir

tantos benefícios: é protegido pela lei, explora o colonizado, centraliza o dia-dia colonial em torno de sua cultura, língua, religião, enfim legitima-se como dono de um lugar que não é seu.

Já em *O esplendor de Portugal*, Isilda, mesmo após a independência de Angola, num estado de desvario, passa a ouvir a acusação das plantas, pela destruição de África. Mesmo assim, nega-se a ouvir tais vozes, seguindo o conselho do pai: “*Não ouças*”. E, nesse misto de lembranças do passado imperial português, confrontado à nova realidade angolana, insiste em reiterar a posse da casa e das pessoas: “*visto que moro no que me pertence, na quinta que fizemos e que me pertence como a Maria da Boa Morte e a Josélia as eduquei e me pertencem, e nisto, ontem na semana passada, pode ser que no ultimo mês, o capim calou-se, as copas dos salgueiros calaram-se, os ramos de ciprestes desistiram de falar (...)*” (p.75)

Outro fator desencadeador da violência está vinculado à demarcação de território praticada pelo colono. Por mais próximo que esteja o colonizado, existem linhas bem claras que dividirão o espaço de um e de outro. Fanon julga esse distanciamento como um dos propulsores da violência: *encurralados “os sonhos dos indígenas são sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos.”*(p.39). Exercendo essa agressividade guardada durante séculos primeiramente entre seus pares, chegará um momento em que, como um balão inflado, estourarão e caminharão para a única saída possível, as Guerras de Libertação.

Nos romances a demarcação e o distanciamento estão presentes em várias passagens. Por exemplo “*No alto, junto das fragas, a minha cabana de adobes, vigiava a lavoura(...) Mais aquém as cubatas toscas dos indígenas, o “sambo do gado”.*”(O sol dos trópicos p.192), ou “*A casa de Vasco era como os montes do Alentejo: um cubo*

muito caiado, de telhado vermelhos e largas janelas. (...). Para a banda de trás ficavam as terras de sementeira (...), e, mais arredado, um casarão que era, ao mesmo tempo, estábulo, celeiro e senzala dos pretos.” (O velo d’ouro p.31) ou ainda nas doces lembranças da infância de Isilda, “sentia-me melhor na sanzala do que em casa porque na senzala todos me obedeciam e em casa para além de me levantar eu tinha de obedecer a toda gente (...)” (O esplendor de Portugal p.123).

Muitas vezes não é apenas a questão espacial externa à casa colonial, a causadora desse distanciamento. Ele também ocorre dentro dos lares coloniais, pois por mais estreitos que possam parecer, os vínculos afetivos entre colonizadores e colonizados, quando existem, são rapidamente rompidos por certas palavras ou determinadas atitudes do colonizado. Nesse caso, o colonizador tomado pelo ódio, demonstrará sua violência, valendo-se do poder outorgado pelo regime.

- A Maria da Boa Morte diz que o Carlos é preto

o meu pai imóvel, a minha mãe imóvel, a minha avó imóvel, o relógio de parede imóvel (...)

a minha mãe telefonou ao comandante de polícia e uma hora depois o restolhar dos gansos, o pânico dos setters, o motor do jipe no pátio, ordens, correrias, a cozinha em reboição, um chicote no ar, os cipaios a levaram a Maria da Boa Morte no jipe, o comandante da polícia em baixo

- Está tudo em ordem dona Isilda (...)

a Maria da Boa Morte voltou em maio (...) mais magra, de cabelo rapado, com vergões no lombo (...)

a Maria da Boa morte de perna esquerda manca aquecendo as
sobras dos setters(...). (*O Esplendor de Portugal* p. 91 e 92).

Para Fanon, atitudes, como a de Isilda, mostram a “força” da reação do colonialismo a qualquer ameaça demonstrada pelo colonizado. Desta forma, o colono adverte aqueles que tentam ultrapassar as relações preconizadas pelo regime, lembrando que “o patrão aqui sou eu”.

2.5 Miscigenação

Até o final do século XIX⁸, a miscigenação era tolerada pela Metrópole, devido a ausência de mulheres brancas nas colônias. Com o advento do Estado Novo⁹, o governo português deixa claro em um de seus lemas baseado na “*superioridade da civilização européia e da própria raça branca*” (Alexandre: 189), um sinalizador de sua intolerância à mistura racial.

Para Memmi (1993) essa intolerância resume-se em racismo, um dos suportes de qualquer empreendimento colonial, marcado intimamente pela relação de desigualdade legitimada pelas diferenças físicas existentes entre colonizadores e colonizados, que resultará na dominação e fatalmente na opressão: “*Enfim, pouco importa os rodeios, a finalidade do racismo está na dominação. Foi este último ensinamento que retirei da conjuntura colonial (...) o racismo ilustra e simboliza a opressão.* (p.43)

⁸ Perry Anderson afirma que “A meio do século XIX, a população mulata de Angola e Moçambique era provavelmente o dobro da população branca (6.000 para 3.000)”. (1966:77)

⁹ id. “Entre 1925 e 1930, havia uns 25.000 mestiços em Angola: 30 anos depois, o seu número é o mesmo. É óbvio que as uniões mistas ficaram cada vez mais raras e de modo nenhum foram estimuladas.” (p.77)

Ao confrontarmos a tese defendida pelo Estado Novo a respeito da miscigenação, com os romances de Henrique Galvão, perceberemos que o autor, não só compactuava dos mesmos ideários, como também reforça o “darwinismo” social. Os protagonistas Venâncio e Rodrigo, quando descrevem, principalmente, a mulheres nativas, fazem questão de depreciá-las e desvalorizá-las. Assim, fragmentos narrativos, como o citado abaixo, demonstram a postura governamental em relação à miscigenação.

Foi a velha quem primeiro se humanizou. Entreabriu os beijos hediondos num riso aberto, em que não luziam dentes. (...) Era uma velha preta como todas as pretas de idade: magra, engelhada, esquelética, com seios vãos e achatados, pendurados no peito como longas peugas molhadas. (...) Ao seu lado, a preta mais nova, com o filho às costas, os seios alongados e pingarem pérolas de manteiga derretida, os olhos bogalhudos e mortiços”. (*O sol dos trópicos* p.172, 173)

Do contrário, a descrição do rapto de uma mulher branca, com quem se casará no final do romance, deixa mais claro ainda o que Venâncio pensa dos pretos. Também enaltece superioridade viril e moral do homem branco, destemido salvador de uma mulher desconhecida.

“Um sentimento de piedade pela creatura da minha cor, que eu imaginava sofrendo horrores – talvez, também, uns vagos pruridos de dignidade de branco, que se não conformava com a sujeição imposta por negros. (...) Toda a minha sensibilidade se arrepiava de imaginar

as brutalidades do preto sobre a mulher de minha raça – uma espécie de ciúme ou revoltas sexuais”. (*O sol dos trópicos* p.240, 241)

Perry Anderson, quando compara as diferentes concepções das Igrejas Protestantes e Católicas a respeito das relações inter raciais e “*o inigualitarismo sexual*”, afirma que diferentemente das esposas holandesas e inglesas que partiam para as colônias na companhia de seus maridos, a portuguesa “*era confinada aos limites do mais servil papel doméstico (...). Era simplesmente deixada em casa, na metrópole*”, logo, “*Nestas condições, os colonos tomavam as mulheres negras, e a miscigenação ocorria em escala considerável sem necessidade de qualquer base ideológica.*”(p.82)

Segundo Thomaz (2002), “*a falta de mulheres brancas seria um dos grandes problemas de Angola*” (p.173) e Henrique Galvão, grande crítico das relações inter raciais, apontará em seus textos a necessidade de mulheres brancas em África, como também defenderá que a verdadeira colonização deverá ser feita por homens e mulheres brancos, “*para ali reproduzirem uma nação.*”(p.182). Nos romances coloniais, Galvão imprimirá suas idéias a respeito da miscigenação. Defende a união de brancos e brancas, como a única possibilidade de se construir um grande império.

É o que fica claro no início de *O velo d’ouro*, quando Rodrigo ao encontrar, em Mossâmedes, Pompílio de Matos, “*antigo companheiro de colégio*”, que relata seu casamento “*com uma senhora de Mossâmedes, que já lhe dera dois filhos, dois portugueses de África, brancos e sadios como se tivessem nascido na sua aldeia de Trás-os-Montes*”(p.23). A pureza racial, como mostra o fragmento, não é uma especificidade só dos protagonistas, estende-se a todo império.

Na sequência do romance, Rodrigo intensificará sua posição racista. Assim como Venâncio, de *O sol dos trópicos*, ele desvalorizará a mulher africana, como podemos observar em: “*As mulheres, em geral, são feias e repelentes. Têm um todo e uma expressão animal que repugnam*” (p.115). Em outra passagem confirma “darwinismo social”, de forma tão simples e objetiva que chega a assustar o leitor desavisado:

“Era um tipo repelente de animal bravio. A sua expressão anatômica oscilava entre a do homem e a do símio. (...) Se realmente é de admitir que o homem descende do macaco e se as certezas científicas de Darwin são mais alguma coisa do que habituais fantasias duma Ciência, que todos os dias nega o que ontem afirmou para dar lugar a uma nova afirmação, os muncalas representam, dentro dessa verdade, o ser em transição (...). (p.185)

Em *O esplendor de Portugal*, a miscigenação também é desaprovada pelos colonizadores. Quando Isilda fica sabendo que seu marido tem um filho com uma preta e esta pede dinheiro para sustentá-lo, não vacila em comprar o menino de sua mãe, temendo que a mulher revelasse a identidade do pai e assim desconfigurasse sua imagem de colonizadora diante da sociedade local. Como o menino é branco, ao comprá-lo argumenta que somente as velhas pretas detectariam sua ascendência e não falariam nada. Além disso, de acordo com a protagonista, também o estava comprando a fim de proteger a mãe do garoto que fatalmente perderia o emprego e seria repudiada pelos de sua raça, ao verem-na carregando às costas uma criança branca.

A empregada do refeitório acocorada na esteira com o filho, uma criança completamente branca

(...)

lábios de branco, nariz de branco, cabelo de branco, quando muito reparando bem um vestígio no formato das unhas que nem um médico se lembraria de examinar, uma criança completamente branca em que apenas as pretas velhas de brasa de cigarro no interior boca, a Josélia, a Maria da Morte, detectariam sem hesitar a origem e a cor do sangue mas não diriam nada para se protegerem a si mesmas e a ele (...)

entre mulheres

para a empregada do refeitório, não entre uma branca e uma preta, entre mulheres, que até uma preta conhece o que nenhum homem preto ou branco sabe, a tirar o livro de cheques, a apóia-lo na marquesa

- Quanto?

ajudando-a a conservar o emprego, a que não a chamassem ao escritório para a despedirem a partir da altura em que não conseguissem ignorar a presença do rapazinho, o insulto de uma criança européia na senzala transporta às costas por uma africana qualquer, ajudando-a a não se repudiada pelos da raça dela, não aparecer morta numa azinhaga do bairro ou esventrada como um cabrito num trilho de capim, eu de caneta sobre o cheque que fitando as nuvens que caminhavam para leste no travejamento do teto, nuvens cinzentas diante das nuvens que traziam a chuva, a escrever não o

dinheiro que ela me não disse mas aquele que o seu emprego e o seu filho ou antes o meu filho (...) o mais velho dos meus filhos valia ...
(p.86,87)

De acordo com Isabel Ferreira Gould (2005:12), a inserção de Carlos, um mestiço, no seio de uma família de colonos, “*revela tanto o paternalismo visível dos actos de benevolência do colono para com as populações subjugadas (enquanto vontade de anular) a culpa histórica do colonizador, como o desejo de transformar (colonizar, assimilar, objetificar) o Outro no seio da família e da casa portuguesa(...)*”, demonstrando assim, as contrariedades existentes entre os defensores do projeto colonial sobre o possível estabelecimento do luso tropicalismo na colônia e os diferentes significados deste vínculo.

Outro episódio abrangendo a mesma questão acontece quando Clarisse, filha branca de Isilda, envolve-se com um mestiço são-tomense. A mãe, por intermédio de Carlos, toma conhecimento dos encontros de Clarisse, e como uma colonizadora autoritária, detentora de poderes, manda matar o namorado da filha, antecipando qualquer acontecimento que pudesse desabonar a honra de sua família.

- Até o cabelo trazes sementes de girassol Clarisse onde é que tu andaste?

a apanhar-lhe das costas folhas, espigas, pedaços de algodão, a pôr os óculos a fim de observar a bainha descosida, aproximá-los de uma marca vermelha no pescoço

- Onde andaste tu Clarisse?

(...)

e de repente a voz de Carlos (...)

no armazém com o contabilista são-tomense, vi-os entrar a meio da tarde, (...)

a minha mãe a perguntar isto ou aquilo, animada, sorrindo, a comandar os criados, a fechar-se no escritório para telefonar a Malanje, (...) minha mãe regressou do telefone numa paz de vazante, (...) na semana seguinte a Clarisse começou a afligir-se, (...) a minha mãe e o comandante de polícia se fecharam no escritório e as segadoras pulavam nos trilhos, a Clarisse entrou no rés-do-chão de telegrama em punho socando e socando a porta

- Mandaram-no matar está aqui escrito assassinos
(p.141,144,145,147)

No entanto, a mãe resigna-se com o casamento de Carlos, mesmo sabendo que a nora, Lena, é assimilada, moradora de musseque, filha de um funcionário do bairro do Cuca. Isilda não podia desejar nada melhor para o filho a não ser o seu próprio reflexo, na condição de filho bastardo e mestiço: *“Lena naqueles exageros sevilhanos de criatura de musseque, senão disse nada e a aceitei foi porque não podia querer demais para o meu filho, (...) ainda que fosse apenas um trisavô de sangue preto as asas do nariz e o cabelo não mentem sem falar na leveza especial dos gestos(...)”*(p. 372).

2.6 “O retrato do colonizador”

Albert Memmi (1967), logo nas primeiras páginas de seu livro, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, coloca em questão a tese desenvolvida por vários impérios a respeito dos verdadeiros motivos que os levaram ao moderno colonialismo. Argumenta que “a missão cultural e moral”, bem como o espírito aventureiro das viagens coloniais, usados como pretexto durante um grande período, mostram-se, na realidade, como ofuscamento das intenções econômicas de exploração. A política colonial portuguesa, nesse sentido não difere das difundidas em outros países, logo a opção de propaganda adotada pelo governo luso resultará, pelo menos nos romances coloniais, numa imagem viril do colonizador, muito próxima ao modelo exposto por Memmi:

Muitos imaginam o colonizador como um homem de grande estatura, bronzado do pelo sol, calçado com meias-botas, apoiado em uma pá – pois não deixa de pôr mãos à obra, fixando seu olhar ao longe, no horizonte de suas terras; nos intervalos de sua luta contra a natureza, dedica-se aos homens, cuida dos doentes e difunde a cultura, um nobre aventureiro, enfim, um pioneiro.(p.21)

Assim, distinção de caráter, destemor, entusiasmo, espírito cristão são particularidades indispensáveis aos colonizadores. Segundo Thomaz, para esses heróis dos romances coloniais, de Henrique Galvão: “*A África deve ser generosa, sem perder os mistérios e os encantos do exótico; deve-se domesticá-la, sem perderem-se as riquezas das paisagens e de suas gentes, riquezas estas traduzidas no cosmopolitismo*

do império e da nação.” (p.182). Ao lermos *O sol dos trópicos* e *O Velo D’ouro*, deparamo-nos com personagens detalhadamente ajustadas ao protótipo do herói. Venâncio e Rodrigo, ao discriminarem os pretos, como vimos anteriormente, confidenciam ao leitor, por meio da primeira pessoa, o espírito segregacionista da nação. Em nenhum momento, os protagonistas proferirão seu preconceito em alto e bom som, porém, como algumas atitudes valem mais que mil palavras, notaremos, assim como os pretos, a imposição do mais forte solidificando-se aos poucos. Afinal, sozinho, o branco não conseguiria nada, desta forma “*com eles o colono deve associar-se, mas não perder-se*”(Thomaz:182). Sendo assim, o hipotético espírito amistoso e benevolente do colonizador seduziria o colonizado a ponto deste, servilmente devotar confiança, trabalho e esforço para a expansão do império.

Em *O sol dos trópicos*, Venâncio salvará N’Tuba, ferido com um tiro na perna, após lhe terem roubado todo seu gado. Os ladrões, Coxo e Dezassete, eram funantes, escória portuguesa em África, saqueadores do gado e marfim. Recuperado, N’Tuba confiará cegamente na “amizade” desinteressada de Venâncio, a ponto de locomover toda sua família, que da mesma maneira verá no português, além de um despretenso “amigo”, o único capaz de enfrentar os funantes, freqüente ameaça aos mukubais. No seguimento da narrativa, o nascimento de uma aldeia liderada por nosso herói será apenas consequência de uma parceria baseada no “companheirismo”.

Apenas, ao primeiro contacto, uma timidez, todavia curiosa, os detinha a distância. Mas logo o gelo se desfazia – e pouco depois senhorialmente sentado à porta da minha cabana, com os negros acorados em volta, dava audiência.

Uns procuravam-me para lhes acudir a feridas mais ou menos vastas e que sempre recebiam o mesmo tratamento: água do ribeiro e o sol glorioso do meio dia; outros requisitavam a minha sentença para se entenderem em questões que, em geral, diziam respeito ao gado que apascentavam; outros ainda apenas queriam ver-me e estabelecer contacto comigo.

Pouco a pouco – eu que quisera ser ministro entre brancos! – era de facto, por sentimento e crença dos mukubais da região, feiticeiro, juiz, médico – enfim, uma força amada e respeitada por almas simples, que em mim confiavam mais do que certamente confiariam os brancos que governasse. (p.178,179)

Por esse fragmento, notamos que a hierarquização das relações em nada afeta o vínculo amistoso entre colonizador e colonizado, ao contrário, é vista naturalmente por ambas as partes, reforçando ainda mais a tese de Henrique Galvão, que defende uma colonização baseada no contato sensato com os pretos. Excesso de amizade ou truculência levariam por terra os interesses coloniais. (Thomaz, 2000:174)

Em *O velo d'ouro*, Rodrigo rum a África com o sonho do enriquecimento fácil proporcionado por possíveis minas de ouro. Lá chegando, ele e seu primo Vasco ouvem o relato de Mandombe, preto guerreiro, exuberante, “digno de confiança”, sobre a existência de ouro no interior de Angola. Vasco, antes mesmo da chegada de Rodrigo, já sonha com a possibilidade de riqueza fácil, abandonando assim o cultivo de sua fazenda, deixada a cargo de sua família. João, de dezenove anos, filho mais velho de Vasco, única personagem “com os pés no chão”, assume a administração da

propriedade. Para ele, a riqueza só advém do trabalho árduo do campo. Por isso tenta, sem sucesso, dissuadir seu pai da idéia de se aventurar à procura de ouro. No decorrer na narrativa, nosso herói, Rodrigo e seu primo não encontram ouro, porém perceberão que a verdadeira riqueza só será conquistada por meio de muito trabalho. Ouro é apenas a cor do trigo plantado com muito suor, ao lado de “gentes” como Mandombe, fiéis e fortes.

Durante a aventura do pai, Vasco e do primo, Rodrigo, João é a prova da tese defendida por Galvão: o trabalho e a sensatez são necessários ao colonizador português, que não se deve levar por aventuras momentâneas nem por sonhos com resultados instantâneos. A eficiência da colonização só seria possível, se conduzida com a seriedade desempenhada por João durante a ausência impensada do pai. É interessante ressaltar que dos três filhos de Vasco, João é o único português nascido na Metrópole, daí, quem sabe, o espírito obstinado, descrito por seu padrinho Álvaro Pais:

-Aquilo que é propriedade para render uma fortuna. Eu te disse que era o beijinho de Humpata. Tu não acreditaste, não tinhas fé, mas era assim mesmo. Amanhã como está pelo João, já vale o dobro de olhos fechados! E quando venderes, o trigo, o milho e a batata, tu me dirás quem tinha razão. Olha que o demo do moço, até semeou uma partida de eucaliptos, que em menos de quinze anos vão dar uma fortuna só em madeiras! Sou eu que te digo, Vasco! Vais ficar rico como um Imperador!(...) (p.245)

Soubemos então que, na nossa ausência, o João se pusera a trabalhar com afinco. As terras desentranharam-se em abundâncias, a

propriedade luziu e o seu ânimo criador andou por toda a parte.(...)
(p.247)

Ao que Vasco conclui: “- *Aqui é que está o oiro, Rodrigo; foi João quem o descobriu enquanto nós andávamos como tontos a cata da morte.*” (p.252)

Outro fator importante para a fixação dos portugueses em África, de acordo com Galvão, seria a presença da Igreja e sua missão evangelizadora, responsável pela conversão dessas gentes. Padre Mateus, de *O velo d’oiro*, sabedor de seus encargos, revelará, pela experiência de seus quarenta anos em África, que, somente aqueles “*que não têm ambições de riqueza nem de glória, (...) que não esperam recompensas na terra e que fazem o dom total da sua vida, ao Deus em que crêem e à Pátria que servem*”(p.144), deveriam ser considerados grandes heróis. E, ainda, num tom quase confessional, expõe a necessidade de paciência e amor com os da terra comprovando que “*A sua expressão satisfeita e feliz, a sua tranqüilidade impressionante, o seu olhar puro de criança foram inteiramente ganhos em lonjuras como esta a desbastar selvagens e a revelar-lhes o aspecto superior da senhoria dos brancos*” (.p.143). O historiador Fernando Rosas, tenaz crítico do regime estabelecido pelo Estado Novo, numa demonstração de total repúdio não somente aos meios utilizados por Salazar para fortalecer o poder do estado, como também ao papel exercido pela Igreja Católica, parceira e esteio desse e de outros períodos da expansionista história portuguesa, conclui que

Este “clerical-facismo” era sobretudo uma “situação”, um compadrio da Igreja Católica com um grupo de portugueses sem escrúpulos com o “tirano” que os tornava beneficiários de mordomias

do Estado. Tal regime, vindo das brumas da história como uma estranha maldição que se abatera – como outras no passado – sobre o destino nacional para impedir o progresso pátrio, mantinha-se “contra tudo e contra todo” por obra do obscurantismo religioso oficialmente alimentado, da mentira da propaganda oficial apoiada na Censura, da repressão policial. (p.26)

Podemos observar que a idéia de colonização defendida por Henrique Galvão tem como principal agente o português desinteressado em grandes riquezas, preocupado apenas em levar sua vidinha pacata junto de sua família, numa casinha simples, onde amor e paz reinam, está intimamente relacionada à política portuguesa de colonização dos anos 30 e 40, defensora da família portuguesa católica pobre (MEDINA: 1999:216), mas feliz, por ter um caldinho que lhe esquentasse as entranhas. No entanto, essa imagem idílica contradiz os interesses gananciosos dos colonizadores, que ao se deslocarem para as colônias, procuram somente a riqueza fácil e pouco trabalho.

Ao compararmos os romances de Galvão com *O esplendor de Portugal* escrito na década de 80, observamos além da relação de continuidade impressa por Lobo Antunes ao iniciar seu romance no mesmo período (histórico/ficcional) que Galvão finaliza os seus, a delação das realidades de África, fantasiadas por muito tempo pelo regime salazarista. O bom colonizador idealizado por Galvão será substituído pelo colonizador ganancioso, opressor, inescrupuloso, porém, muito mais crítico em relação à política no qual estava inserido. Auto-retrata-se como excedente de um país historicamente marcado pela imigração, restolhos de uma política econômica incapaz de

gerir-se que dá como única saída aos já fechados portões do Brasil, o destino colonial em África (PEREIRA: 1999: 184 e 208).

Em *O esplendor de Portugal*, as conclusões de Eduardo, pai de Isilda, são um exemplo da conscientização do colonizador. Ele sabia muito bem o porquê de sua situação e função na colônia. Não admitia o retorno a Portugal, mesmo com a insistência de sua mulher, inadaptada à realidade de África, local, segundo ela, inapropriado para a criação da filha. No entanto, Isilda para desgosto da mãe, desempenhará o papel de sucessora dos passos e conselhos paternos, os quais relembra várias vezes no decorrer da narrativa, como o testamento consciente e por muitas vezes premonitório do término da empreitada colonial:

explicava meu pai

os que não engordarem o caju esquartejados nos trilhos e nos degraus das casas tornarão a Portugal (...) para chegarmos a Lisboa onde não nos aceitam também (...)

e portanto não consintas em partir, não saias de Angola, faz sair os teus filhos mas não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos bailundos mas não saias de Angola (...) (p.245)

Memmi, em seu texto a respeito d' "o retrato do colonizador", enfatiza que "*os motivos econômicos do empreendimento colonial*" já são bem claros para a história atual, não sendo mais aceita idéia de que a colonização seria uma "missão", tal como defende Galvão em seus romances. Desvenda também quem foi o verdadeiro colonizador e os motivos determinantes da saga colonial, ao questionar o pretexto utilizado pelos europeus ao preferirem as colônias africanas à Arábia ou à Europa

Central. Acaba por concluir: *“nela (colônia) ganha-se mais, nela gasta-se menos. Vai-se para a colônia porque nela as situações são garantidas (...)”* (p.22). Para a personagem Isilda, porém, a posição social e os bens conquistados em África não passam fantasias, ao passo que o *“o dinheiro da África que em Lisboa vale menos que búzios ou conchas ou latas de conserva ferrugentas ou pedaços rasgados de jornal, a ilusão do dinheiro e do poder, explicava o meu pai, que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos(...)”* (p.375)

Em relação ao retorno, Memmi coloca-se no “lugar” do colonizador e avalia a possibilidade de queda no padrão de vida, ou ainda dificuldades em acostumar-se novamente à Metrópole. Para o autor, conscientes desses problemas futuros, os colonizadores e suas famílias adiarão cada vez mais as possibilidades de retorno. Além disso, percebemos nas explicações de Eduardo para Isilda, a existência do desapontamento do colonizador em relação ao seu país que, segundo ele, é o grande responsável pelo seu “exílio”, por não lhe garantir, na Metrópole, condições de trabalho e possível crescimento financeiro.

o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar na África (...) era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casas que macaqueavam casas européias e qualquer europeu desprezaria (...), porque (...) olhavam para nós como criaturas primitivas e violentas que aceitavam o degredo em Angola a fim de cumprirem condenações obscuras longe da família, de uma aldeia qualquer sobre penhascos de onde vínhamos, (...) (p.243)

Mesmo conscientes de sua situação em África, como também dos motivos que os levaram até lá, as personagens de Lobo Antunes, como Eduardo, gerações anteriores a ele e Isilda repudiam o retorno a Portugal não só por não terem mais nenhuma referência na Metrópole. A questão se torna mais profunda, quando percebem o valor de seu império “particular”. Desta forma, as suas raízes perdem importância se comparadas às possessões obtidas na colônia.

Eduardo, ciente do papel de usurpador, procura minimizar sua responsabilidade. Confere a Portugal a maior parcela de culpa, uma vez que o governo “*obrigando-nos a enriquecê-los com percentagens e impostos sobre o que não nos pertenciam também, roubando no Uíje e na Baixa do Cassanje para que nos roubassem em Lisboa*”. No entanto, ali, na colônia, é o colonizador que resolve “*a tiro um desacordo ou um capricho(...)*”(p.244). Logo, críticas, censuras ou cobranças ao Império ‘do que poderia ter sido e não foi’, são inaceitáveis, pois “*é ele*”, o colonizador, “*o beneficiário de todo o empreendimento.*” (Memmi:25)

Assim, observamos no decorrer deste capítulo duas perspectivas literárias envolvendo o tema império. De um lado temos o capitão Henrique Galvão empenhado em erigir o seu ideal de sociedade colonial nos romances *O velo d’ouro* e *O sol dos trópicos*, por sinal bem diferente dos dados históricos a respeito da colonização portuguesa em África. Desta forma, autor constrói em suas narrativas a fantasiosa possibilidade das colônias resolverem os diversos problemas sociais e econômicos enfrentados por Portugal no século XX e concebe uma sociedade idealizada, onde colonizadores e colonizados viveriam felizes e satisfeitos, seguindo sempre a remota, porém cada vez mais atualizada superioridade européia.

Já António Lobo Antunes procura transpor para sua obra uma pequena amostra da realidade colonial solidamente marcada pela violência e desrespeito aos colonizados. Em *O esplendor de Portugal*, autor atualiza parte da história colonial portuguesa em um quadro talvez pouco conhecido. Provocativo, no entanto, como se reativassem a memória coletiva, Lobo Antunes vai expor um passado bem próximo, ao retomar a existência da ex-colônia (Angola) e dos retornados que aportaram em Lisboa, trazendo em suas malas não só as perdas econômicas e sociais, como também o gosto amargo da derrota e da saudade. Além disso, o autor também denunciará parte da violência sofrida pelos colonizados e sua impossibilidade de defesa. Estopim, segundo Fanon, da sangrenta Guerra Colonial, tema caro a vários escritores contemporâneos de Lobo Antunes que puderam, assim como ele, vivenciar o caos provocado pelo imperialismo.

CAPÍTULO III - ESPAÇO PORTUGUÊS, DESLOCAMENTOS

3.1 Deslocamentos

Os três romances estudados têm como foco principal as personagens representantes do povo português em dois processos de deslocamento espacial. Nos romances *O sol dos trópicos* e *O velo d'ouro*, de Henrique Galvão, as personagens imbuídas da mística imperialista partem para Angola carregando em sua bagagem o sonho de riqueza, impossível de ser realizado em Portugal. Já em *O esplendor de Portugal*, de Antonio Lobo Antunes, observamos o deslocamento contrário dos colonizadores portugueses, que se dá após 500 anos de exploração da terra e do povo angolano. As personagens neste romance exercem o papel de retornados, amargurados pelo regresso, representantes do fracasso da colonização.

Ao optarmos por dois romances identificados com o processo de colonização e um romance pós-colonial, ou seja, texto produzido pós-independência das colônias africanas, que no entender autorizado de Hamilton (1999) “*Para maioria esmagadora dos estudiosos, porém, a independência política de determinada colônia dá início ao processo pós-colonial,*” chamou-nos a atenção a relevância que o elemento espacial recebe nos textos. Ora em Portugal, ora em Angola ou em ambos, os autores, ao que nos parece, elegem o espaço como um dado muito importante em suas narrativas. Pesquisas sobre o momento histórico que envolve cada texto e o valor desses acontecimentos para Portugal, ajudaram-nos a compreender a natureza do destaque concedido aos espaços nas três narrativas.

Inocência Mata (2001) e Francisco Noa (2002) optam por eleger o espaço como um dos pilares dessas narrativas, na medida que se interpõe entre o “sujeito (escrevente)” e o meio ambiente. Ambos partem do princípio de que os objetivos das personagens desses textos são sempre as mesmas, ou seja:

Nesses textos, que eu classifiquei de *coloniais*, a estória começa sempre com uma viagem: há um jovem português, que por qualquer motivo (sentimental, familiar, político, financeiro ou outro), decide *viajar* para a África; ele é pobre mas trabalhador, honesto, diligente, generoso, patriota (reparem nestes adjectivos, de projeção espiritual!); quando chega, não possui nada, tudo lhe é hostil desde o espaço às pessoas (a cultura local); todavia, persistente como é, consegue vencer (ou não), impor-se e conseguir integrar-se e ganhar a simpatia da população local que o ajuda nessa tarefa. Essa população é simultaneamente adjuvante e destinatário da empresa da “civilização”. Portanto, as personagens negras não são sujeito da estória, apenas parte integrante do espaço! (Mata 2001:53)

Se pensarmos em relação à história do homem ocidental, o processo de deslocamento, tanto rural, como urbano, carrega no seu bojo grandes sonhos: a conquista de riqueza, e muitas vezes a esperança de um dia voltar à terra natal não mais como empregado, mas como empregador, detentor de poderes. Deste modo, esses processos de deslocamento visam primeiramente a ascensão na pirâmide social. Observa-se, entretanto, que nem sempre, no âmbito geral, existe um retorno. No caso de Portugal, como afirma AMARO (1985),

Se é um facto que a grande maioria dos emigrantes inscreveu nos seus sonhos e nos seus mitos a idéia de regresso, muitos adiarão continuamente a decisão e nunca voltarão definitivamente. Por causa dos filhos mas também porque a situação em Portugal não é de molde a incentivar tal decisão. Pelo contrário, a componente repulsiva é ainda muito forte em vastas regiões do país. (p.356)

Salvo engano, percebe-se que mesmo com dinheiro adquirido em terras distantes, dificilmente se tem o poder tão sonhado. No caso da narrativa pós-colonial de Lobo Antunes, poder e dinheiro não caminham paralelamente, pelo menos no que tange à vida na Metrópole. Nas lembranças de Isilda, por várias vezes surge o conselho de seu pai. Eduardo, colono rico no apogeu do poderio português em África, nunca sustentou qualquer idéia de retorno a Portugal,

explicava meu pai

não dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados em Portugal, olhados como olhávamos os que trabalhavam para nós e portanto, de certo modo, éramos os pretos dos outros da mesma forma que os pretos possuíam os seus pretos e estes os seus pretos ainda em sucessivos degraus que desciam ao fundo da doença e da miséria, (...) o dinheiro da África que em Lisboa vale menos que búzios ou conchas ou latas de conservas ferrugentas ou pedaços rasgados de jornal, a

ilusão do dinheiro e do poder, explicava o meu pai, que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos, (p. 374/375)

Em nada difere da realidade observada por Gândavo(1983) em uma de suas cartas ao Rei de Portugal, na qual informava que se uma família humilde chegasse ao Brasil, rapidamente conseguiria alguém, índios escravizados no caso, para lhe construir uma casa, plantar para o sustento, caçar e o restante se completaria rapidamente (BOSI 1989:19). O que acontece na colonização de Angola em pleno século XX não difere, no que tange à motivação do colono, do que se deu no Brasil no século XVI. Existe o deslocamento e dificilmente o retorno. Lembrando que a maioria dos colonos que residiam em Angola só retornaram devido às Guerras de Libertação.

Retornando aos romances coloniais, as personagens, ao chegarem em Angola, fazem uma rápida descrição da terra, chamam a atenção do leitor para o calor, o pó, as chuvas, porém nada os impedirá de seguir em frente, ao contrário, o processo de adaptação que geralmente acontece quando mudamos para um país ou cidade, não é percebido nas personagens. Mesmo estando a quilômetros de casa, numa terra nunca vista anteriormente, sob um clima bem diferente da terra natal não se percebe o estranhamento. Tal fato se explica, pois não há estranhamento no espaço que é “meu”. Se eu já sou “dono”, adentro o espaço, como uma extensão de outros espaços que me pertencem.

Não percebemos também nenhum estranhamento da população local urbana, quando citada pelos narradores, em relação à chegada dos colonos. Acreditamos que ao escreverem seus romances, os autores coloniais não poderiam indicar qualquer sinal de surpresa por parte da população, visto que os portugueses fazem parte da realidade

colônial de África, desde o século XV, principalmente nas cidades onde aportavam os navios vindos da Metrópole.

Já em relação ao interior da colônia, percebemos o medo de N'Tuba, como sinal de uma vivência negativa com o português. Henrique Galvão deixa claro que N'Tuba temia os funantes, por serem os responsáveis pelo roubo do seu gado, mas não termina por aí. Em outra passagem Galvão reiterando as “novas” e virtuosas intenções portuguesas em relação à África, relembra o processo de escravização vivido pelos os pretos, antepassados de N'Tuba:

N'Tuba pertencia, como disse, à tribo mukubal (...) Provêm eles das manadas de escravos que no tempo da escravatura eram arrebanhados para as fazendas destas terras do sul, (...) Da origem guardaram, como sobrevivência da ânsia de liberdade dos seus maiores, transmitida de pais a filhos, o espírito de rebelião e a braveza contra qualquer tentativa de sujeição.

Nem sequer entre si, admitem a autoridade dum chefe. Os mukubais não têm sóba. (p.143,144)

e assegura uma colonização diferente, baseada no respeito e companheirismo, como poderemos verificar no decorrer do romance, quando Venâncio se auto elegerá o chefe dos mukubais, entretanto esta convivência pacífica e amigável entre colonizadores e colonizados não passa de um embuste preconizado pelos romances coloniais. Na realidade a convivência colonial terá como preceito a escravização, o desrespeito, a opressão, o racismo, repetindo de maneira não menos pior as atrocidades dos séculos anteriores.

Alencastro (2000:45) lembra que “*a pilhagem (do latim piliare = agarrar pelos pêlos) das aldeias africanas por corsários e piratas europeus não daria conta, por si só, da demanda escravagista(...).*”, sendo então necessário o contato com grupos étnicos do interior do continente que já “*conheciam o valor mercantil do escravo.*”(p.46). Logo, não é de se estranhar as diferentes reações dos pretos (da cidade e do interior) em relação ao branco em *O sol dos trópicos*.

Outro fator que poderia justificar o estranhamento da população rural ou o não estranhamento da população urbana nativa em relação ao branco colonizador, encontraria respaldo na partilha de África e a conseqüente e diferente administração colonial de cada território. George Balandier (1993), ressalta a arbitrariedade verificada na “*partilha entre as nações coloniais e os recortes administrativos*” (p.114) como geradora da “*fragmentação*” de importantes etnias e a composição de “*reagrupamentos artificiais*”, ou seja, mesmo sendo habitantes de uma mesma colônia, no nosso caso Angola, os colonizados não eram necessariamente componentes do mesmo grupo étnico, poderiam até pertencer a grupos rivais.

Fanon (1968) ao registrar as diferenças entre os colonizados da cidade e do campo, salienta que os camponeses priorizam a cultura tradicional, enquanto os habitantes das cidades passam a assimilar a cultura do colonizador. Para os camponeses, “*os indivíduos das cidades são ‘traidores, vendidos’ que parecem dar-se bem como ocupante e se esforçam no quadro do sistema colonial para lograr êxito*”.(p.93). Fanon destaca ainda que essa relação não se trata “*clássica oposição entre o campo e a cidade. É a oposição entre o colonizado excluído das vantagens do colonialismo e aquele que se acomoda para tirar proveito da exploração colonial.*”(p.93).

Para Albert Memmi (1967) a possível diferença existente na relação com o colonizador dependerá do nível de proximidade entre as populações. Como grande parte dos colonizadores estão nas cidades, o contato do colonizado urbano com o colonizador será muito mais imediato. No entanto, a pretensa proximidade com os costumes, a língua do colonizador não muda a imagem pré-concebida que o europeu tem do colonizado, como preguiçoso, indolente, invejoso. Mesmo assim, o colonizado, principalmente o privilegiado, absorverá a cultura do colonizador, porém jamais será visto como um igual, pois “*para assimilar-se, não é suficiente despedir-se de seu grupo, é preciso penetrar em outro: ora, ele encontra a recusa do colonizador.*”(p.109). Como, nesse caso, “*assimilação e colonização são contraditórias*” (p.111), só resta então a revolta.

Lobo Antunes, ao contrário do observado nos romances coloniais, ressaltará ao longo de *O Esplendor de Portugal* que a convivência entre colonizador e colonizado nunca foi pacífica. Denunciará a opressão vivida pelos pretos, a pilhagem a que foram submetidos, como também o caráter falacioso dos colonos, responsáveis por atrocidades somadas as já historicamente existentes. O resultado dessa conta de quatrocentos anos é a violência, largamente exposta pelo autor, principalmente nas passagens em que descreve a morte de colonizadores e colonizados durante a guerra colonial.

Como já comentamos acima o romance de Lobo Antunes tem como pano de fundo os movimentos de libertação das colônias africanas que levam milhares de portugueses a retornarem a sua terra de origem, como personificação da vergonha, não só dos que foram à África, como também de todo o povo português, finalizando assim o sonho de uma empresa colonizadora secular, num movimento diretamente contrário ao que se deu nos romances identificados com o processo colonial. Tal idéia confirma-se,

quando no seu famoso *O labirinto da saudade*, Eduardo Lourenço (2001:49/63) tece comentários alusivos a esse período tão singular para a história de Portugal.

Todavia a idéia óbvia que Portugal acabara de viver *o fim de um ciclo histórico* impôs-se, menos pela ressonância traumática dos acontecimentos que lhe dão corpo, do que pelos *problemas imediatos*, físicos, que o carregamento e o encargo imprevistos (!) dos “retornados” suscitaram a um País a braços com uma situação revolucionária que polariza toda a paixão política nacional.(p.49)

Ou ainda:

Quanto ao povo português – que a sério nada conhecia do fabuloso e mágico império – só tomará realmente consciência dos acontecimentos quando após as independências de Angola e Moçambique centenas e milhares de *retornados* invadem de súbito a pacífica e bonacheirona terra lusitana... Mas nesse momento era tarde para tudo, salvo para um sobressalto larvar, a princípio ambíguo, que ao longo dos anos e por culpa da revolução vem envenenando, sub-reptícia mas eficazmente, a atmosfera política nacional.(p.63)

É interessante perceber que nestas duas citações acima, Eduardo Lourenço acaba comentando não só a surpresa dos portugueses em relação aos retornados, como também alude que a maioria da população desconhecia, na realidade, o que acontecia nas colônias africanas. Em “*Quanto ao povo português – que a sério nada conhecia do fabuloso e mágico império*”, Eduardo Lourenço só faz reforçar um dos intuitos dos textos coloniais, que era passar para os metropolitanos a idéia de uma África exótica e

mágica. Com o tempo essas narrativas caíram no esquecimento das novas gerações, que em seu imaginário já tinham como imutável e óbvia a possessão colonial.

Quanto aos romances, atentemo-nos à movimentação das personagens nos diferentes espaços: nos anos 30/40, Portugal “repele” boa parte de seus habitantes que são “acolhidos” por Angola. Durante os movimentos de libertação das colônias Africanas, observamos as mudanças políticas tornar a sociedade angolana hostil aos colonos, agora compelido a retornar a Portugal, que por sua vez, além de tê-los como motivo de vergonha, era obrigado a absorver uma população que há mais quarenta não fazia mais parte do seu espaço econômico-social. A partir desses dados, percebemos as personagens à procura de um lugar que não existe. Os diversos espaços possíveis acabam reduzidos a nenhum, resultando assim num processo de inadequação espacial.

3.2 Espaço – Conceitos

Edwin Muir (s/d), crítico escocês, desenvolveu um esquema, considerando o enredo do romance como “*gerador de várias formas do romance, no caso submodelos*”(p.12), classificados em romance de ação, caracterizado principalmente por eventos sucessivos, que atijam a curiosidade do leitor até o desenlace final; romance de personagem, balizado pela “imutabilidade” da personagem seja qual for o desenrolar do enredo e romance dramático marcado por personagens responsáveis pela “ação”, que por sua vez “*modifica de maneira progressiva os personagens*”(p.21) .

Seguindo uma linha de pensamento próxima com a de Muir, Wolfgang Kayser (1976) nomeia essa divisão do romance em gêneros ou “*Evento, personagem e espaço são os três estratos substanciais de toda épica; se um deles toma forma e se torna*

portador, resulta um gênero. Por outras palavras: os três gêneros do romance são o romance de acção, o romance de personagem e o romance de espaço.” (p.400)

O português Vitor Manuel de Aguiar e Silva (1969) faz a mesma divisão de Kayser. Observa, porém a inexistência de um romance que siga estritamente uma linha ou outra. Afirma ainda que, salvo algumas exceções, a maioria dos romances relativiza essa divisão.

Esta classificação é aceitável, se não lhe conferirmos um valor absoluto e uma rigidez extrema. Com efeito, é impossível encontrar um romance concreto que realize de modo puro cada uma das possibilidades tipológicas estabelecidas por Wolfgang Kaiser, acontecendo também que muitos romances, pela sua riqueza e pela sua complexidade, dificilmente podem ser integrados nesta ou naquela classe.”(p.267)

Não é o caso dos romances coloniais, pois não são, literariamente falando, complexos. Obedecem sim, à formulação de um enredo formal. Tal afirmação, deve-se ao fato de os romances coloniais não serem efetivamente textos de grande valor estético. Na realidade, o que chama a atenção na leitura dessas narrativas é a ideologia expansionista. No entanto, trilhando um caminho inverso da crítica, Fidelino de Figueiredo atribui valor artístico aos romances ao afirmar que “*O certo é que as colônias, que eram outrora exclusivamente motivos da baixa literatura oficial, relatórios e discursos, leis e regulamentos, ascenderam à literatura de arte. Vieram os prêmios e as exposições coloniais (...)*” (1966:484). Já na avaliação de Augusto dos

Santos Abranches (1949), a literatura colonial passa longe, em termos de qualidade, daquilo que conhecemos como texto de natureza artística:

Será porque a literatura colonial não existe? (...) De mais a mais se tomarmos a palavra literatura como sendo uma forma de arte, como a resultante dessa espécie de apelo à criação que enforme as nossas reflexões, conjugando-as ou enquadrando-as para o pensamento colectivo, a dúvida virará uma certeza. (...) Logo, que em literatura existe sempre criação, forma e independência, a menos que se pretenda vender por obra de arte o que não passa de uma criação mais ou menos perfeita. (...) Ora, se na criação literária existe essencialmente humanidade, na falada “literatura colonial” esse sentido de humanidade brilha pela ausência. (...) Que a chamada “literatura colonial”, às suas tentativas de criação e independência, nada mais lhe resta que abrir as portas e sumir-se. Trabalho de transição, reflexo de época limitada em tempo e espaço, tem que forçosamente ser esquecida, mal aproveitada. (p.78 e 79)

Se articularmos a sociedade portuguesa do período em que os romances coloniais foram editados e lidos com a ideologia vigente na época, perceberemos que essas narrativas metaforizam o imaginário de um povo que se vê novamente a desbravar, colonizar, catequizar. Metonimicamente falando, o colono representa a sociedade portuguesa que desde o século XV necessita do quintal alheio para sobreviver. Segundo Salvato Trigo (1985:145), “*a literatura colonial pretende ser, fundamentalmente, um hino de louvor à civilização colonizadora, à metrópole e à*

nação do colono, cujos actos de heroicidade e de aventureirismo, de humanidade e de estoicismo são quase sempre, enquadrados por uma visão maniqueísta de vida(...).”

Como observamos acima, os textos coloniais na opinião de alguns críticos têm pouco valor estético, porém não podemos deixar de creditar a essa literatura o seu valor ideológico e histórico. Entretanto para chegarmos a tais opiniões, precisamos recorrer a artigos de revistas ou ensaios apresentados em congressos. Parece-nos que esse período literário foi apagado dos cânones da Literatura Portuguesa, exceto, como já dissemos, pela página que Fidelino de Figueiredo dedicou ao assunto. Em nossas pesquisas, encontramos textos sociológicos, antropológicos, econômicos, históricos sobre o assunto, parece-nos, no entanto, que a Crítica Literária esqueceu desse período, a não ser pelos já conhecidos textos dos portugueses Manuel Ferreira, Salvato Trigo e os mais recentes, como da brasileira Rita Chaves, do moçambicano Francisco Noa e da santomense Inocência da Mata. Porém, não podemos esquecer que apesar dos problemas estéticos encontrados nos romances coloniais, eles relatam um período muito importante para o povo português e conseqüentemente para as colônias africanas. E mais estudos sobre o assunto serviriam para o entendimento e divulgação de um tipo de literatura pouca conhecida, ou talvez até “esquecida” pelos portugueses.

Já *O esplendor de Portugal*, de Antonio Lobo Antunes, a nosso ver, não se enquadraria nesses modelos convencionais do gênero uma vez que o autor, de forma aberta e clara, utiliza-se da escrita romanesca para contar um pouco da história de Portugal pós-revolução dos Cravos. Observamos mais do que a imitação do real, se concebermos a narrativa dando conta da história portuguesa ainda não contada pelos historiadores. No entender de Álvaro Cardoso Gomes (1993:83,84),

Embora conscientizados e combativos, os romancistas contemporâneos não se filiam a grupos marcados por ideologias (a não ser grupos políticos, o que é uma coisa muito diferente). Em segundo lugar, não se verificará, na contemporaneidade, um romance puramente lúdico (há exceções, é claro, mas preferimos tentar traçar aqui o perfil genérico de uma geração). Como não será difícil demonstrar, a marca registrada da ficção portuguesa contemporânea será a combatividade, que resulta de uma consciência sempre atenta aos magnos problemas políticos-sociais de Portugal. E, ao assumir esse caráter combativo, o romance contemporâneo português evidenciará uma bipolaridade:

1. de modo geral, terá como alvo da crítica a realidade, o contexto;
2. de modo restrito, terá como alvo da crítica o universo do romance, os mecanismos da ficção.

Em outras palavras, o romance português contemporâneo não só fará um inventário crítico da situação sociopolítico-econômica portuguesa, como também fará um inventário crítico da linguagem, do modo de narrar e do compromisso do escritor com a realidade.

Wellek e Warren(s/d), afirmam que a quantidade de teorias sobre o romance é bem menor do que aquelas voltadas à poesia. Segundo eles a causa principal deste dado estaria ligada à antiguidade da poesia, se compararmos com o pouco tempo do advento do romance. Para os dois estudiosos, os romances devem geralmente ser classificados como “arte temporal”, deixando a questão do espaço para outras artes como a pintura e

escultura ou “*A literatura deve geralmente ser classificada como arte temporal (em oposição à pintura e à escultura, que são artes espaciais)*”(p.266).

Michel Butor (1974:39) partilhando a mesma opinião dos dois autores acima, procura relacionar/aproximar artes plásticas a espaço. Defende a idéia de que a contemplação de uma obra de arte transporta quem a admira para o espaço ali retratado. Da mesma maneira como acontece com as artes plásticas, o romance tende levar o leitor a entrar no universo romanesco e aproximá-lo do real e palpável. A leitura do texto transporta o leitor para o mundo fictício. Nas artes plásticas essa viagem também é feita por aqueles que param diante de uma tela, adentram sua “realidade” e contracenam com seus personagens. As duas artes se aproximam na medida que são capazes de transportar-nos sem sairmos do lugar.

Toda a ficção se inscreve pois em nosso espaço como viagem, e pode-se dizer a esse respeito que este é o tema fundamental de toda literatura romanesca; todo romance que nos conta uma viagem é portanto mais claro, mais explícito do que aquele que só é capaz de exprimir metaforicamente essa distância entre o lugar da leitura e aquele ao qual nos leva a narrativa. (p.41)

Observadas essas teorias a respeito do espaço romanesco, percebemos, se compararmos com o número de trabalhos dedicados a outros elementos da narrativa como, personagem ou foco narrativo, a existência de poucos textos dedicados ao elemento espacial. Podemos, a partir desses dados, pensar em alguma hipótese para essa ausência de interesse. Quando se fala em espaço, podemos pensar em espaço pessoal, espaço social, espaço político, apropriação do espaço alheio, desapropriação do espaço alheio, adequação ao espaço. Esses pontos, quando estudados, vão esbarrar em outras

searas, que muitas vezes estão além da literatura, ou seja, a sociologia, a filosofia, a história. Isso acaba tornando o trabalho a respeito do espaço no romance um tanto árduo, pois existe a necessidade de alocar as diversas ciências em prol de uma tese a ser defendida. Quando falamos em romances coloniais e romances pós-coloniais, essas questões vêm à tona. Os espaços retratados nesses textos e sua representação extrapolam o que encontramos em teoria da literatura. Daí a necessidade de recorrermos a outras ciências que têm como foco a homem e suas relações.

3.3 O sol dos trópicos

O romance *O sol dos trópicos* é um texto que narra a história de um colono português chamado Venâncio. Sua saga inicia-se na Metrópole e tem como destino Angola, mais propriamente a Serra da Chela, local onde se passa a maior parte do romance, escrito bem ao gosto do leitor/colonizador português, ávido por desfrutar de aventuras em lugares considerados exóticos.

Após algumas páginas estritamente descritivas, o narrador passa a relatar o porquê de sua ida à África. O leitor fica sabendo que o narrador-personagem fora um estudante medíocre, sustentado pelos pais, lavradores da Beira, que enviavam a seu filho suas parcas economias. Após sua formatura, busca a fama através de um livro de poesias *Vôo de Águias*. Por sinal o livro não fez sucesso e os gastos de uma publicação de luxo ficaram a cargo de seus pais: “*Meus pais desembolsaram o necessário para que a obra se publicasse – e eu lancei em edição de luxo, seis meses após o bacharelado (...)*” (p.19). Com morte do pai e da mãe, a personagem passa a sentir ódio da terra natal: “*(...) Mas ganhei tal ódio à casa aldeã onde tinha nascido, que logo fiz*

propósito de vender terras e moradia, para não ter mais, pelos anos afora, pretextos ou motivos para lá voltar.”(p.22). Diante dessa situação, só lhe resta a fuga, não somente de dívidas, como também de uma vida sem nenhuma perspectiva de melhora, “– *Afinal, era o que esperava. Foi para isto que vim – para estostrar...*” (p.14).

A saga inicia-se na Serra da Chela, onde a personagem é deixada, após uma discussão com os “funantes”, exploradores do mato que praticavam o comércio de permuta, através da exploração dos nativos e contrabando de marfim. A partir daí, o fato de estar sozinho numa floresta desconhecida, constituída de mata fechada, desencadeará em Venâncio uma mistura de sentimentos e valores que influenciarão as diferentes maneiras de conceber sua situação. Como fora deixado em plena selva, sem nenhum tipo de mantimento, a primeira visão da Serra da Chela é de um lugar inóspito, apavorante, perigoso e dominador:

Lembro-me que só após algumas horas depois tive noção menos confusa sobre a desgraçada situação em que me encontrava; (...) Uma verdura negra e agreste, apenas aberta num ou noutro ponto, onde penhascos nus espreitavam abismos, vestia, até perder de vista, o apavorante cenário”.(p.8/9)

Na tentativa de justificar o estado confuso em que se encontrava diante do cenário selvagem e apavorante, no fragmento acima percebemos o estado emocional (desgraçado) da personagem aproximando-se da descrição espacial (horrenda). Mesmo assim, a personagem repete insistentemente a ausência de medo ou qualquer outro sentimento diante da selva desconhecida. Ao contrário, não tinha nada a perder, mesmo na presença da morte:

Realmente, não valia a pena lutar.

Invadia-me os membros uma grande lassitude.

E porque viera à África para morrer e porque me sentia em presença da morte – decerto por isso – não senti o menor pavor!”

Tanta fadiga de viver, tanto desinteresse e desapêgo pela vida, tantos meses levados a magicar num acontecimento que me matasse, quási me deixavam calmo, repousado, tranqüilo, como se fora aquele passo, difícil e dolorosíssimo para tantos outros, a solução prevista e esperada da minha vida.”(p.11)

No decorrer da narrativa, o espaço passa por mudanças e aos poucos deixa de ser tão inóspito. A personagem projeta sobre esse espaço seu estado de alma e consegue ficar até alegre com acontecimentos, até então “insignificantes” na sua visão de colonizador.

Rompi na direcção que me tentava e, quási de repente, dei com uma velha árvore, varada pelo raio, ainda a arder. Tinha sido esgalhada por um lado e lambiam-na ainda línguas esguias de lume. Em baixo, no chão, arrumadas ao tronco, vermelhavam, por entre cinzas leves e quási brancas, tições afogueados em ninho cinzento de brasas.

Senti uma alegria viva e transbordante.

Eu, ou homem que trouxera em mim, obcecadamente, a idéia de morrer e a quem a desgraça tinha varado como punhal implacável – homem que se despenhara de altas ambições não alcançadas e que era

infeliz porque muito desejara – senti-me alagado de ventura por encontrar meia dúzia de tições incandescentes, donde podia tirar lume e calor”.(p.119/120)

Observamos uma personagem em processo de mudança. Inicialmente, o estado de Venâncio é de completo desânimo a ponto de não enxergar nenhuma perspectiva para a vida medíocre que levava na Metrópole. Aos poucos, agora, em outra, sob outras circunstâncias, percebemos uma personagem que luta e passa a dar valor a sua existência.

De acordo com Osman Lins (1976:100), o espaço provoca mudanças na personagem, desencadeia sentimentos e ainda “*propicia a ação*”, influenciando seus fazeres e pensamentos: “*Aparece o espaço como provocador da ação nos relatos onde a personagem , não empenhada em conduzir sua própria vida – ou uma parte de sua vida – vê-se à mercê dos fatores que lhe são estranhos. O espaço, em tal caso, interfere como um libertador de energias secretas e que surpreendem, inclusive, a própria personagem*”.

Observamos em *O sol dos trópicos* que o espaço, antes amedrontador, inóspito também passa por mudanças provocadas pela personagem, ciente, com o passar do tempo, das possibilidades de interferir, com seus conhecimentos de europeu, naquela terra, mais tarde transformada em sua fazenda. Conseqüentemente teremos a valorização da selva, agora como o espaço grandioso e heróico do homem português, que sem nenhuma ferramenta ou qualquer outro tipo de ajuda tecnológica, consegue vencer as dificuldades de adaptação, habitando, construindo, vivendo.

Francisco Noa (2002:135,136), no estudo a respeito do romance colonial moçambicano afirma que:

(...) ao falarmos de um *lugar de chegada*, de forma explícita ou implícita, se contrapõe um *lugar de partida* que, neste caso, é a própria metrópole. E é, de facto, um verdadeiro contraponto, pois trata-se de opor dois espaços que se distinguem entre si pela forma como se definem fisicamente, mas também pela forma como são percebidos pela instância e pelas personagens. (...) Desta feita, se a imagem do lugar de partida que nos é veiculada é tendencialmente negativa – dominada pela sensação de estreiteza, mesquinhez, miséria – a imagem do lugar de chegada é marcada, mesmo quando inóspita e agreste, pela sensação de grandeza, de genuidade, de exuberância da natureza, do poder ilimitado de recursos à mistura com uma indisfarçada sensação de deslumbramento.

Em *O Sol dos Trópicos* como também em *O Velo D'oiro*, além da adequação ao espaço, observamos que em nenhum momento a admiração da natureza é gratuita; ao contrário, a descrição está sempre aliada às necessidades do colonizador que valoriza apenas sua funcionalidade e as possibilidades de tirar dali o máximo possível de produção. Sobre a forte relação entre a terra e o homem, Alfredo Bosi (1992) ressalta: “*A ordem do cultivo em primeiro lugar. As migrações e povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a todas as sociedades humanas. Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores*”. (p. 19, 20). Paralela à adequação, existe também o heroísmo da personagem que ajuda aos colonizados,

demonstrando assim a “bondade” do homem civilizado que acaba transformando-se em chefe, dirigente, guia e, conseqüentemente, ao redor de sua cabana, nasce uma aldeia chefiada por ele.

E no dia seguinte toda a família de N'Tuba, construía a poucos metros de minha cabana, três cubatas de ramos e – um pouco mais desviado – um “sampo” para as vacas.

O sítio era de feição. As águas corriam mansas garantindo o bebedoiro.

O capim alto e ainda esverdeado assegurava o pasto dos animais.

Estava fundada a aldeia.

E eu era o chefe, tacitamente eleito, do novo povoado.

A melhoria que a família selvagem trouxe ao meu viver foi portentosa.

Melhoria moral, porque, decididamente o homem é anima de manada; melhoria material porque as suas artes e recursos, em solidariedade com as minhas luzes de civilizado, realizavam o interesse de ambas as partes. “(p.174/175)

(...)

E repeti o apelo em voz de comando, num tom que me surpreendeu, apesar das circunstâncias especiais em que me encontrava. Parecia que subia em mim o sentimento de autoridade inerente à superioridade da minha raça.

E os pretos me obedeceram.” (p.187)

Confirma-se assim o *discurso colonial*, ou seja, o colono é aquele que vence as dificuldades, domina o colonizado, explora sua terra, enfim mostra superioridade a qualquer força interna ou externa. Pode-se assim observar o poder da Metrópole transferido ao colono, seu real representante em África e o tratamento sub-humano submetido aos colonizados.

Outro ponto que evidencia a dominação é a visão que temos da *cabana* do colonizador, num primeiro plano, e as *cubatas de ramos* do colonizado que vêm logo depois. Tem-se nessa imagem um prolongamento do poder português, que nos faz lembrar a posição da *casa grande* e da *senzala*, tão próximas e ao mesmo tempo distantes, diferentes, realçando dessa maneira o distanciamento de duas realidades..

Em *O sol dos trópicos*, espaço e personagem unem-se e demonstram a conquista, o sucesso do homem português. Sucesso atribuído não só à personagem, como também ao povo português, que mesmo diante dos mais variados problemas, consegue vencer as dificuldades, aqui representadas pelo espaço. Apesar de sabermos que não há dominação sem dominados - em *O sol dos trópicos* - os naturais da terra aparecem no texto não como o elemento que, por meio do seu trabalho, é o agente principal para o sucesso da dominação/colonização, uma vez que sem o seu trabalho “escravo”, nenhuma dessas mudanças aconteceria. A subserviência de N’Tuba, principal interlocutor de Venâncio, confirma que o colonizado representa na narrativa um eterno devedor, já que o colonizador salvou-o de morte iminente, ou ainda, aquele que nada saberia fazer sem a experiência colonizadora. Expressa-se assim, a superioridade do colonizador.

3.4 O velo d'ouro

Ao contrário de Venâncio, de *O sol dos trópicos*, Rodrigo, protagonista de *O velo d'ouro*, embarca rumo à África à procura de riquezas. Atraído pelo possível enriquecimento fácil que daria outro perfil a sua vida medíocre, busca muito dinheiro e pouco trabalho:

Ambicionava enriquecer, como o avô, em África, mas queira subir mais alto e andar mais lesto. A idéia de uma vida inteira a labutar, para chegar a rico, só quando as mazelas e o reumatismo me ferrassem uma guilheta aos pés, arrefecia-me todo.

E a tentação duma África aventureira e pródiga, feita para homens de rija têmpera e vontade aguerrida, dominou-me. Palpitava-me que era aí que a fortuna me havia de sorrir de novo. (p.6)

Interessante que essa visão que Rodrigo tem do trabalho e da riqueza fácil fez parte dos sonhos de várias gerações de portugueses não habituados a grandes esforços. Como pertenciam a uma classe social mais abastada, recorriam ao sonho do dinheiro fácil às custas do trabalho dos outros. Historicamente verificamos, desde o século XVI com o processo de colonização brasileira, a escravidão dos índios, dos negros africanos para o trabalho braçal nas lavouras e minas. Com a independência do Brasil, essa realidade do “não trabalho” não é modificada. A escravidão só muda de nome: em Angola, o colonizado, mediante um contrato, era obrigado a trabalhar, principalmente nas lavouras, em troca de um mísero salário, deixado na venda do colonizador como

forma de pagamento de suprimentos adquiridos durante o mês. Num círculo vicioso, essa dívida nunca acabava, sobrando apenas um débito permanente.

Rodrigo queria o ouro de África. Em nenhum momento do romance, ele fará trabalho pesado. Ele e seu primo Vasco estarão sempre direcionando, mandando. O fazer é para os pretos. Primeiro na expedição em busca do velo d'oiro, depois na agricultura, que segundo o protagonista é o verdadeiro ouro de África. Essa forma de pensar do colonizador sempre foi comum como afirma Eduardo Lourenço (2001:128,129,130):

Empiricamente, o povo português é um povo *trabalhador* e foi durante séculos um povo literalmente *morto de trabalho*. Mas a classe historicamente privilegiada é herdeira de uma tradição guerreira de *não-trabalho* e parasitária dessa atroz e maciça “morte de trabalho” dos outros. Não trabalhar foi sempre, em Portugal, sinal de nobreza e quando, como na Europa futuramente protestante, o trabalho se converte por sua vez em sinal de eleição, nos descobrimos colectivamente a maneira de refinar uma herança ancestral transferindo *para o preto* essa penosa obrigação. (...)

Colectiva e individualmente, os Portugueses habituaram-se a um estatuto de privilégio sem relação alguma com a capacidade de trabalho e inovação que o possa justificar, não porque não disponham de qualidades de inteligência ou habilidade técnica análoga à de outra gente por esse mundo, mas porque durante séculos estiveram inseridos numa estrutura em que não só o privilégio não tinha relação alguma com o mundo do trabalho mas era a consagração do afastamento dele.

Sob o pretexto do dogma católico de que Deus deu a terra aos homens e elegeu os nobres e a igreja para administrá-la, os portugueses procuraram manter uma relação longínqua com o trabalho (como vocação, no sentido weberiano). Como é sabido e provado, Portugal retirou do Brasil riquezas que poderiam sustentá-lo durante séculos, porém, como observamos tais riquezas não serviam para o desenvolvimento do país, pelo contrário, pagavam-se as dívidas da nobreza portuguesa, em sua maioria compostas da aquisição de material manufaturado adquirido de outros países, já que a Metrópole não possuía uma industrialização avançada. Assim, no final das contas ainda sobravam contas a pagar, num eterno endividamento.

Para Rodrigo, a África era uma terra boa e hospitaleira, logo que fora domada/dominada por portugueses. Essa visão é reforçada no encontro, em Moçâmedes, com Pompilo de Matos, antigo colega de escola, agora residente na colônia, onde constituiu família. O discurso de Pompilo confirma a posição de Rodrigo em relação ao colonialismo:

Mossâmedes tem também uma alma, tem um caráter, um selo de Raça. Por aqui passaram, labutaram, sofreram, todas as gerações de homens portugueses que transformaram este pedaço árido de deserto numa cidade onde se fala a nossa língua, se ensina a nossa história e onde nascem crianças portuguesas. Imagina o que fosse no princípio esta terra amanhada à custa de ignorados heroísmos, à beira dum deserto, e faze idéia de quanta gente se consumiu a fazer dela o que hoje é!

Foram esses todos que deram a Mossâmedes a sua alma, os seus títulos e o seu caráter. No nosso tempo, meu velho, aprende-se em Portugal a nossa história – mas só quem vem cá embaixo pode compreender e sentir, bem no fundo da alma, o orgulho de ser português! (p.24,25)

Ao chegar à Umpata, novamente o narrador faz uma descrição minuciosa da cidade e nada diz a respeito dos pretos que cruzam o seu caminho. Sua surpresa reside no fato de ter encontrado uma terra portuguesa em plena África. Terra invadida, desapropriada de seus verdadeiros donos. Nesse sentido os colonizadores não abandonam o lusitanismo, ao contrário, fazem de África extensão da sua casa e de sua identidade.

Sob uma atmosfera muito fina, de puríssimo azul, adormecia a paisagem suave do planalto da Umpata. Uma grande planície verde e oiro, onde luziam casas aldeãs e sangravam telhados portugueses. De longe em longe, em polígonos amaneirados e regulares, os verdes mais vivos do trigo e do milho, adoçavam o aspecto agreste da cabeleira de capim.

Dir-se-ia que, depois da minha enorme viagem, de mais de vinte dias, a galgar distâncias, a devorar milhas, chegara outra vez a um cantinho de Portugal, com o seu ar lavado, a sua paisagem fresca, a sua fisionomia hospitaleira. (p.27)

Em outra passagem observamos como os pretos são considerados estranhos em sua terra, destoando, assim, dessa paisagem portuguesa perfeita e pura, cantada até então. A visão que o protagonista tem do outro confirma a intenção da colonização, ou seja, hierarquizar valores e pessoas, anulando assim seus hábitos, costumes, sua história. Ao observarmos estas passagens destacadas do romance e se não soubéssemos em que circunstâncias os romances coloniais foram escritos, poderíamos dizer que os pretos, de acordo com a narração, são os verdadeiros invasores.

Numa curva da estrada cruzamo-nos com uma camioneta cheia de gente.

E também aquelas mulheres de lenços garridos e faces crestadas, com o penteado apanhado no alto do toutiço, e aqueles homens bisonhos, de largos chapéus e cajado na mão, era puras manchas na vida portuguesa da aldeia. (p.29)

A respeito dessa postura colonialista do português, Salvato Trigo(1987) observa a continuidade/extensão da postura do colonizador. Existe uma transferência que pressupõe completa transformação do espaço – um prolongamento da terra e conseqüentemente da identidade portuguesa.

A busca da identidade nacional é, sem dúvida, uma marca distintiva entre a literatura puramente colonial e a literatura dita nacional. Com efeito, a literatura colonial caracteriza-se justamente pelo facto de os seus cultores não abdicarem da sua identidade, das referências culturais e civilizacionais dos seus países, embora tentem mostrar-se integrados no meio e na sociedade nova de que fazem parte. Aqui

surgiria, pois, a distinção entre o exotismo, que subjaz à literatura colonial, e o cosmopolitismo, que alguns querem atribuir-lhe. Na verdade, como bem acentua Roger Mathé “o exotismo distingue-se do cosmopolitismo, essa disposição de espírito que nos permite sentirmo-nos por todo lado, com à-vontade, como se estivéssemos em nossa própria casa”. (144,145)

Na seqüência Rodrigo entra em contato com a grande aventura que procurava. Ele, seu primo e vários pretos que serviam de carregadores, cozinheiros, guias acompanhavam a grande expedição que procurava o Velo d’ouro. Rodrigo conhece os grandes perigos da selva africana e vence a todos eles, ileso. E como não poderia faltar, encontra nessa aventura uma mulher – não era virgem, bela, o ideal dos romances românticos – mas era mulher. Ficamos sabendo que seus pais morreram e ela ficou largada à sorte. Rodrigo, por sua vez, passa a protegê-la, porém não a vê como uma possível companheira – era apenas uma mulher abandonada, em plena África, que precisava de seus cuidados de grande herói.

Terminada a aventura, Rodrigo e seu primo não encontram ouro nenhum e chegam à conclusão que o verdadeiro ouro de África estava na posse e cultivo da terra. O amarelo do trigo e outras plantações devidamente cultivadas por pretos e administradas por brancos portugueses seriam as verdadeiras riquezas de África.

Quanto ao amor, Rodrigo volta a Metrópole na esperança de encontrar a apaixonada Luísa a sua espera. Pura ilusão. A moça já estava casada e grávida. Ela não

esperou seu amado como aconteceu com outra Luísa, de Eça de Queirós¹⁰, que acreditou na promessa de Macário e aguardou, durante um ano, seu retorno de Cabo Verde, onde estivera a trabalhar e a acumular fortuna.

Desiludido Rodrigo chega à conclusão que seu lugar é em África. Lá o esperavam uma terra hospitaleira, uma mulher que, mesmo não sendo seu ideal romântico, estava acostumada com os ares africanos, e ao contrário de Luísa não almejava grandes riquezas. Apenas uma casinha no campo, com as janelas voltadas às plantações tão árdua e graciosamente cultivadas pelos pretos.

Se em *O sol dos trópicos* nossa análise centrou-se no processo de apropriação do espaço, Serra da Chela, no qual se fixou Venâncio e a forma como foi ganhando a confiança dos pretos, em *O velo d'oiro*, procuramos ressaltar o espaço já apropriado, demarcado pela fazenda do primo Vasco, logo no início do romance. Ao final da narrativa, a fazenda de Rodrigo, inicialmente desinteressado pelos ares de África, representa o alargamento da apropriação por parte do português. Reitera-se aí a visão do colonizador que não encontra nenhum problema em se adequar à África, ao contrário, sente-se em casa, já que, o espaço africano, no caso Angola é apenas uma extensão de Portugal. Assim, a literatura colonial, como já foi observado anteriormente, desconsidera os verdadeiros donos da terra, transformando-os em meros coadjuvantes.

¹⁰Referimo-nos ao conto de QUEIRÓS, Eça de. *Singularidades de uma rapariga loura* in Os melhores contos de Eça de Queirós. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

3.5 A construção da casa portuguesa

Como observamos nas duas narrativas coloniais, as personagens insatisfeitas com sua realidade deslocam-se, buscando algo que não encontram no seu espaço de origem. Transferem seus sonhos, ambições e trabalho para os locais de chegada, Angola, onde se sentem renovadas para tarefas até então nem pensadas. Oriundas de uma classe social mediana, trabalhavam na Metrópole, em serviços burocráticos, não conheciam, portanto, a rudeza do trabalho com a terra, que, aliás não conhecerão, pois lá encontram “bons amigos”, dispostos a servirem-nos.

O primeiro contato com a África não é muito agradável, porém esse detalhe não impedirá as personagens de dar seqüência a seus projetos, ao contrário, o espaço exercerá um papel crucial em toda narrativa e logo no início dos romances despertará o “hereditário” espírito “construtor” português.

Ainda não sei porquê, desembarquei em Benguela.

Levava passagem até Mossamedes. Há quatro ou cinco dias o navio costeava terras de Angola e fundeava em portos da Colônia.

Não sei porque não desembarquei antes nem porque não deixei de ir mais além.

Saí em Benguela como podia ter saído em qualquer outro porto.

A terra que avistava do navio não me surpreendeu: calcinada e feia, a torrar sob um calor de fôrnalha, correspondia a uma idéia feita na minha imaginação. Mesmo no mar, quieto e reluzante de óleo , sentia-se um ar pesado e denso, que parecia comprimir-se

sob o céu escaldante, de tons amarelos, que no horizonte se confundiam com os próprios tons da terra .

(...)

Mais para longe, a cidade modernizava-se. Depois das casas achapadas e mazombas, banalíssimos paralelepípedos, que um quintal de altos muros envolvia nas trazeiras, começavam a topar-se os prédios de alvenaria construídos à semelhança das casas arrebicadas que se construía em Portugal do século XIX. Em Benguela, naquela hora canicular, cruzada através de artérias estiradas e mordidas pelo sol, era, sob certos ângulos e em freqüentes trechos, igual retalhos portuguesesíssimos de muitas cidades e vilas do baixo Alentejo, em Agosto calmoso. (*O sol dos trópicos* p.59,60, e 61)

Ou ainda em *O velo d'oiro*:

Ninguém me poderia fazer crer, nesse momento desolado, que a África era, como eu tinha julgado e vim a verificar depois, hospitaleira, boa generosa, e que ainda por lá havia de encontrar sem santa paz, a fisionomia e o coração da minha terra.(p.16)

(...)

As janelas ensombradas acudiam meninas garridas, com um ar lisboeta da rua dos Douradores, muito bem rebocadas; das lojas saíam figuras europeas que desmentiam a ideia que eu fizera da África.

Percorri as ruas da cidade, enormes, geométricas, paralelas – três ruas de casas baixas, que me lembravam muitas vezes as moradias dalgumas cidades do Algarve.

De vez em quando chegavam-me aos ouvidos a música dum Fado ou notas eléctricas dum *Charleston* americano, tangidos em pianos desafinados.

Muitos pianos há em Mossâmedes! Cantavam em todas as ruas, adivinhavam-se na penumbra que ficava para além de certas janelas!

E pela tarde, com menos calor e bem atestado de refrescos, já a cidade me parecia mais simpática e acolhedora, com a sua fisionomia europeia, as suas casas algarvias, as suas meninas dengosas e os pianos desafinados. (p.25)

(...)

Tive realmente a impressão de estar sentado em terra portuguesa, pródiga e generosa, terra remexida e amassada pelo esforço de muitas gerações heróicas, que tinha a marca, o sinete indelével da Raça.(p.26)

No capítulo “A casa e o universo”, do livro *A poética do espaço*, Gaston Bachelard (2000) desenvolve a idéia de que “*a casa vivida não é uma casa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico*”(p.62), ou seja a noção de casa-habitação que carregamos é aquela na qual nascemos e pelo resto da vida estará impregnada em nossa mente como o espaço ideal. Conseqüentemente a qualquer lugar que formos, o ponto de partida é esse espaço natal-maternal.

Deve, homem de uma raça terna e feliz, elevar sua coragem, aprender a coragem diante de um cosmos rude, pobre, frio. A casa isolada vem dar-lhe imagens fortes, isto é, conselhos de resistência.

Assim diante da hostilidade, com as formas animais da tempestade e da borrasca, os valores de proteção e resistência da casa são transpostos em valores humanos. A casa adquire as energias físicas e morais de um corpo humano. Ela curva as costas sob o aguaceiro, retesa os rins. Sob as rajadas, dobra-se quando é preciso dobrar-se, segura de poder endireitar-se de novo no momento certo, desmentindo sempre as derrotas passageiras. Tal casa convida o homem a um heroísmo cósmico. É um instrumento para afrontar o cosmos.

(...)

Ele compreenderá que o cosmos forma o homem, transforma um homem das colinas em um homem da ilha e do rio. Perceberá que a casa remodela o homem.

(...)

Tal objeto geométrico deveria resistir a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana. Mas a transposição para o humano ocorre de imediato, assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade. Abre-se então, fora de toda racionalidade. O campo do onirismo.”(p.62,63,64)

Nos romances *O sol dos trópicos* e *O velo d'oiro*, o espaço Angola se transforma na medida em que as personagens também se transformam: no início da narrativa não acreditam que vencerão os problemas advindos dessa mudança. Aos poucos percebem que têm uma força interna, própria de vencedores predestinados por uma “herança sagrada” e conseguem domar a “terrível” África.

Na leitura dos romances, verificamos a construção do espaço-casa definida por Bachelard. Essa transformação acontece à medida que chegam a uma imensidão desconhecida, ou conhecida só de se ouvir falar, e aos poucos o espaço casa se estabelece. O colonizador, responsável pela construção do império em África, edifica a “casa portuguesa” transferindo todos seus valores, consciente que *“faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui um prolongamento dessa metrópole. (...)”* (Fanon 1968:38). Os protagonistas destes romances adaptam-se primeiramente ao clima, às pessoas, ao modo de vida. Quando seguros começam a construção da “casa”, edificada sobre valorosos pilares: o patriotismo e o casamento com uma mulher portuguesa, repentinamente encontrada no meio da floresta, sob os maus tratos de homens perversos (também portugueses), sofrida com abandono familiar, abuso e doenças, que em vez de fragilizá-las, tornam-nas fortes e preparadas a ajudarem seus maridos nessa missão. Parece-nos que os amores deixados na Metrópole pelos protagonistas não suportariam a “missão” em África. Em *O sol dos trópicos*, por ser um romance que se inicia com a personagem já no meio da floresta (Serra da Chela), percebemos logo de início a casa geométrica ganhando corpo e ao mesmo tempo, Venâncio se perpetuando como novo habitante:

Era bem a África que eu tinha visionado em horas escorregadias de reduzida curiosidade, aquele conjunto acabrunhante de grandezas, de exuberâncias, em que palpitavam mistérios e perigos e sofrimentos.

Sempre tinha imaginado assim: bravia e emaranhada, coberta de florestas palpitantes, de mistérios, ardente e dominadora. (p.9)

(...)

Mas logo que amainou, ainda sob a negrura do céu e a loucura do fogo, instintivamente, pus-me a esgalhar arbustos mais secos e a improvisar com eles uma barraca que lhe albergasse. Juntei os troncos em cone, cobri-os o melhor que pude com ramos verdes, que arrancava das árvores mais folhosas, e consegui amanho uma espécie de toca onde a água deslizava sem penetrar.

Dir-se-ia que de dentro de minha pele de bacharel irrompiam jeitos da herança rústica de meus pais e avós. (p.111)

(...)

Numa casca de árvore forrada com capim verde aninhei as brazas mais vivas, para as trazer para baixo, e desci a encosta, a correr, para lhes conservar a santa faculdade de pegarem lume onde me aprouvesse.

E assim melhorou minha instalação. Lenha seca de arbustos e de árvores mortas não me faltava. Armazenava-a numa espécie de fuma de pouca profundidade, que ficava a beira da minha barraca – e nesse ofício gastava horas de meu dia.(p.121)

(...)

Procurei tornar minha moradia mais confortável.

Com barro amassado com capim fabriquei uma espécie de adobes que armavam mais solidamente as paredes mestras. E como a experiência desse resultado longo pensei que melhor seria escolher local mais amplo. (p.168)

(...)

E em lograr da saudade da civilização que tudo me facilitaria, tive antes orgulho do meu esforço, de isolado – e, a amparar-me, a irônica lembrança das dificuldades burocráticas que em Lisboa teria de vencer para construir uma casa: o projecto para a câmara, os registros, os tabeliães, as escrituras...

Quando vi minha cabana com um metro de alto, de paredes bem alisadas, espaçosa, a poucos metros da antiga cubata de ramos que ainda me abrigava, depois duma manhã fadigosa de trabalho, ergui-me com sadio contentamento e, enchendo o peito de ar, com os punhos cerrados atrás das costas, olhei com orgulho glorioso as penedias, as quebradas, as encostas, o mar imenso das montanhas – e continuei a minha faina cantarolando uma velha cantiga da minha terra, que a minha mãe costumava cantar quando cosia a roupa, de tarde, à porta da nossa casa. (p.169/170)

A agricultura, a caça, os amanhos todos os dias acrescentava à minha cabana - e por vezes longas conferências com negros que me procuravam, para os tratar ou para me pedirem conselho – enchiam-me todo o dia (...) até ao luzir do sol. (p.230)

Criara um mundo meu, com o meu esforço, a boa fibra que na terra se criara e que para a terra se voltava – e o que desejava era aperfeiçoar esse mundo, nutrir o orgulho exigente das minhas criações, lutar de igual para igual com as dificuldades naturais. (p.311)

E também a casa cresceu. E ao lado dela outra casa – e em frente um silo, um pouco mais arredada um eira. (p.315)

E o povoado cresceu, cresceu a olhos vistos. (p.316)

Desses exemplos, temos o processo de adequação que culmina com a construção da casa, no caso a “casa portuguesa” que só poderia ser construída por um povo viril, adaptável. Ao processo de adequação sucede-se o processo de posse: “*A acolhida da casa é tão forte que o que se vê da janela pertence à casa*”(Bachelard 2000:79). No romance a figura da janela simboliza a abertura para a apropriação, ou seja, tudo aquilo que se vê a partir da janela é da personagem. E a representação da janela que pode ser a da casa, do castelo, do barco – metaforicamente são os olhos da cobiça. Entendemos que a casa portuguesa é tão gulosa como a casa de Jules Supervielle, citada por Bachelard, “*mas como uma criança gulosa, tem os olhos maiores que a barriga*” (p.70).

Para Edwin Muir (p.36), “*mundo imaginativo do romance dramático está no Tempo e o mundo imaginativo do romance de personagem, no Espaço*”; observa também que “*os valores do romance dramático são individuais*”, já “*os valores dos romances de personagem são sociais*”. Partindo das afirmações de Muir, entendemos que os romances de Henrique Galvão são de personagem, uma vez que as personagens principais lutam por dias melhores, têm um sonho e conseguem realizá-lo, porém não

podemos esquecer que, apesar de atuarem nos romances individualmente, não representam um único indivíduo, ao contrário, representa todo um povo, uma história, uma predestinação definidora da história e nação portuguesa no que tange à apropriação de espaços alheios. Podemos observar nesses romances os mesmos sentimentos de “Os Lusíadas”, em que o grande herói é a pátria portuguesa. E sobre tal aspecto Lukács (2000:55) chama a atenção para a transformação da epopéia em romance: “*O romance é a epopéia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade*”.

Antes de prosseguirmos, é bom lembrar que o herói épico participava de um mundo, onde tudo estava previamente delineado e sua função limitava-se em representar os interesses de sua comunidade. Já o herói romanesco participa de uma sociedade problemática, marcada pelo jogo de interesses e pela imprevisibilidade. No entanto, guardando as diferenças entre os dois gêneros, pretendemos ressaltar em nosso trabalho algumas características do herói dos romances coloniais também encontradas no herói épico: o destemor, o sentimento de dever e o apego pelo seu povo (pátria). Não analisaremos, aqui, os interesses financeiros que envolvem a ida dos heróis às colônias portuguesas de África, já observados no segundo capítulo.

Atentemo-nos então ao discurso heróico dos protagonistas e a imagem balizadora que ronda os romances coloniais: a missão do colonizador, de acordo com a propaganda governamental vigente, era representar o Império além-mar, considerado extensão natural da Metrópole, como podemos verificar no fragmento abaixo de *O sol dos trópicos*:

As cousas agradavam-me mais pela forma do que pela essência.

Era dos que se embriagam com o perfume exterior das grandezas, não cuidando que só é grande, bela e estável, a cousa definida que resulta duma idéia ou dum ideal anteriores, que cresceu e fez em nós a sua obra, antes de a fazer para os outros.(p.18)

E se a África não fosse continente novo, ainda mal desbravado de mistérios, se tivesse, em civilização ou descoberta, a idade da Europa, também, ao atravessar o período romântico das ledas, teria possuído em Vila Arriaga e nas penedias empinadas que dominavam o povoado, o fundamento duma história fantástica que podia muito bem começar assim:(...)

E a lenda podia concluir como muitas outras análogas que na Europa se criaram – talvez por sugestão de cenários menos impressionantes. Também uns cavaleiros arrojados, na pele de pioneiros de África, descendentes dos mesmo que foram ao Mar Tenebroso e dos que andaram em busca do Prestes João, escalaram um dia as penedias, venceram os dragões em luta desigual e alcançaram o Planalto – tão luminosas, tão puras, tão dóceis como as terras encantadas de Portugal. (p.75)

Sangravam-me as mãos, pouco afeitas a partir troncos e ajeitar ramos – mas os meus músculos respondiam, com vigor hereditário e habilidade inata, aos esforços necessários e consoante os fins desejados. (p.112)

Ou ainda em *O velo d'oiro*:

Mês e meio depois tinha embarcado no Angola, com bilhete para Mossâmedes, e navegava mar fora, como Lusíada de raça, com um grande sonho (...). (p.14)

Afinal tudo aquilo era enternecedoramente português – português da província, ora tristonho e suave, macambúzio e monótono, ora vivo e alvo, e ao contrário da África que eu tinha imaginado. Simplesmente a gente me parecia mais desembaraçada e activa. (p.22)

Pois, este homem espectrificado, que teve uma alegria quase infantil em dar-nos de almoçar, não nos falou senão dos seus projectos de trabalho, das obras que tinham empreendido, no aperfeiçoamento de suas estradas, da disciplina dos seus indígenas – de todas essas pequenas coisas que são a glória autêntica de Portugal, que explicam a nossa História e que prometem o nosso futuro. (p.108)

Ao utilizar a primeira pessoa do plural, principalmente em “nosso futuro”, o protagonista consciente de sua missão coletiva, torna-se responsável pela história vindoura e única de Portugal e suas colônias, no papel colonizador incumbido de construir a casa portuguesa, assim como foi o “Lusíada de raça”, alusão aos primeiros navegadores que no século XV deram início à história do imperialismo português.

3.6 O processo de desconstrução da casa portuguesa

Ao compararmos os romances coloniais a *O esplendor de Portugal*, de Antonio Lobo Antunes, observamos a casa portuguesa, aos poucos, sendo destruída, como se uma linha contínua ligasse os três romances, estabelecendo a idéia de seqüência, finalizada apenas com a guerra de libertação e a saída dos colonos das terras africanas. Os lares estabelecidos nos romances coloniais regados de amor, amizade, companheirismo, serão substituídos pelo seu contrário, em que infelicidade, vícios, desrespeito demonstram o processo de des(construção), desmoronamento da casa portuguesa, estendido também ao império colonial.

Eunice e Eduardo, pais da protagonista, Isilda, vivem um casamento de mentira. Ele com suas amantes e totalmente adaptado à vida na colônia, não pensa em nenhum momento em retornar à Metrópole. Aconselha inclusive a filha a nunca deixar a colônia, pois para ele os retornados, caso voltassem, seriam classificados como cidadãos de segunda categoria. Já sua mulher, além de suportar suas aventuras amorosas, deixa bem clara sua inadaptação e o sonho de retorno. Dando continuidade à saga de infelicidade, uma doença hereditária, Isilda vive um casamento também infeliz, destrutivo que produz filhos doentes. Parece-nos uma epidemia que atinge as pessoas, a terra, os relacionamentos, o império. No entender de Maria Alzira Seixo (2002:328), *Esplendor de Portugal* “desenvolve, pois, uma história de separação e desencontro, de radical solidão e remissão a raízes que não são as próprias, e que surgem desenterradas (e desterradas) devido a uma apropriação indevida mas politicamente legitimada da terra, que se repercute na identidade dos indivíduos”.

Romance intitulado com um dos versos do hino português, *O Esplendor de Portugal*, ao contrário dos sentimentos heróicos, nobres, a que nos remete o hino, traz-nos na realidade a saga de uma família de colonos portugueses desde seu apogeu até a decadência ao longo do século passado. Narrado pelas quatro personagens principais, Isilda e seus três filhos, passa inicialmente uma idéia confusa do espaço que ora se concentra em Angola, ora em Portugal, com exceção de Isilda, que diferentemente dos filhos, fica em Angola até a morte, em meados dos anos 90. As referências temporais, aparentemente confusas devido às recordações das personagens, são marcadas pelas datas que iniciam cada capítulo.

Isilda, filha de Eduardo e Eunice, recebe todos os mimos de moça branca, apesar do pai permitir que conviva na infância com crianças pretas, brincando suas brincadeiras, comendo suas comidas, retendo sua cultura. No auge do imperialismo português em Angola, a família de colonos também conhece o poder e a riqueza advinda dos lucros da plantação de girassol, algodão, arroz, tabaco e da mão-de-obra barata dos pretos, obrigados a cumprir contratos que mais os aproximavam a escravos. Essa realidade de riqueza e soberba também é vivenciada por outros colonos que, na ausência de lugares para mostrarem a opulência de suas conquistas, convidam e são convidados para festas nas empoeiradas fazendas, onde se comportam como os ricos da Metrópole.

o meu pai com aquela expressão que não era um sorriso mas parecia um sorriso

- Vês como te fica bem Isilda?

Barbeava-se e vestia terno e gravata para jantar na fazenda sob as centenas de lâmpadas do lustre refletida nos talheres e nos pratos, a

minha mãe chiquíssima, eu de laço à cintura e lá fora, em lugar de uma cidade, Londres por exemplo, o restolho do algodão, o cheiro da terra entrava pelas janelas abertas de vento a palpar nas cortinas, o Damião avançava com a sopa numa majestade rei mago, senhoras decotadas de unhas escarlates, sobrancelhas substituídas por uma curva de lápis que lhes arrumava as feições numa careta de espanto colocavam-me uma almofada no assento para ficar mais alta e as sobrancelhas para mim em vozinhas de papel de seda

- Que crescida meu Deus

Cavalheiros de smokoing fumavam charuto, as luzes apagadas para a sobremesa, atritos de pulseiras, saquitos de vidrilhos, saltos que bicavam o soalho numa pressa de cristal, pernas cruzadas nos sofás, uma mesa de bridge, meu pai distribuindo conhaques e licores com aquela expressão que não era um sorriso mas parecia um sorriso, beijos que me deixavam atordoada de essências, os carros a partirem um a um acedendo o girassol, o algodão, as árvores ao longe e as cubatas, os ombros das senhoras nas escadas, cobertos por uma transparência de xales como se houvesse frio no interior do calor, a minha mãe para o meu pai, entre dentes. (p. 26,27)

No fragmento acima observamos uma das muitas lembranças de Isilda, em que destacamos a opulência do espaço interno da casa que “*sob as centenas de lâmpadas do lustre refletida nos talheres e nos pratos*”, somado à elegância de Isilda contrastam com o espaço real de uma fazenda, não de uma grande cidade como chega a imaginar a

narradora “lá fora, em lugar de uma cidade, Londres por exemplo, o restolho do algodão, o cheiro da terra entrava pelas janelas abertas de vento a palpitir nas cortinas”. A artificialidade, fio condutor das relações e dos hábitos, é preponderante: Damião, “rei mago”, presenteia os convidados com sopa, possivelmente quente. Isilda, uma menina, é promovida ao meio adulto ajudada por uma almofada (- *Que crescida meu Deus*). As roupas e jóias dos anfitriões são dignas de uma recepção real. Hipocrisia nos sorrisos e nos beijos. Xales para proteger a frieza dos relacionamentos. Um momento de glória para a menina Isilda, no entanto, a narradora Isilda, numa leitura crítica do período, demonstra o descontentamento de todos ali, cumprindo rituais jamais sonhados se estivessem na Metrópole, como brancos de segunda. De acordo com Isabel A. Ferreira Gould (2005), o romance *O esplendor de Portugal*

enquadra-se num conjunto de obras da ficção portuguesa que indaga sobre a idéia de nação e acerca da construção da identidade cultural portuguesa. (...) nele se desmistifica a imagem do esplendor de Portugal e se desconstrói a idéia de uma gloriosa África portuguesa através da análise do espaço colonial (senzala, fazenda, casa) e da relação metrópole-colônia (...) (p.2).

Assim, ao concebermos a fragmento anterior como um exemplo do aristocrático imperialismo português em Angola, poderemos então, entender o processo de desconstrução do Império no desenrolar do romance, metaforicamente representado pela deterioração dos espaços sociais, dos relacionamentos e da família.

Em relação à deterioração dos espaços sociais na colônia, tomamos como ponto de partida as lembranças de Isilda desde a infância feliz na fazenda, situada na Baixa do

Cassanje, até sua morte, em Luanda. Chama-nos atenção também o processo de desocupação colonial visualizada na viagem feita por Isilda: ela sai do interior angolano em direção à Luanda, capital “*cidade dos defuntos*” (p.316), simbolizando assim, num caminho contrário aos dos colonizadores, principalmente os protagonistas dos romances coloniais aqui estudados, o espaço do estranhamento, fugindo completamente da imagem de contigüidade imperial.

Como já pudemos observar, a casa colonial portuguesa, localizada numa fazenda altamente produtiva que chama atenção pelo seu tamanho, mobília e empregados aos poucos vai se degradando. Isilda, entretanto, ao descrever esse processo de desgaste, ao mesmo tempo, insiste em relembrar os bons tempos da casa da colonial, numa tentativa de viver apoiada na grandiosidade de suas memórias de colonizadora, não aceitando assim, as mudanças impostas pela derrocada do Império. Para Gaston Bachelard (2000:28):

Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar o tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer ‘suspender’ o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa função do espaço.

Isilda como personagem principal, última representante do colonialismo português em Angola, insiste em reviver o glorioso passado, simbolizado pela fazenda e

pela casa, demonstrando assim, sua discordância, ou mais ainda sua não aceitação da realidade que aos poucos vai se descortinando. O espaço-casa e o espaço-fazenda associados ao tempo da infância feliz, como também ao tempo de uma felicidade não tão grande, porém estável, representada pelo casamento e pelo nascimento dos filhos, amalgamam-se (Bakhtin 2002:211), provocando o desejo de inalterabilidade, de solidez e conseqüentemente de permanência no espaço colonial:

eu na Baixa do Cassanje, no terraço com os meus pais vestida de branco, de laço branco nas tranças, com dez doze treze anos se tanto, enquanto me pegavam ao protegerem-me *da criatura despenteada, descalça, emagrecida, a mastigar tabaco embrulhada num pano do Congo em pedaços que não imaginava, não supunha quem pudesse ser mas não era eu, que estupidez, como podia ser eu que não passo fome, tomo banho, graças a Deus* (p.180)

o meu pai a dirigir-se comigo para a casa da fazenda na época e quem a fazenda e a casa e os espelhos e eu éramos novos, sem milhos pisado nem telhas quebradas(...) *a olharmos a aldeia e o rio, a mesma aldeia e o mesmo rio de hoje com o cabinda a exigir minha cama para si e o resto da casa para a tropa fandanga do Governo* (...)(p.81)

cheiro de cabarés da Baixa, cheiro de mulheres aguardando numa orla de estrada os caminhoneiros que não viriam nunca e se viessem não paravam, não paravam, eu acorada com a Maria da Boa Morte num desnível de terra, *idêntica às criaturas espiando-nos do portão na*

tarde em que casei, ao chegarmos da igreja da Malanje num cortejo de automóveis, furgões, jipes, o carro episcopal, a limosine do governador (...) as mesas sob os toldos coloridos, o Damião e o Fernando com bandejas, travessas, caldeiros, o bispo e o governador de biquinhos juntos com um casal de periquitos no mesmo ramo(...)
(p.253)

Estou certa que foi ele a envelhecer: se me debruço nem as minhas mãos surgem na moldura, os quadros e os móveis apagam-se numa espécie de névoa, as rendas da camisa de dormir levitam no abandono dos reposteiros pelas salas desertas (...). Foi o espelho que envelheceu: *ainda agora chegamos de jantar nos belgas, o meu marido e eu, as luzes estavam acesas do portão da casa a iluminar as hortênsias, a estátua do tanque erguia os cotovelos numa alegria de balé, os pequenos dormiam lá em cima com a Maria da Boa Morte, sem que nós lhe disséssemos, deitado no corredor a vigia-los*
(*esta gente é verdade ganha afeição às crianças*) (p.48 e 49)

os tropas, mesmo os dos botins de verniz, não iam roubar-me nem levar-me com eles nem fazer-me mal, não havia um só quarto às escuras na casa de Malanje, erguiam as metralhadoras, fixavam-me com a mira, desapareciam atrás das armas, o modo como os músculos endureceram, o modo como as bocas se cerraram *eu a trotar na areia na direção dos meus pais, de chapéu de palha a escorregar para a*

nuca, feliz, sem precisar de perguntar-lhes se gostavam de mim.
(p.381)

Nessas lembranças (em itálico) misturadas aos acontecimentos reais da narrativa que se inicia com a partida dos filhos para Portugal em 1978, pós-independência de Angola, podemos perceber a vital importância do universo da memória para Isilda, justificativa de sua permanência no espaço angolano, como também o cultivo da auto-imagem colonialista ainda conservada pela personagem, mesmo já destituída de bens adquiridos durante o colonialismo. Nos fragmentos acima, podemos perceber que a personagem, embora na total decadência (*a mastigar tabaco embrulhada num pano do Congo*), escondendo-se das tropas (*acorada (...) no desnível da rua*), ou ainda no pelotão de fuzilamento (*fixavam-me com a mira*), faz alusão a momentos prazerosos da infância e/ou da vida adulta, na tentativa de reter o tempo que passou. Para Gould:

Isilda é, pois, colocada no espaço colonial como figura em decadência que ora investe em manter vivo um sistema brutal, cuja violência atinge o colonizado, ora é vítima desse mesmo sistema. O romance explora, desse modo, a imagem do colono como figura ambivalente e fracassada. A figuração disfórica de Isilda reflete, assim, as contradições do sistema colonial investido, por um lado, na violência e, por outro, acometido pela sua própria tirania e loucura.(p.6)

Assim, acreditamos, que a personagem Isilda representa diversos papéis. Ora é a filha, simbolizando as meninas dos olhos da metrópole; é a esposa, ao suportar a traição da metrópole e suas promessas não cumpridas; é a mãe quando confia seus filhos à

metrópole que não os aceita. No entanto, Isilda é também o próprio Império português, carregada de violência, racismo, falsa assimilação, ira, decadência e ruína. Logo, acreditamos que a morte, para Isilda, configura muito mais do que “*a única possibilidade de libertação desse sistema(...)*” (Gould p.6), representa na história portuguesa o término sangrento de quinhentos anos de Império.

Em relação à deterioração familiar, Isilda contrariando o sonho do pai de vê-la casada com um rapaz rico e comprometido com o imperialismo e seus lucros, casa-se com Amadeu, português da Metrópole, agrônomo contratado por uma empresa prestadora de serviços em Angola, a Cotonang. Ele não traz nenhuma glória antepassada e possivelmente fora obrigado a deslocar-se para a colônia, por não encontrar na Metrópole condições de manter-se empregado. Após o casamento, Amadeu não assume a responsabilidade pela administração da fazenda, torna-se um alcoólatra e passa a representar uma das vergonhas da família. Para Maria Alzira Seixo, Isilda ao dominar o casamento, os filhos e a administração da fazenda, “*assume a força da terra da qual se apossa numa herança de intrusão (...)*” (p. 520). Caminhando no mesmo sentido que Seixo, Isabel Ferreira Gould amplia a força de Isilda ao afirmar que o romance de Lobo Antunes “*investe na desconstrução da idéia de império colonial português ser dominado pela autoridade e experiência masculina*” (p.6). Podemos estender essa força às personagens Clarice e Lena. Esta por abandonar Carlos às vésperas do Natal, após anos de casamento em que fora submetida à humilhações e desprezo. Aquela, mesmo passando pela marginalização imposta pela sua condição de prostituta, consegue a independência financeira.

Os filhos desse casamento são Carlos, Clarisse e Rui. Carlos, filho de Amadeu com uma preta, cozinheira da empresa na qual trabalhavam, fora comprado por Isilda

por ser totalmente branco. Clarisse, uma menina extremamente paparicada pelo pai, que estabelecerá com a filha uma relação bastante ambígua, principalmente na adolescência e na juventude. Rui, epilético, causa muitos transtornos à família. Um deles é o alcoolismo de seu pai, inconformado com os ataques do filho.

Carlos, o mais velho, mestiço, rejeitado pelos pais e pela avó, só se sente bem e acolhido na cozinha junto de Maria da Boa Morte, criada da casa que também o trata de forma diferenciada em relação a seus irmãos. Ela não o trata por “menino” como a seus irmãos, trata-o por “tu”, demonstrando assim a igualdade existente entre eles. Na escola, Carlos conhece Lena, menina moradora do Musseque com quem mais tarde vem a se casar, com a autorização da mãe que não esperava nada “melhor” para ele que também personifica a problemática relação entre colonizador e colonizado, identificando-se ora com um, ora com outro, demonstra claramente problemas relacionados a sua origem mestiça. Para Gould, Carlos é o *“símbolo da degeneração paterna e da ruína familiar (...) afigura-se como uma voz dupla que simultaneamente subverte e afirma o colonialismo doméstico no seu contacto íntimo com os africanos (principalmente com Maria da Boa Morte), e no ódio que por eles nutre como forma de manter sua ‘integridade’ de colono português (...).”* (p.12)

Rui e Clarisse vivem a realidade de filhos brancos da colônia. Ele, por conta da doença, tem suas vontades prontamente atendidas, sendo capaz também de várias maldades, principalmente com os pretos, seus alvos preferidos na brincadeira com espingarda de chumbinho, *“representa, no fundo, a doença de todos eles na relação com terra e com os outros.”* (Seixo 2002:342). Ela, desde pequena, segundo a mãe, é precoce: *“os dentes nascera-lhe mais cedo que aos irmãos, começou a andar mais cedo, a dizer frases mais cedo, a pegar no garfo mais cedo,(...)”* (p.224), também em

relação ao sexo, restando-lhe mais tarde a condição de prostituta não só na Baixa do Cassange e em Luanda, como também em Lisboa, onde terá vários amantes, todos eles pertencentes a alta classe lisboeta. Para Isilda, além da precocidade, o olhar de Clarisse assemelha-se a um espelho, refletia a imagem da própria mãe e da avó, num processo de continuidade, como uma praga hereditária, a infelicidade: “(...) *olhava-nos de uma maneira que era como se olhássemos para nós através dela e não e não gostássemos do que víamos (...)*” (p.224,225). Para Maria Nazaré Ablas (2003), Clarisse “*não só cumpre as profecias da família (...)*” proferidas pelo avô Eduardo, “(...) *como também o destino de muitas personagens de Lobo Antunes, exemplarmente apresentadas em As Naus – com as mulheres retornadas “trabalhando num bar” (...)*” (p. 131). Ambos segundo a avó, juntamente com Isilda e Carlos, representam a decadência da família.

Isilda era amante do chefe de polícia e utilizava o escritório da casa para seus encontros. Trancavam-se e lá ficavam por muito tempo. Também se encontravam na cidade, sob os olhos de todos, já que o chefe de polícia não fazia questão de esconder seu relacionamento com Isilda, principalmente aos amigos de Amadeu, que por sua vez fingia não ver a atitude da mulher.

Ou mesmo ali sem necessidade de trens, um ramo de baobá por exemplo, onde pendurar uma corda, uma bala no pescoço com os amigos a continuarem a fumar, a não dizerem nada, eu ainda não um bêbado, um palhaço, ainda com a minha mulher a dormir com o comandante da Polícia no escritório por baixo do meu quarto sem se esconder de mim ou se lixar para mim, eu a apanhar o gargalo da mesinha-de- cabeceira a fingir que não dava fé (...) (p.119)

Como podemos perceber, a degradação do espaço e a degradação familiar caminham juntas em terras africanas, como também em Lisboa, quando, após a independência de Angola, Isilda manda seus filhos para Portugal. Eles residirão num pequeno apartamento comprado no bairro da Ajuda, tempos antes e colocado em nome de Carlos, o mais velho. Após três anos, Carlos, agora, detentor do poder familiar, interna Rui num sanatório e expulsa Clarisse do apartamento. Para Maria Alzira Seixo (2002:328), Carlos como representante do hibridismo na família, exercerá o seu estado *“muito mais como abrogação (maltratando os outros ou comportando-se de em jeito carrancudo) do que como assimilação”*. Notamos aí, uma movimentação inversa, Carlos em Angola não tinha voz ativa diante dos irmãos e mãe. Ridicularizado por todos sofreu durante toda a vida como uma das vergonhas da família. Já em Portugal, as posições agora se invertem, num espaço seu, numa terra que não é sua, ele exerce o poder e usa-o da forma que quer.

os guindastes para além dos telhados, os morros de Almada e as luzes do estaleiro ao contrário no Tejo, a mesa posta, o champanhe, as ampolas do pinheiro de Natal, os presentes com laçarotes catitas e agora minha mãe que tenha coragem de acusar-me frente a frente que não ligo aos meus irmãos, não faço o que posso, não me ralo com eles, a minha mãe que explique frente a frente quem se importa e quem não se importa com a família, quem teve a idéia de nos juntar todos, quem pagou o jantar para nada, que se pôs de ponto em branco como para um coquetel ou um pôr-do-sol na embaixada e gastou um dinheiro na capelista em estrelinhas e grinaldas ridículas para a família se sentir

bem, contente, confortável, feliz, a minha mãe com a paranóia que não gosto das pessoas e sou eu que as procuro, telefono, envio telegramas, convido, agüentei-os na Ajuda sem um protesto três anos seguidos suportando até os limites da paciência as maluquices de um e os caprichos da outra, ele a esbracejar na alcatifa e ela, mal me apanhava de costas porque tenho de ganhar a vidinha a deitar Lisboa inteira na cama, chegava a casa estafado do trabalho e a Clarisse muito à vontade repimpada no sofá, a fumar cigarros de filtro dourado que cheiravam pra burro imitando tabaco turco, a mamar no meu anis na companhia de um espertalhão de bigodinho qualquer. (p.65/66)

Em relação ao aspecto espacial, como já foi comentado, o enredo se passa em vários lugares de Angola e Portugal. Porém o que nos chama atenção é a dissonância das falas dos colonos em relação à África no áureo período de colonização e as falas e lembranças de Carlos, Rui e Clarisse, em Portugal. Segundo Ferreira-Gould, *O Esplendor de Portugal*

repensa a identidade portuguesa a partir de um múltiplo espaço ficcional que se concentra, todavia, no percurso disfórico de várias gerações de uma família por terras de Angola. Consistindo numa profunda meditação sobre a família portuguesa, o obra examina a decadência gradual de três gerações de colonos que ocorre paralelamente à dissolução do império, revisitando a colonização do século XX (...), a descolonização, o regresso à nação portuguesa e a guerra civil em Angola. (p.1)

Como já falamos anteriormente, segundo nos consta, num processo de mobilização espacial, o poder adquirido em terras longínquas nunca será igual àquele adquirido em sua terra natal, mesmo sendo as colônias consideradas uma extensão do Portugal continental. Logo, os três irmãos que vão para Portugal, fugindo da guerra, não têm poder nem dinheiro, só lhes restando a lembrança de um período de “felicidade” às custas de trabalho, suor e morte de angolanos. Acabam demonstrando, assim, não só o fracasso familiar, como também o fracasso da colonização que concede aos retornados na viagem de retorno:

sopa no almoço, um prato de feijões ao jantar, uma garrafa de água para o dia todo, encostávamos o nariz às vigias do salão de luxo guardado por marinheiros de pistola onde de uma fila de criados entrava com pudins acesos, paus dourados que despediam estrelinhas, secretários provinciais, administradores de fábricas, cônegos, presidentes de bancos, os marinheiros mandavam-nos regressar à cobertura enquanto a música tocava, nisto os primeiros albatrozes rondando o barco aos guinchos, percebia-se a maldade de vidro das pupilas (...)

mais albatrozes, gaivotas, as senhoras de classe de luxo batiam palmas enquanto Lisboa crescia para nós, não já o mar, o Tejo, fumaça de chaminés, armazéns numa chuvinha parda, um trem a escapar-se ao longo da muralha, o pai da Lena vacilando acima do sorriso como as lamparinas de álcool antes de se apagarem, entregaram-nos uma senha para reclamarmos a bagagem cinco meses depois, transportaram-nos

para os arredores da cidade sem mercenários nem musseques que ardiam a fim de nos vacinarem, tirarem sangue e medirem a tensão, apavorados com a idéia de trazermos doenças de pretos que se pegassem, lepra, raiva, febre aftosa, bócio (p. 264, 265)

Carlos, como mestiço, só guarda de bom em sua memória a convivência com Maria da Boa Morte e a condição de branco que o igualava aos demais portugueses. Preocupa-se em pedir para mãe, ao embaçar para Lisboa, que cuidasse dela. Um dos exemplos do seu desprezo pela família, nesse caso pela mãe, é o fato de não abrir nenhuma carta mandada por ela desde sua chegada a Lisboa, demonstrando sua opção em cortar qualquer ligação que ainda pudesse vinculá-lo a Isilda:

os envelopes que guardava numa gaveta sem os mostrar a ninguém, os abrir, os ler, dúzias e dúzias de envelopes sujos, cobertos de carimbos e selos, falado-me do que não queria ouvir, a fazenda, Angola, a vida dela, o empregado dos Correios entregava-mos no patamar e uma extensão de girassóis murmurava campos fora, girassóis, algodão, arroz, tabaco, não me interessa Angola cheia de pretos na fortaleza, no palácio do Governo e nas cabanas da ilha refastelados ao sol a julgarem-se nós, fechava a porta com a carta segura por dois dedos como quem transporta o bicho pela cauda.

Cartas iguais a bichos malcheirosos, mortos (9,10)

Politicamente, observamos também a neutralidade de Carlos, não optando nem por Portugal, nem pela causa angolana. O que fica claro em toda a narrativa é a visão

negativa da mestiçagem nas colônias portuguesas, como podemos observar também nos romances coloniais. Isilda, por sua vez, permanece em Angola, numa melancólica decadência em lembranças do glorioso passado colonial, em contraste com a realidade da “invasão” de suas posses. Foge com as pretas Maria da Boa Morte e Josélia e acaba morrendo num pelotão de fuzilamento.

As observações de Maria Alzira Seixo (1986) a respeito do romance contemporâneo português, no qual

pode-se entrever, nos últimos dez anos, uma linha novelística que encara com extrema atenção o espaço romanesco enquanto escrita de uma terra cujo sentido se busca, entre a marca que a história lhe imprimiu e o curso humano que a transforma, entre a extensão determinada e característica que a forma e o tempo que lhe ritma a sucessão e a vida. (...) a partir de 1974 é possível verificar (...) o espaço da terra como centro de radicação do universo romanesco: a terra como paisagem, a terra como sociedade, a terra como lugar do humano, terra como espaço do drama político, a terra descentrada – as Áfricas -, a terra como exterior – os exílios, as viagens.(p.72)

também são verificadas em *O esplendor de Portugal*, entretanto, mesmo concordando com as afirmações autorizadas de Maria Alzira Seixo, pensamos que o acréscimo do prefixo “des” às palavras associadas à palavra terra, seriam pertinentes ao romance antuniano. Logo, poderíamos entender a terra como “despaisagem”, “desociedade”, “deslugar”, “des-espaço”, uma vez que a “desconstrução”, marcante em todo o romance, pode ser vista, não só na terra invadida, explorada, no caso Angola, como também em

tudo que se irradiava a partir dela: personagens, relações, ideologias, retorno, sociedade e Portugal, pós-74.

Assim a paisagem, que, carregada de aspectos negativos no olhar dos colonizadores, como já observamos nos romances coloniais, passa por uma mudança radical, tornando-se agradável, bela, infinita, metamorfoseia-se novamente em *O Esplendor de Portugal*, quando aludida pelas personagens, não de forma clara e objetiva, mas em “flashes” descontínuos, recortados, num crescente processo de deterioração. A aparente felicidade em

Os meus três filhos a correrem nas sequóias cujas flores rebentavam num sonzinho de vidro (...) o jardineiro quase pegado aos caixilhos emendava uma haste com um barbante e um pedaço de cana (...) era Maria da Boa Morte mostrando-me as mangueiras da Chiquita, o friso de mangueiras ao longo da colina” (p.128),

e os destroços de “o vento no restolho empoeirando os caules, decepando as azáleas, devorando ramo a ramo a árvore-da-China (...) o vento saltava o tanque e os canteiros, o portão da fazenda com os pilares fraturados e os gonços a furarem a parede(...)”(p.104), são dois exemplos, dos muitos encontrados na obra.

A sociedade portuguesa construída em Angola, a sociabilidade existente entre os colonizadores, “-Que bem te fica esse vestido filha confundindo-se com os cetins e as sedas dos bailes de Malanje, e de Luanda”(p.106), também são destruídas gradativamente, transformando-se em “brancos nas praças, cercados de camas e mesas, sentados em banquitos à espera de ninguém, cotovelos entapados, crânios entapados”(p.26)

No volta dos “desterrados” partindo de uma pátria inexistente para uma pátria que nunca existiu, “*para chegarmos a Lisboa onde não nos aceitam também, carambolando-nos de secretaria em secretaria e ministério em ministério por uma pensão do Estado, despachando-nos como fardos de quarto de aluguel em quarto de aluguel nos subúrbios da cidade*”(p.245), percebemos a derrota da colonização e a vergonha personificada pelos milhares de retornados, não mais considerados portugueses, apenas portugueses de segunda e seus cheiros de África já impregnados devido ao tempo e aos costumes, que muitos diziam que não tinham, porém guardavam-nos com extrema saudade. Cristina Robalo Cordeiro (1998), numa percepção aguda sobre os espaços principais de *O esplendor de Portugal* faz a seguinte descrição:

Angola. Imagens de uma terra por onde escorre toda a nostalgia do paraíso perdido. Angola e os caminhos de Angola, e as cores e os cheiros e o céu de Angola. Memória (...) que a factura do tempo restitui agora em anéis que progressivamente se vão apertando.

Lisboa também, terra onde deságuam as mágoas dos que a ela regressam sem lhe pertencerem, estranhos ao palpitar da cidade onde, tudo parece acanhado, tacanho, insípido, incolor. (p.431)

A saudade dos retornados não se configura apenas ao fato de terem se adequado ao espaço angolano, estende-se também aos benefícios que jamais teriam novamente. A condição social, agora, é pior do que aquela vivenciada pelos dos colonos de Henrique Galvão, quando saíram em direção a Angola, nos anos 30. Sem falar ainda na inadaptação, pelos menos para a geração desses retornados dos anos 70, representados, no romance, por Carlos, Clarisse e Rui, que mesmo após vinte anos em terras lusitanas

mantêm suas lembranças em Angola, na fazenda, na casa. Quanto ao espaço, em Portugal, mostram-se completamente sem rumo, sem pátria, sem casa, com a identidade perdida, ou melhor, aprisionada nas memórias de cada um, em terras africanas.

CAPÍTULO IV – O DISCURSO, AS VOZES E SUAS REPRESENTAÇÕES

Ao contrário do elemento “espaço”, o “narrador” é objeto de análise de vários críticos literários, nas diversas escolas da teoria da literatura. No nosso entender, essa atenção da crítica está intimamente ligada à evolução do gênero narrativo, mais especificamente do romance, objeto de estudo do nosso trabalho. Desde seu nascimento, no século XVIII, o romance vem passando por diversas mudanças, acompanhando, na medida do possível, a desenfreada história, seus avanços técnico, científico, econômico, ideológico, etc. Da mesma forma, o homem, inserido nesta história e responsável direto por suas mudanças, também mudou e está ficando cada vez mais exigente não só em relação à tecnologia ou à ciência, como também às artes. Na literatura, especificamente, notamos uma preocupação latente em acompanhar o caminhar da história e até em antecipá-la, muitas vezes. Porém, em meio a tantos avanços, a figura do narrador necessita ainda de uma característica imprescindível, tradicionalmente atribuída a ele: a veracidade. Logo, todo o cuidado do autor, ao escrever o romance, é pouco, pois qualquer falha, geradora de ausência de verossimilhança, passa a ser de inteira responsabilidade do narrador, que além de ser o elemento responsável em contar a história, também é aquele em quem o leitor não só depositará sua confiança, como também seus desejos, fantasias, ideologias.

Os romances estudados neste trabalho, mesmo pertencentes a períodos históricos/literários diferentes, têm em comum, como já foi colocado no primeiro capítulo, o comprometimento com dois períodos da história de Portugal. Neles, os narradores, além de enredarem ficcionalmente o leitor, são também depositários de suas curiosidades, desvendando-lhes o exotismo das terras de África, a ideologia do regime

salazarista, especificamente na literatura colonial ou contando-lhes a derrocada deste mesmo regime, sob a ótica do colono e do retornado. Assim, no intuito de compreendermos melhor o papel dos narradores nesses romances, elegeremos alguns críticos, observando principalmente o tratamento que dão ao foco narrativo de primeira pessoa, adotado por Henrique Galvão e Antonio Lobo Antunes.

4.1 Questões teóricas

Aguiar e Silva (1968) admite duas formas de narrador de primeira pessoa: um deles é uma personagem secundária do romance ou tomou conhecimento da história; o outro *“eu do narrador se identifica com a personagem central do romance”*(p.297), neste caso *“é geralmente uma narrativa de caráter introspectivo, que concede uma atenção particular à análise das paixões, dos sentimentos e dos propósitos do protagonista, descurando não só a representação dos meios sociais, mas também, em certa medida, a caracterização de outras personagens(...).”*(p.298. Para o autor, esse tipo de narrador aproveitando-se de sua caracterizada subjetividade, estabelece com o leitor uma profunda *“cumplicidade”*, *“uma relação de comovida simpatia”*, na medida em que relata as suas aventuras, como também, seus sentimentos mais íntimos.

Para Jean Pouillon (1974), existe uma proximidade muito grande entre psicologia e romance, pois é a partir das experiências vividas pelo homem, que o escritor criará suas personagens, seu modo de viver, pensar, como também, as diferentes maneiras de conceber a realidade a sua volta. A partir dessa vivência, teremos o ponto de vista, classificado pelo autor como *“a visão com”*, *“a visão por detrás”* e a *“visão de fora”*. Pela linha narrativa dos romances estudados neste trabalho, interessa-nos, em

particular, “a visão com”, determinada pelo autor a partir da escolha de uma personagem “*que constituirá o centro da narrativa, (...) é “a partir dele” que vemos os outros.(...) É “com” ele que vemos os outros protagonistas, é “com” ele que vivemos os acontecimentos narrados*”(p.54).

Segundo Genette (s/d), o escritor ao construir um narrativa em primeira pessoa, pode optar pelo narrador “*ausente da história que conta*” (p.244), ou por aquele que assumirá a “*identidade de pessoa entre o narrador e uma das personagens da história*” (p.243). Atentemo-nos então, à segunda opção nomeada pelo autor como narrador *homodiegético*, que por sua vez, pode ser adotado de duas formas, a primeira “*em que o narrador é o herói da sua narrativa*” (p.244), ou ainda uma segunda “*em que não desempenha senão um papel secundário*”(p.244).

Segundo Kayser, o autor ao escrever um romance, cria um determinado tipo de narrador e identifica-se intimamente com ele, ou seja, o narrador é “*um personagem de ficção, resultante da metamorfose do autor*”. Ainda, segundo ele, o autor, ao criar um romance já tem em vista um determinado tipo de leitor, o que definiria a maneira como deve seguir a narrativa.

Wayne C. Booth (1980), ao negar a total neutralidade do autor quando escreve seus romances, acredita que “*Enquanto escreve, o autor não cria, simplesmente, um ‘homem em geral’, impessoal, ideal, mas sim uma versão implícita de ‘si próprio’*”, o autor-implícito, representação projetada do autor real, possuidor de diversas máscaras pode mostrar-se de maneiras distintas no texto, procurando sempre inteirar seus valores e ideologias ou “*O autor-implícito escolhe, consciente ou inconscientemente, aquilo que lemos; inferimo-lo como visão criada, literária, ideal dum homem real – ele é a soma das opções deste homem*”(p.92).

4.2 Romances Coloniais

Como já comentamos anteriormente, por trás dos romances coloniais produzidos durante a ditadura salazarista existia um forte aparelho repressor aliado a uma abrangente propaganda político-ideológica que além de promover concursos de Literatura Colonial, também premiava os ganhadores. Grande parte dos concorrentes eram predominantemente “*oficiais do exército, funcionários da administração colonial, jornalistas ou historiadores. As figuras femininas, na maior parte dos casos consortes dos elementos antes referidos.*” (Noa, 2002:387).

Como podemos perceber no elenco relacionado por Noa, de maneira geral, boa parte dos participantes, assim como o autor dos romances aqui estudados, o Capitão Henrique Galvão, exercia alguma função direta ou indireta dentro do governo, demonstrando assim estreitos laços com o sistema vigente, uma vez que seus textos teriam de seguir normas extremamente rígidas, pré-estabelecidas pelo órgão responsável pelos concursos e por seu julgamento. Assim, não só Henrique Galvão, premiado em 1933¹¹, com o romance *O Velo D'Oiro* e em 1937, com o romance *O sol dos trópicos*, como outros ganhadores dos quarenta concursos, realizados entre 1926 a 1969 tinham de seguir a mesma cartilha salazarista.

Diante desses fatores que envolveram a produção dos romances coloniais integrantes do corpus de nosso trabalho, verificamos a clara ausência de um narrador neutro, ou no dizer de Booth (1980:96), “(...) *em literatura a imparcialidade total é impossível.*” Bem, se é impossível nos romances mais importantes da literatura mundial citados pelo crítico inglês, na literatura colonial, essa impossibilidade não é só bem-

¹¹ O autor também foi premiado em 1932, 1934 (em duas categorias).

vinda, como também necessária, como verificaremos no decorrer dos fragmentos dos romances *O velo d'oiro* e *O sol dos trópicos*.

Os romances de Henrique Galvão, desprovidos, como já o dissemos de grandes qualidade literárias, seguem fielmente cada linha de suas narrativas à ideologia do regime. Poderíamos dizer que sua exigência em relação às atitudes, à moral e ao nacionalismo de suas personagens superou até mesmo o discurso de Salazar, tornando-se assim “*o mais português de todos*” (Thomaz, 2002:156).

Para Manuel Ferreira (1989:244) não importa o tipo de narrador utilizado nos romances coloniais, no entanto fica claro, no caso dos dois romances de Galvão, que a opção pelo narrador em primeira pessoa não foi casual, pois se encaixa perfeitamente à “*visão com*” de Poullion, à unidade identitária entre narrador e personagem, de Gennette, ou ainda ao “autor implícito”, de Booth. Assim, narradores e protagonistas: Rodrigo, de *O sol dos trópicos* e Venâncio, de *O velo d'oiro* são verdadeiramente o protótipo de colono idealizado pelo regime e por Galvão, escritor, defensor, nesse período, das ideologias do Estado Novo. No entender de Maria Lúcia Dal Farra (1978:51):

No romance de primeira pessoa, através do discurso do narrador, a ideologia se torna visível, mas por isso mesmo, desde que não há possibilidade de nenhum trânsito semântico livre, pois a avaliação está sempre explícita e garantida pelo discurso do narrador. A continuidade imperceptível de sua voz – que foi impostada pelos direitos que o discurso lhe confere – atravessa as significações mais longínquas da narrativa e de qualquer discurso que ressurja no seu interior, providenciando uma estabilidade ideológica a qualquer proferição.

Logo, no papel de heróis e narradores, Rodrigo e Venâncio serão responsáveis pelo ultra-nacionalismo verificado nos romances, ao exaltarem sua pátria, seu povo, sua cultura, sua religião em detrimento da pátria, da religião, da cultura do outro. Assim, o herói dos romances coloniais, como um ser superior, demonstrará, ao longo da narrativa, características que, em outros romances, aproximariam-no mais do vilão. Eles são preconceituosos, dominadores e autoritários e exprimem a meia boca, não só o modo de pensar do autor, como também, da maioria da população portuguesa.

Nos romances coloniais, os protagonistas confidenciam ao leitor, a visão que têm dos naturais da terra. Essa confissão mais parecida com um sussurro, ou um segredo entre ambos, mostra-nos, além do conceito pré-concebido dos protagonistas em relação aos pretos, a concepção do autor, Henrique Galvão, um profundo conhecedor de África, devido às várias viagens e estadas nas colônias portuguesas, na função de capitão do exército.

Além de narradores homodiegéticos, os romances coloniais de Henrique Galvão apresentam em comum o discurso do colonizador que em nenhum momento dará oportunidade ao colonizado de exprimir suas idéias e opiniões. Para Bhabha (2002:177), *“há uma conspiração do silêncio em torno da verdade colonial, (...) um silêncio mítico, poderoso, nas narrativas do império”*. O silêncio do colonizado pode ser um caminho de mão dupla, pois condenando o colonizado ao silêncio, o colonizador demonstra sua insegurança na relação colonial, ou seja, o silêncio do colonizado pode tornar-se perturbador devido os diversos significados emanados por ele. De acordo com Noa (2002:307), *“o Mesmo representa a Totalidade, o Outro aparece como Infinito. O Outro é, assim, a grande ficção, inatingível, incomensurável, adentro da ficção que é o*

romance colonial”. Além do silêncio plurissignificativo, a imagem de seres autômatos, mais parecidos com bonecos, desprovidos de alegrias ou tristezas, encarados pelo colonizador como elementos “estranhos” à paisagem local também podem configurar, de acordo com Bhabha (2002:105), a ambivalência do discurso colonial, na medida que *“a fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável, como também desordem, (...)”*. Assim, para Bhabha, a criação de estereótipos configura na imagem ambígua que se tem do colonizado, desencadeando a repulsa e atração como representações construídas pelo colonizador. Já Muralis (1982) observa a construção do discurso exótico centralizada inteiramente no colonizador pois,

Revela-o primeiro o facto de que a existência do outro está inteiramente sujeita à vontade de um sujeito observador sem a iniciativa do qual ela nem poderia ser trazida ao campo da nossa atenção. O outro não tem, pois, aqui, existência própria, pois que não existe senão em função da sociedade, das nossas preocupações, dos nossos fantasmas. (p.110)

No decorrer dos romances, verificamos as distinções entre colonizado e colonizador primeiramente pelo encontro e não aceitação do diferente, devido a cor de pele, diversidades sociais e culturais, tomadas pelo colonizador como sinal de sub-cultura, logo, inferior e sujeito à dominação, convalidada pela finalidade do discurso colonial, esboçado a *“apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”*, (Babha 2005:111). Logo, a imagem do outro

impresso nos romances, parte do detentor do discurso, logo do poder. Abaixo, alguns exemplos encontrados nos romances.

O “Dezassete”, sem estranhar a demora que, decerto, era de prever, desembolsou um apito de metal onde soprou rijamente, por várias vezes. E o silvo agudo, vibrado no ambiente silencioso e acalmado, partir a despedaçar-se por caminhos que levavam a poisos de Mukubais, pois não tardou muito tempo que não começassem a aparecer, curiosas e tímidas, com as mãos cruzadas sobre os seios, as primeiras pretas.

Aproximara-se lentamente, parando de quando em quando, hesitantes, meio risonhas, atraídas pelo estendal das mercadorias, como animais de presa pelo iso da armadilha.

Algumas traziam os filhos cavalgando nos quadris.

E também os pretinhos, de olhos espantados, espreitavam sobre o ombro das mães.

Luziam ao sol, que se infiltrava em farrapos através da folhagem, os troncos e as carapinhas cobertos de manteiga.

Eram hediondas, com as suas tetas flácidas como peúgas no estendal, os cabelos a pingarem gorduras fétidas, as bocas grossas e bestiais, de beijos carnudos e estumecidos. (*O sol dos trópicos* p.95,96)

Ou

São todos belos exemplares de quipungos, verdadeiras estátuas de ébano, que o primo Vasco selecionou cuidadosamente. (...) (O velo d'ouro p.54). Sobre esse mesmo grupo, o narrador mais à frente observa: *São dez horas da noite. Em volta de nós ardem três grandes fogueiras. Os pretos, junto delas, têm expressões demoníacas.*(p.65). A respeito das mulheres: *“As mulheres, em geral, são feias e repelentes. Têm um todo e uma expressão animal que repugnam.”*(p.115). Diferentemente das características negativas atribuídas à população, os animais recebem atenção especial e são considerados pelo narrador, como a verdadeira grandeza de África:

O esplendor da África reside todo na exuberância maravilhosa dos seres vivos que a povoam. Estes animais, quer seja a gazela nos seus saltos rítmicos, ou o macaco na sua agilidade destrambelhada, ou o grande paquiderme nas suas violências destruidoras, ou simplesmente as aves nas suas exibições fantásticas de cor, são uma das mais vivas notas desse esplendor.” (p.109)

Se para Henrique Galvão, o esplendor de África está nos animais que podem ali ser caçados, devido o esplendor do imperialismo português, para Lobo Antunes esse esplendor jamais existiu. O título do romance não sanciona a visão colonial de António Lobo Antunes, ao contrário, o sarcasmo e a ironia do título do romance confirmam a degradação do império, da família, dos retornados. Em vez de sublimar o nacionalismo, tema tão caro à pequena nação europeia, irá assegurar que as “verdades absolutas”, no caso de Portugal, acabaram se transformando em grandes dúvidas e questionamentos.

Assim, os narradores demonstrarão seu preconceito comparando o preto a animais, descrevendo as mulheres como seres repugnantes, desprovidas de qualquer

atrativo (como já vimos anteriormente) ou ainda, julgando a cultura do preto inferior, como podemos observar na passagem em que Padre Mateus, de *O velo d'oiro*, confia ao narrador a dificuldade de catequizar os pretos, devido a seus costumes arraigados:

(...) Enquanto vivem aqui praticam e acodem à Missão. Temos casado alguns religiosamente e temos abolido com suavidade velhos costumes de poligamia e outros. Mas tudo isso só dura enquanto por aqui estão. Se se afastam, rapidamente regressam aos seus costumes. Ainda há pouco tivemos aqui um século, casado religiosamente, que veio pedir para o casarmos novamente com mais duas mulheres ao mesmo tempo, oferecendo-nos três bois para realizarmos o enlace. São grandes crianças que ainda não têm alma!(p. 147,148)

Nos romances coloniais, ficamos sabendo atos dos colonizados mediante o discurso indireto erigido pelo colonizador, ou seja, a voz silenciada do colonizado é sugestiva, já que não interessa ao narrador, nem ao leitor saber os desejos, as críticas, as idéias, de uma sub-raça, carente de história, cultura, idéias e fala. Para Memmi (1967: 80 e 81), o colonizador desumaniza o colonizado ao mitificá-lo como um ser desprovido de qualquer distinção positiva, “*se o é, a qualidade concedida procede de uma lacuna psicológica ou ética*”. Outro fator desencadeador da despersonalização do colonizado, de acordo com Memmi é “*a marca do plural. O colonizado jamais é caracterizado de maneira diferencial: só tem direito no coletivo anônimo. (“Eles são isso ... Eles são todos os mesmos”)*”. Logo, além de anulados pelo colonizador, os colonizados,

despersonalizados como o são, não têm também o direito de serem os donos de sua própria história, vivendo assim sob a sombra da história alheia.

4.3 O esplendor de Portugal

Ao contrário dos romances coloniais, nos quais a narrativa é centralizada em apenas um narrador, representante da voz coletiva portuguesa mais a voz silenciada do colonizado, no romance de Lobo Antunes, temos quatro narradores principais representados pelas personagens: Carlos, Isilda, Rui e Clarisse e as diversas vozes que representam. Além destes, há outros narradores-personagem, porém com menor espaço narrativo.

O romance tem seu início e término na véspera do Natal de 1995, quando Carlos convida os irmãos Clarisse e Rui para comemorarem o Natal, após quinze anos de separação. O convite serve de justificativa para os três irmãos iniciarem a narrativa da saga familiar, sob seu ponto de vista pessoal, alternada, porém, pela narração da mãe, que aparecerá em todos os capítulos. A utilização do discurso polifônico (Bakhtin 1997:4 e 5), em *O esplendor de Portugal*, dará ampla liberdade às personagens de exprimirem com sua própria voz, a sua individualidade e as diferentes maneiras de conceber as relações familiares, o colonialismo, o retorno. Num aparente caos, a gradação memorialística, misturada às ocorrências atuais, regerá o romance, ora convergindo opiniões, ora distanciando-as. Para Cristina Robalo Cordeiro (1998:432):

Os quadros desta polifonia de vozes inquietas são eles próprios invadidos por outras vozes – *as de fora*: dos mortos que se recusam a

morrer, dos ausentes que se recusam à ausência, dos outros (todos) que atormentavam a vida (os sonhos e ilusões) de quem vive, e sobretudo ainda as vozes *de dentro*: as que se escondem por detrás da consciência, as vozes dos desejos, dos medos e das angústias, que se recusam ao silêncio e gritam a loucura que espreita em cada obra do ser. De todas estas vozes é feita a voz de cada personagem e por todas elas é habitada (decerto) a do Autor.

No primeiro capítulo marcado pela fala do narrador-personagem Carlos, ficamos sabendo da dificuldade em conviver com sua origem, bem como da vergonha da família em ter no seu meio um mestiço, fruto do relacionamento de Amadeu com uma preta. Segundo Gould: *“A in-exclusão de Carlos no seio da família acarreta um compromisso absurdo entre a verdade interdita e silenciada sobre sua identidade híbrida (sendo qualquer menção proibida entre os criados africanos da casa) e a constante lembrança, sobretudo entre os irmãos e a avó, do seu lugar marginal na família”*. (p.12). Prova disso, é a convivência familiar marcada pela dissimulação. Quando a família recebia alguma visita, Isilda fazia questão escondê-lo e mostrava somente os outros dois filhos: *“(...) a minha mãe que se a Clarisse ou o Rui entravam sozinhos na varanda os chamava, os deixava ficar, os mostrava às convidadas e se era eu as bochechas lhes caíam como se perdessem os maldres e me enxotava numa lufa-lufa antes que pudessem ver-me (...).”*(p.117). Ou mesmo a opção de Carlos, ao preferir a companhia das criadas à de sua mãe: *“(...) a minha mãe teimava que eu não gostava de ninguém senão da Maria da Boa Morte (...).”*(p.42). Isso demonstra o desejo da família de não expor sua presença aos demais. Carlos, por sua vez, nunca soube de maneira clara, a verdade sobre

identidade. Percebe, no entanto, desde de pequeno a rejeição familiar, sentindo-se à vontade somente ao lado de Maria da Boa Morte. Entretanto, ele não rejeita a condição assimilado, devido os benefícios que lhe traz. Talvez, por isso, acredita, na infância, que o relógio era o coração da casa e enquanto estivesse funcionando, não teria de confrontar-se com sua realidade, num eterno adiamento da fantasia de ser um branco. Assim tudo continuaria como estava: “(...) o relógio graças a Deus continuava, continuaria sempre, (...), a África, a minha casa, a minha família eu não só éramos eternos como nada de mal nos aconteceria nunca (...) – Tenham pena de mim e caleme aquele relógio por favor(...)”. (p.64,65). Para Gould: “Carlos, ao rememorar na idade adulta a ilusão infantil, deixa, no entanto, entrever uma ilusão maior: a do projecto colonial português que a retórica estado-novista se encarregara de difundir através das palavras “éramos eternos”. (p.13).

Marcado pela saga de infelicidade, Carlos, assim como os componentes de sua família, não tem um casamento feliz. Desde o início do namoro, observamos seu relacionamento com Lena, menina pobre, do bairro do Marçal, fadado ao fracasso devido à situação marginalizada da moça e o desprezo de Carlos que, envergonhado dessa relação, escondi-a dos colegas. Mais tarde, no apartamento da Ajuda, percebemos, na fala de Carlos, as mágoas vividas pelo casal, pois a Lena não é concedida a voz narrativa: “engordou, pinta o cabelo, queixa-se de não sei quê no coração, (...) a Lena metendo-se entre mim e minha família, a filha de um empregado da Cuca, (....)nunca disse por vergonha a nenhum colega do liceu que namorava com ela (...)” (p.10). Sobre este fragmento, Paula Gândara (2005:3) observa que “Lena funciona como um espelho da personagem que dela fala e que a vergonha não é de Lena mas do sujeito, que a fúria não é perante Lena, mas perante si.”

Outro fator importante na trajetória de Carlos, é o fato de mesmo antes de sair de Angola, ele não evidenciava nenhum interesse pela causa angolana, pelos problemas da população colonizada ou mesmo pela colônia Angola: “(...) *mesmo que os Correios trabalhassem (...) as queixas não alcançariam a Baixa do Cassanje, perdidas de vila em vila (...) até um funcionário numa cubata desconjuntada (...) a deitar por cansaço num vazadouro de entulho ou no rio onde flutuavam os destroços de uma guerra sem nexo (...)*” (p.42). Também não exprime nenhuma relação mais íntima com Portugal, contudo, enquanto espera pelos irmãos que não chegarão para a ceia de Natal, deixa transparecer a saudade de Angola e da família e a sensação de estranhamento em terra lusitana: “(...) *a minha mãe teimava que eu não gostava de ninguém, senão da Maria da Boa Morte mas pode ser que tenha mudado e as pessoas me falem, é difícil morar aqui e ver os morros da Almada, o Cristo, a ponte (...)*” (p.42). Maria Alzira Seixo (2002:521), acredita que para a personagem Carlos “*a deslocalização representa efectivamente a perda da identidade e o silêncio final do apagamento*”. Paula Gândara (2005), numa visão mais ampla, ao tratar o romance como um todo, afirma que em *O esplendor de Portugal*, “*a relação afectiva das personagens radica em Angola, especificamente na Baixa do Cassange, e toda a obra se constrói a partir da perda do lugar de origem*”. (p.1). Certamente conseguimos enxergar, nesse fragmento, um Carlos habitante do não-lugar, amadurecido, ciente de seu desterro, de sua solidão. É um Carlos bem diferente, se compararmos com o perfil de quinze anos atrás, quando expulsa seus irmãos do apartamento da Ajuda e opta por cortar qualquer vínculo que o ligue às terras africanas, a começar pelas cartas da mãe, jamais abertas desde sua chegada, também pelo desejo de se separar de Lena, sua esposa, das máscaras e tudo que elas representam.

Tratado pela família como um incapaz, por conta da epilepsia diagnosticada ainda na infância, Rui, ao contrário do perfil concebido pela família, percebe com muita nitidez toda a realidade circundante, tornando-se assim, uma voz delatora dos acontecimentos, muitas vezes, apenas aludidos pelos outros narradores. Infantilizado pelos familiares, na pretensa incapacidade de comunicação lógica, a personagem vivencia, principalmente na companhia da mãe e da irmã, situações únicas, muitas vezes sigilosas às outras personagens. Para Gould (2005:8), Rui, *“entre as várias personagens do romance em análise há uma profunda consciência da doença, da debilidade, do envelhecimento e da degeneração familiar”*.

Exemplo disso, é o fato mãe aproveitar-se das idas ao médico para se encontrar, em Malanje, com o comandante de polícia:

Quando minha mãe me levava ao médico a Malanje e no fim da consulta me comprava um bolo de creme na pastelaria; em vez de regressarmos logo à fazenda pela estrada da Diamang conduzia o jipe a um bairrozito de vivendas todas iguais nos fundos do quartel, verificava a gola, compunha o cabelo, corrigia a pintura, passava a rolha do perfume no pescoço, pedia-me com uma festa na cara, de olhar mudado

- Fica quietinho e sem fazer asneiras que eu já venho atravessava a rua com um modo de caminhar diferente, mais bonito, mais vagaroso, que resultava dar conta de a minha mãe ser mulher, deixar de ser minha mãe para se tornar mulher de tal forma que me apetecia, como às bailundas, rondá-la, farejá-la, tocá-la, trata-la mal, eu sentado no jipe com o bolo de creme a vê-la atravessar a rua numa

dança que abandonava um rastro de homens suspenso e me mudava o ritmo do sangue, contornar uma das casas, voltar séculos mais tarde já não mulher, minha mãe outra vez mas de pintura fora do lugar e botões trocados, reparar na ausência do brinco, guardar o que tinha na carteira, uma silhueta afastava a cortina mostrando o candeeiro do teto, (...) carregava na alavanca dos faróis por haver noite dentro e fora do jipe, (...) quando virávamos na picada o hálito das plantas atravessava a janela, o hálito do rio, a aldeia, o armazém, o celeiro, a candeia do pátio, o meu pai, os meus irmãos, e a minha avó à nossa espera na sala, o mundo inteiro novamente em ordem, (...) os meus irmãos vasculhavam-lhe a carteira na esperança de caramelos com recheio, encontravam o brinco que a minha mãe não perdera

- Está aqui um brinco mãe

a minha avó interrompia o crochê numa mirada aguda, uma segunda mirada dirigida ao meu pai (...)

a retomar o crochê, a minha mãe acompanhando o olhar da minha avó, a sobressaltar-se, a tornar-se mulher por um instante, a serenar, a ser mãe (...). (p.229,230, 233 e 234).

Ou quando ele e os irmãos vão morar em Luanda, na casa de Alvalade e Clarisse, resolve fazer um aborto, tendo Rui como sua companhia:

- Doem-te os rins não é verdade que te doem Clarisse? (...)

- Amanhã vais comigo ao consultório Rui amanhã o médico tira-me a pedra e fico boa

o médico na parte de Luanda não cidade nem musseque ou ambas as coisas ao mesmo tempo ou nenhuma delas, na parte onde Luanda terminava, prédios ainda mas incabados, barracas já embora com aparência de prédios, edifícios metade tijolo metade madeira (...) habitados por brancos mais pobres que os outros brancos ou seja pobres e pretos mais ricos que os outros pretos ou seja quase miseráveis, (...) no tempo em que Luanda era uma lugar de pântanos e tendas e se passeava as vacas na praia, (...) a minha irmã

- É ali

Como se pudesse existir um consultório ou um médico ou um enfermeiro ou até um servente de hospital num armazém de sacos e arreios com as falhas de reboco disfarçadas com mantas, frangos a entrarem e saírem o buraco da porta, um segundo compartimento vedado com um lençol cheirando a petróleo, a creolina, numa espécie de cama, (...) uma mulher de avental usando o que fora uma touca de asilo (...)

- Esta é a médica dos rins Clarisse?

Clarisse a desaparecer por seu turno na cortina do lençol, (...) a Clarisse afastou o lençol devagarinho no chão de terra a sustentar-se como se o corpo não lhe pertencesse (...)

- Rui

A Clarisse que a médica curara das pedras dos rins (...)

- Rui

sabendo que eu a levaria falando com ela, distraíndo-a, mandando a morte embora, até a casa de Alvalade voltada à baía e aos coqueiros da ilha e acabavam as dores nos rins, o enjôo, os inchaços, os vômitos, o Carlos podia escrever para a Baixa do Cassanje se quisesse, escrever o que lhe desse na gana (...) (p. 210, 211, 213 e 215)

Nos fragmentos acima, percebemos a riqueza de detalhes dadas por Rui sobre os lugares freqüentados pela mãe, a casa do comandante de polícia, e pela irmã, lugar periférico de Luanda, onde Clarisse submete-se a um aborto. É importante ressaltar a pobreza desses lugares habitados por seres marginais ao meio colonial: o comandante, um policial português, consciente de sua situação subalterna na Metrópole, pede transferência para Angola na esperança de uma colocação superior, onde teria poder. Ele atende aos pedidos de Isilda, humilhando Carlos e Amadeu, únicos homens da casa, desprestigiados na imagem de seres inferiores, um como preto, outro, como alcoólatra. Da mesma forma, a mulher que atende Clarisse, exerce sua atividade na presença dos filhos, num local onde a degradação humana, a doença e a marginalização imperam. A voz de Rui, numa clareza não observada e outras vozes que povoam o romance, desconstrói a falsa imagem de integridade da mãe colonizadora, como também a de Clarisse, no seu orgulho de moça burguesa. Por outro lado, mesmo escancarando as portas da casa colonial, Rui mostra-se totalmente dependente das mulheres da família, suas protetoras e fica feliz porque tudo termina bem. No papel inverso, retribui a atenção e cuidado, ao acompanhar a mãe no retorno para casa e ao guiar Clarisse, garantindo assim, a sua própria integridade, pois é consciente de sua doença e dependência.

Em Lisboa, após três anos vivendo com os irmãos e a cunhada no apartamento da Ajuda, Rui e Clarisse são expulsos de lá por Carlos, detentor do direito ao apartamento. Rui, passa então a viver num estabelecimento na Damaia, *“onde recebiam criaturas que estorvavam a família como era o caso, moribundos de câncer, retardados mentais, ceguinhos (...)”* (p.39), fica quinze anos sem ver Carlos e às vezes visita Clarisse nos finais de semana. Percebemos no movimento da personagem Rui o retrato do abandono. Primeiro o abandono do império, representado pelos médicos que indicam o retorno a Angola, o melhor remédio para o seu caso, evidenciando, o incômodo causado pelo retornado, principalmente, no caso de Rui, um doente. Além disso, nos chama atenção o abandono familiar, na figura de Carlos, o homem, que não deixa de ser, assim como Rui, um ser dependente do segredo de sua origem.

Para Gould (2005:9), *“sugere o romance que é na desrazão, no desatino e na loucura, enquanto formas de cegueira à realidade, que Rui encontra a libertação da imagem do esplendor de Portugal”*. Porém, no nosso entender, se por um lado Rui passa por um processo de amadurecimento e encontra libertação da imagem do esplendor de Portugal, radiado na figura de Carlos que o impedia de ser feliz (p.192), por outro, é na idéia da família de Angola que sua identidade, mesmo desatinada, habita, pois quando sai à rua, procura por Carlos, que sabe o caminho de casa (p.41) ou por Clarisse que lhe dava o comando da televisão.

Na voz de Clarisse, a princípio notamos o alívio de ter saído de Angola, distanciando-se da pobreza, dos pretos, da colônia, da já distanciada relação com os familiares; também na Metrópole canaliza um sentimento rancoroso por Lena, que traz as máscaras da Lunda e obriga-a a conviver com África diuturnamente. Não nutre nenhuma simpatia por Lena, ironiza sua situação de assimilada, que encontra no

casamento com Carlos a única maneira de sair da pobreza e satiriza as possíveis esperanças de uma assimilada ao casar-se com um assimilado rico:

o Damião, o Fernando, a Josélia e dois ou três cipaios sorriam da parede em que a Lena os pendurou, de órbitas ocas e lábios ocos (...) aproximei-me do Damião que segredava qualquer coisa divertida acerca da Lena (...) por exemplo que casou com um mestiço por julgar que o pai do mestiço (...) tinha mais dinheiro que o pai dela e uma fazenda melhor que uma casa no musseque sem imaginar que o pai do mestiço (...) possuía apenas uma doença de fígado e uma garrafa escondida no armário, e na sua morte não herdaria nem uma corola de girassol nem uma haste de milho, a dona da fazenda era a madrastra do mestiço que havia de apressar-se a mandá-la de volta à poeira do Marçal e aos tostões contados um a um na venda, para o frango quase pinto dos domingos, (...) a Lena convencida que ia gastar fortunas em vestidos, anéis e cômodas (...), e afinal morava num apartamento de duas assoalhadas na Ajuda (...). (p.257 e 258)

Como podemos observar Clarisse abomina a existência de Carlos, um intruso na família, comprado “*por uma ninharia, como se compra um leitão ou um cabrito, à empregada da Cotonang satisfeito por se ver livre de um impecilho daqueles, sempre sozinho, macambúzio, (...) a escapar-se para a despensa pegado ao avental das criadas (...)*”.(p.267), apresenta reservas em relação à mãe e encerra na figura do pai, se ele não fosse acóolico, a proteção, o amparo, a preferência e as boas lembranças da infância que a sustentam nos contínuos momentos de solidão.

O meu pai agarrou-me a cintura no trilho, pousou-me devagar no chão, ou lhe digo ou peço-lhe que me levante outra vez

- Levante-me outra vez

flutuar num rodopio de pássaros e árvores ao contrário, numa reviravolta, uma vertigem, uma pânico feliz

- Vou cair

como se fosse morrer e não morria que o meu pai segurava-me antes de me magoar na terra, lembro-me do cheiro dele, das mãos dele, da unha aleijada do polegar que não metia impressão, era engraçado sentir o altinho com o dedo, nunca mais atravessamos o terraço em um só pé (...) (p.360)

A respeito da forte ligação de Clarisse ao pai, Ablas (2003:147) comenta que *“Carlos e Clarisse anseiam pela presença do pai, mesmo sendo a figura risível, (...) eternamente se escondendo e parecendo não querer ver o que ocorre ao seu redor, mas que a eles, visto à distância, inspira confiança”*. Gould (2005:11), da mesma forma, sustenta que *“é em Lisboa, (...) que Clarisse vive desintegração social, a alienação e a depressão, (...) em que deseja esquecer a dor presente que aos poucos vai desaparecendo sob o efeito dos medicamentos e dando lugar às memórias de África, da infância e do pai (...)”*. Mesmo vivendo o solitário papel de prostituta que Lisboa lhe oferece, é pela voz de Clarisse que ficamos sabendo das condições de vida dos retornados em Portugal. Assim como ela, todos os outros serão marginalizados, executando o trabalho que os portugueses não querem fazer, e ao mesmo tempo sendo muitos agradecidos pelas oportunidades que lhes são dadas. Sob o olhar crítico de

Clarisse, confirma-se a sina do colonizador antevista pelo avô Eduardo, ao prevenir Isilda do real valor do colonizador em Angola, onde se vive regado de bens e serviços oriundos dos lombos dos colonizados e em Portugal, onde não passaria da condição de “*pretos dos outros*”. (p.243).

Maridos que na Europa seriam lojistas ou serventes e na África cavalos criados, mobília inglesa, automóveis alemães, jantares com o governador, férias em Durban, bolos de noiva das filhas trazidos de Najage, serviços de louças chinesa, galos de cristal em atitude de combate (p.261)

(...)

não é que os africanos não sejam iguais a nós claro que são iguais a nós mais coitados nem português falam vi documentários ótimos os mais objetivos que há sobre África como eles meio nus a comerem aranhas vocês graças a Deus são quase brancos são diferentes tomam ducha com esses baldes giríssimos de furinhos adorava experimentar tomar ducha no meios das bananeiras e assim ter um chimpanzé ou um leão domesticado (...) (p.265)

tirando eu e o major da Força Aérea dos rés-do-chão esquerdo mais ninguém mora neste prédio, a mulher do major não me responde se a cumprimento, bate-me a porta com o nariz julgando que não reparo, a mesma coisa com a dona do açougue, a mesma coisa na tabacaria onde compro os cigarros, as pessoas numa conspiração de sorrisinhos, o enteado da dona do açougue deixa-me bilhetes na caixa do correio

entre extratos de banco e cartões de canalizadores executamos todos os trabalhos, Vamos ao cinema amor? (p.362)

Ao traçar o perfil de Clarisse, (Gould, 2005:10), assinala que sua *“identidade (...) afirma-se, pois, através da negação do estatuto de filha burguesa bem comportada e da rejeição dos espaços familiares do colono em África.”*. Observamos a afirmação de Gould, por meio da percepção de Isilda, ao distinguir na filha algo ruim, que não enxergava nem em Carlos, nem em Rui. Desde pequena, Clarisse apresenta inadequação às tradições familiares de submissão à mãe e aos seus valores burgueses. Um casamento, mesmo infeliz, mas de véu e grinalda, na igreja, com recepção e tudo mais, próprio às moças de família não fazia parte de seus planos. Além disso, Clarisse não se deixa dominar também pelas relações coloniais: vale dizer de sua relação adolescente com o são-tomense no celeiro da fazenda e sua precoce iniciação sexual.

Como não se identifica, *“nem com estatuto de quem procura a ilusão do dinheiro e do poder de querer mandar na tentativa vã de dissimular a sua condição de português-Outro...”* Gould (p. 10), como sua mãe que até a morte, auto afirma-se na qualidade de colonizadora, poderosa a autoritária, *“nem com a identidade de “retornada”* Gould (p.10), destinada a executar trabalhos em lojas e cabeleireiros e seus rígidos horários de trabalho e um possível casamento com um operário de uma oficina qualquer. Dessa forma, resta à Clarisse a condição de prostituta e angolana, papel duplamente marginalizado, que lhe garante, no entanto, condições financeiras oportunas para sustentar seus pequenos luxos e mimos, porém, insuficientes para remover a cristalização das terras angolanas embrenhadas em seu corpo, em sua memória, em seu todo, precário, agora, pela dor do vazio.

Isilda, na condição de chefe de uma família colonial, impõe sua voz a voz silenciada de Amadeu, homem conscientemente comprado “*porque tenho de pagar o preço do que aconteceu na cubata da empregada do refeitório da Cotonang, há anos e anos (...) o preço de Carlos, de um filho mestiço numa casa de brancos(...)*” (*Esplendor de Portugal* p.234 235). Marido português, fraco e débil que não entendia nada de colônia, nem de fazenda e não fazia nenhuma questão de entender “*passou a orientar a fazenda não no campo mas da varanda do primeiro andar, de copo de uísque na mão e mais um litro oculto em cada armário, sem olhar o arroz, o milho, o girassol, o algodão, sem olhar a mim e aos filhos (...)*” (*Esplendor de Portugal* p.55). Como mãe, Isilda subjuga os filhos, dependentes que são de seu dinheiro, de sua condição e de seu teto. Cabe-lhe, pois, a repressão e os raros gestos de carinho aos filhos, exceto a Rui, por ser doente. Nesse sentido, Seixo (2002:346) afirma: “*A ordem familiar parece estar, pois, ligada às ordens da mãe, à sua autoridade como matriarca, dada a demissão do pai das funções de direcção da fazenda, e alternância entre a mãe e a mulher é sentida com incômodo pelos filhos.*”

Como patroa colonizadora, na sua voz ressoará a voz da Metrópole em relação aos colonizados. Amparada pela força colonial, demonstra seu comando, assim como seu pai, castigando seus criados, matando seus contratados, como perpetuação do poder colonial. Daí a manifestação de sua voz colonizadora se dar por meio da força e do medo.

a Josélia que ao regressarmos do cemitério continuou sozinha à chuva,

(...) na manhã seguinte o tratorista veio contar-me que a Josélia permanecia junto à pedra que marcava o lugar, (...) disse ao Damião

para trazê-la e o Damião só regressou ao meio-dia, (...) afirmando que Josélia com pretensões a dona de si própria recusava sair a fim de ajudar a minha mãe, disse ao Fernando

-Vai buscá-la

e antes que se perdessem para sempre os dois no cemitério, entretendo o anjo, tirei-me das tamanquinhas e segui atrás do bailundo, (...) apanhei-o com a boca na botija, (...) a comboiar uma sirigaita para os caniços do rio, o Fernando a perder o sorriso galante

-Não bata senhora

a frase que os palermas repetem quando fazem asneiras

-Não bata senhora

com mais receio do chicote que dos caminhões de gado que viajavam uma semana a fio do Huambo a Luanda de Luanda a Malanje para lhes enfiarem o saco nas unhas e os obrigarem a colher arroz das seus da manhã às seis da tarde a cinco escudos por dia quando pagavam dez de comida e quinze do aluguel da cubata sem mencionar o imposto do Estado, o Fernando a trotar para o cemitério com a tia Encarnação olhando-me por trás do leque, severa, aprovadora, o teu avô nunca consentiu má-criação a um indígena, menina (...). (p.219 e 221)

Ou

Um garoto bailundo de oito ou nove anos com um saco de feijão sob o braço, um só garoto de carapinha descolorida oculto no mato como um texugo, uma cria de doninha, um ouriço (...)a fitar o meu pai

e a fitar-me a mim que roubou um saco de feijão como nos roubou Angola (...). (p.201 e 202)

No entanto, alguns atos violentos de Isilda, o leitor só fica sabendo por meio das vozes e memórias de seus filhos, como por exemplo, a morte do são-tomense, já comentada na voz de Rui, ou ainda, na voz de Clarrisse, a violência contra Maria da Boa Morte, quando esta revela a origem de Carlos. Na voz de Carlos, observaremos como eram tratados os contratados na fazenda de Isilda:

(...) o administrador teimava que agonizavam de propósito, introduzia um cubo de gelo no ânus do soba para servir de exemplo mas na quarta-feira já o soba

-um homem com uma saúde de ferro minha senhora é o espírito de contradição destes camelos (...)

agüentavam um mês no máximo mesmo fortalecidos a clisteres e quinino, a minha mãe entendeu –se com o administrador de Dala Samba e passou a contratar bundi-bângalas que embora fossem mentirosos e lentos, sempre duravam um bucadinho mais, havia quem suportasse a safra inteira mas não podia ir embora a chocalhar o esqueleto porque as despesas na cantina nos devia a vinte safras seguintes no caso de semear de graça e não comer, os cipaio conservavam-lhes um ou dois filhos na cadeia para assegurarem que permaneciam conosco, um bocado enfraquecidos, é claro, mas dispostos ao trabalho, aos sábados mostravam-lhes os meninos de longe pelas grades (...). (p.17)

Isilda, segundo Gould (2005:6), “*contaminada tanto pelo paternalismo como pelo racismo, (...) busca claramente reivindicar os direitos portugueses sobre a terra angolana, reduzindo a resistência africana à acção individual de uma criança (...)*”. Como já observamos no capítulo anterior, Isilda, mesmo na sua fracassada trajetória de fuga, não deixará de utilizar a voz autoritária do colonizador, ao repetir em diversas situações a legítima posse da terra e de tudo o que nela há, inclusive a voz do colonizado, só ouvida em atitude de subserviência.

CONCLUSÃO

A independência do Brasil, no início do século XIX, além de representar um grande problema econômico para a nação portuguesa, provocou também uma verdadeira celeuma entre os portugueses, dependentes, desde o século XVI, das riquezas oriundas do além mar. A perda do Brasil, no entanto, não trará aos portugueses a inspiração necessária de buscar em suas próprias terras, no continente europeu, meios justos e honestos de se auto-sustentarem. O fato provocará na elite portuguesa um sentimento emergencial de conhecer suas colônias africanas, que até então mereceram alguns milhares de homens, responsáveis em manter o controle da saída de escravos para as Américas.

Assim, observamos a importância do Brasil para gerações de portugueses que aqui se instalaram e fizeram fortuna. Parte desses rendimentos eram transferidos para a coroa portuguesa em forma de impostos e o que sobrava era dividido entre a família colonizadora, como também com familiares residentes em Portugal. Sem contar a invasão napoleônica que provocou a fuga da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, provando assim, que o único destino plausível no imenso império não poderia ser as isoladas e degradantes terras africanas, tidas somente como fontes de mão-de-obra.

Segundo Allencastro e Costa e Silva, os contingentes humanos eram dizimados em quase cinquenta por cento, se considerarmos desde o momento da captura, no interior longínquo de Angola até a chegada aos portos da América do Sul. Dada a realidade desses números, podemos ver no *Navio Negreiro*, de Castro Alves, apenas

uma pitada do horror desse processo, que evidencia a verdadeira face da “orgulhosa” e “bem intencionada” “civilização” do velho mundo.

Diante desses motivos, é razoável considerar a dor da insonhável perda do Brasil, que certamente configurava no imaginário português como uma posse *ad eternum*. No entanto, os rumos da história foram outros e a elite portuguesa consciente da necessidade de se conhecer a realidade africana, inicia estudos conduzidos em grande parte pela Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em meados do século XIX, especificamente para isso, uma vez que Portugal não estava sozinho no, então chamado imperialismo de mercado. Conseqüentemente o semblante português toma novos ares e o espírito imperialista encontra, no início do século XX, mais propriamente com o implemento do Estado Novo, sob o comando de Oliveira Salazar, motivações necessárias para a expansão da colonização em África. Para este fim, os responsáveis pela propaganda ideológica, instituída neste período, utilizam diversos meios de comunicação para sua difusão. Dentre eles, a Literatura Colonial figurará entre as mais duradouras.

Henrique Galvão, capitão do exército e escritor, garantiu em suas narrativas a continuidade de Portugal no espaço angolano, onde os colonizadores chegavam e se apropriavam das terras, como vimos nos dois romances estudados neste trabalho. Procurou também, reafirmar no espírito desses colonizadores, Venâncio e Rodrigo, a facilidade histórica dos portugueses de se colocarem na posição de comando diante da total subserviência dos pretos, que viam nos colonizadores verdadeiros parceiros.

Influenciados pela propaganda e pelos benefícios garantidos pelo Governo, muitas famílias portuguesas rumam para colônias, e, ao contrário dos heróis colonizadores de Galvão, cometem verdadeiras atrocidades, sujeitando o povo angolano

a contratos perversos, que asseguravam apenas os seus interesses particulares e conseqüentemente os metropolitanos.

Além da dominação espacial, em nossa opinião, elemento preponderante da literatura colonial, também observamos a construção da casa portuguesa sob dois aspectos. O primeiro deles seria a construção da casa ideológica, ou seja, aquela edificada pela firme vontade dos nossos protagonistas de solidificarem em Angola o espírito português, que pouco a pouco vão concebendo em seu íntimo, como se necessitassem de uma auto-afirmação de que realmente estavam em solo lusitano. Outro aspecto dessa edificação está atrelado ao conseqüente estabelecimento das fazendas, que nos dois romances são construídas sob um terreno pujante, composto de idealismo, força e fé.

Chamou-nos atenção também o silenciamento dos negros que nenhuma voz têm no decorrer dos romances, a não ser por expressões monossilábicas ou pela intervenção do narrador que consegue enxergar em seus gestos, o quanto admiravam o colonizador, colocando-se assim, sob sua total dependência. As vozes dos narradores protagonistas também reiteram a superioridade, o orgulho de uma raça nascida para dominar aqueles que eles julgam ser criaturas próximas do símio. Nesse sentido, compartilhamos da opinião de Noa (2002:296) que assim vê a questão do narrador:

Trata-se, na verdade, de um entrelaçado de imagens especulares em que o olhar, em vez de captar o ser sobre o qual se fixa na sua integridade, se conjuga com um conjunto apriorístico de caracteres ideologicamente marcados e cristalizados de tal modo que o Outro emerge como projeção de uma deformação predeterminada.

Logo, se o outro, colonizado, é projetado nos textos coloniais como sujeitos deformados, por ainda estarem num processo de transição, o colonizador, por sua vez, reflete a imagem de um povo que conhece muito bem os seus objetivos e o seu papel histórico, enredado em mitos historicamente responsáveis pelo ser português. Essa questão colocada como eixo na propaganda do Estado Novo garantirá a simpatia de grande parte do povo, ainda devoto à mística que ainda envolve a cultura portuguesa.

Assim, no decorrer das narrativas coloniais, percebemos o discurso sendo construído de maneira a justificar a presença do colonizador como absolutamente necessária. Tidos como crianças grandes, irresponsáveis, logo sem condições de dirigirem suas vidas, os colonizados necessitam de um direcionamento que só os colonizadores poderiam dar. Assim, justifica-se apropriação dos espaços, como também a subserviência do colonizado. Nesse sentido, acreditamos que podemos aplicar ao discurso de *O velo d'ouro* e *O sol dos trópicos* alguns pontos levantados por Bhabha (2005:111) para caracterizar o discurso colonial que segundo o autor “*se apóia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para os “povos sujeitos” através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma fórmula complexa de prazer/desprazer.*”

Foi importante verificar em nossas pesquisas o pouco interesse que essa literatura causou nos meios acadêmicos portugueses, provando, como já colocamos no início, a dificuldade portuguesa de lidar com o tema colonialismo, tanto no aspecto histórico como literário. No entanto, acreditamos que a ferida tem de ser tocada, pois curada jamais será, uma vez que, mesmo passados mais de trinta anos da Independência

das ex-colônias, os discursos e ações correntes, não só em Portugal como em outros países, em relação às nações africanas continuam se valendo da exploração da terra e da mão-de-obra. Vale citar, ainda, uma outra opinião de Francisco Noa (2002) sobre tal desinteresse.

Temos consciência de que do ponto de vista de muitos espíritos, corre-se o perigo, com esta pesquisa, de desenterrar questões que não são muito bem vindas pela incomodidade que provocam na actual conjuntura em que os discursos, oficiais ou não, são dominados pelo império terminológico da globalização, cooperação, solidariedade, parceria, intercâmbio, encontro de culturas, etc., que valem, na maior parte das vezes, mais pelo seu efeito demagógico do que como materialização de acções concretas. (p.25)

Em contrapartida, António Lobo Antunes, no romance, *O esplendor de Portugal*, mostra um pouco da realidade colonial desconhecida por muitos portugueses e acaba tocando em feridas ainda abertas. Desta forma, tanto Lobo Antunes como outros autores contemporâneos cumprirão, em meio aos enredos de suas narrativas, a função de contar a história portuguesa, a partir liames que a própria história ainda não digeriu. Isabel Allegro de Magalhães (1995: 196) acredita que muitos “*momentos da história portuguesa, remota ou recente, tornam-se tópico principal*” em diversos romances escritos pós 74, e “*num tom sarcástico ou irônico, com expressões doloridas ou de pura desilusão (...) recuperam memórias colectivas, que ora são ficcionalizadas ora vistas à luz de uma outra dimensão, mágica ou fantástica*”.

Em *O esplendor de Portugal*, verificamos claramente essa questão. A situação histórica das personagens do romance, ao contrário do exposto nos romances coloniais, demonstra a desilusão dos colonizadores em relação à pátria. Mesmo assim, não deixam de aproveitar da autoridade que lhes é conferida nas colônias, subjugando violentamente os povos colonizados. Já na situação de retornados, os ex-colonizadores encontram uma pátria que não os quer de volta, “*voltam à procura de sua terra: Portugal. Mas essas chegadas, aparentemente o termo do círculo cumprido de uma viagem, ou o seu fim feliz, resultam na chegada a nenhum lugar, ou ao mesmo e esvaziado local de partida.*” (Magalhães 1995:196).

Esse esvaziamento do retornado no espaço português gerará nas personagens do romance a inadaptação à ex-metrópole, pois em diversos momentos da narrativa, as lembranças das situações vividas nas colônias, bem como os papéis que lá exerciam, acabam por refletir o ponto de apoio dessas personagens, fadadas a uma vida esvaziada de sentimento e aspirações futuras, na medida que centralizam sua existência no passado colonial.

Assim, acreditamos que não seria exagerado comparar a condição dos retornados, de *O esplendor de Portugal*, à condição dos assimilados nas colônias. Se nas colônias, os assimilados, mesmo cumprindo todas as exigências da empresa colonial, jamais poderiam alcançar a mesma posição do branco, em Portugal, o retornado, no que tange o romance, também não ascenderá a total condição de português. Em seu passado, o ranço da história surgirá como empecilho, fazendo com que não se esqueça da sua condição de branco de segunda, ser híbrido, entranhado em África.

Para finalizar, podemos ainda constatar nos três romances estudados neste trabalho, que a auto-realização das personagens e sua pretensa felicidade, nunca esteve

atrelada a sua existência no pequeno retângulo, situado na esquina da Europa. Seus feitos pessoais e coletivos apoiaram-se fundamentalmente naquilo que desempenharam fora desse perímetro, demonstrando assim, no decorrer das narrativas, a necessidade pessoal de enxergar-se além de suas fronteiras, onde poderiam demonstrar seus grandes feitos. Em Portugal avistamos as personagens apenas como seres opacos, perdidos, ora sonhando com o além fronteiras, ora vivendo de lembranças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Augusto do Santos. Sobre “Literatura colonial”. In: *Seara Nova*, do nº 1099 ao nº 1120 – Janeiro a Junho de 1949.
- ADORNO, Theodor W. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Livraria Duas Cidades e Editora 34, 2003.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1969.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes, formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.). O império africano 1825-1890. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. De Oliveira (direcção). *Nova história da expansão portuguesa – Volume X*. Lisboa: Estampa, 1998.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil/Novas Áfricas*. Porto: Afrontamento, 2000.
- AMARO, Rogério Roque. “Ei-los que voltam” – Problemas e desafios do regresso dos emigrantes. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Maio de 1985.
- Colóquio Portugal 1974-1984 – Dez anos de transformação Social. Coimbra, auditório da Reitoria da Universidade, 7 a 9 de dezembro de 1984.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1966.
- ANTUNES, António Lobo. *O Esplendor de Portugal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BACHELARD, Gaston. A casa natal e a casa onírica. In: *A terra e os devaneios do Repouso; Ensaios sobre as imagens da intimidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

- _____. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BALANDIER, Georges. A Noção de situação colonial. In: *Cadernos de Campo*,
Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São
Paulo. Ano III, nº 3, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense
Universitária, 1997.
- _____. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo:
Hicitec, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, polifonia,
intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BRAGA, Paulo. Grandeza e humilhação da Literatura colonial. In: *Seara Nova*, do nº
505 ao nº 528 – Abril a Setembro de 1937.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural,
1975.
- BLANCO, Maria Luisa. *Conversas com António Lobo Antunes*. Lisboa: Dom Quixote,
2002.
- BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURNNEUF, Roland e OUELLET, Réal. *O universo do romance*. Coimbra:
Almedina, 1976.
- BUTOR, Michel. *Repertório*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CABAÇO, José Luís e CHAVES, Rita. Frantz Fanon: colonialismo, violência e

- identidade cultura. In: ABDALLA JÚNIOR, Benjamin (org). *Margens da Cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- CHAGAS, Manuela Duarte. *O eu ao espelho do outro: Portugal revisitado em O Esplendor de Portugal*. Disponível <
<http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeI/>> Acesso em: 16/05/2005.
- CHAVES, Rita. Colonialismo e vida literária no império português. In: *Literatura e Sociedade*, Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH, da Universidade de São Paulo, nº 6, 2001-2002.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.
- _____. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional. 2002.
- CORDEIRO, Cristina Robalo. Recensão do romance *O Esplendor de Portugal*, de Antonio Lobo Antunes. In: *Revista Colóquio de Letras* 149/150 (Julho a Dezembro de 1998): 431, 432.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. *O narrador ensimesmado*. São Paulo: Ática, 1978.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, João. Literatura Colonial. In: *Seara Nova*, do nº 837 ao nº 856 – Agosto de 1943 a Janeiro de 1944.
- FERREIRA, Manuel. *O discurso no percurso africano I: contribuição para uma*

- estética africana*. Lisboa: Plátano, 1989.
- _____. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo, Ática, 1987.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História literária de Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- FOSTER, Edward M. *Aspectos do romance*. São Paulo: Globo, 1998.
- GALVÃO, Henrique M. *O velo d'oiro*. Lisboa: Livraria Popular. s/d.
- _____. *O sol dos trópicos*. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1936.
- GÂNDARA, Paula. *O Esplendor de Portugal ou a fragilíssima consciência do ser*. Disponível em < <http://www.plcs.umassd.edu/plcs12texts/gandara.doc> > Acesso em: 03/07/2005.
- GARCIA, José Luís Lima. A idéia de império na propaganda do Estado Novo. In: *Revista de História das Idéias* nº 14. Faculdade de Letras – Instituto de História e Teoria das Idéias – Universidade de Coimbra, 1992.
- GENETTE, Gerard. *Discurso da Narrativa*. Lisboa: Vega/Universidade, s/d.
- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOMES, Álvaro Cardoso. *A voz itinerante*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GOULD, Isabel A. Ferreira. *Ficções do Eu Colonial e Pós-Imperial: Memória, Identidade e Família em O Esplendor de Portugal*. Disponível em <<http://www.plcs.umassd.edu/plcs12texts/ferreiragould.doc>> Acesso em: 03/07/2005.
- HAMILTON, Russel. A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial. In: *Revista Via Atlântica*/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo- nº 3: São Paulo, 1999.

- KAISER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária*. Coimbra: Armênio Amado, Editor, Sucessor, 1976. (Desta edição fez-se uma tiragem especial de 2.000 exemplares para a Livraria Martins Fontes – São Paulo – Brasil.).
- MEDINA, João (Org.). *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube, 1993. vol. XIII.
- LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.
- LOURENÇO, Eduardo. Crise de identidade ou ressaca “imperial”? In: *Revista Prelo*, Número 1, Outubro/Dezembro 1983.
- _____. Triste África. In: *Canto do Signo: Existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994.
- _____. Literatura e revolução. In: *Canto do Signo: Existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994.
- _____. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *O Labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2001.
- _____. Os girassóis do império. In: FERREIRA, Ana Paula e RIBEIRO, Margarida Calafate (Orgs). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- LUBBOCK, Percy. *A técnica da ficção*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LUCAS, Maria Manuela. A idéia colonial em Portugal (1875-1914). In: *Revista de História das Idéias nº 14*. Faculdade de Letras – Instituto de História e Teoria das Idéias – Universidade de Coimbra, 1992.
- LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. In: *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

- MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O sexo dos textos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- MATA, Inocência. O texto colonial: uma questão estético-ideológica. In: *Silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar Além, 2001.
- MARQUES, A. H. Oliveira (Coord). O Império africano: 1890-1930. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (Direção). *Nova história da expansão portuguesa. Volume XI*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MARQUES, A. H. Oliveira. *O ultramar no século XX*. In: *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes*. Lisboa: Palas, 1981.
- MEDEIROS, Paulo de. Casas assombradas. In: FERREIRA, Ana Paula e RIBEIRO, Margarida Calafate (Orgs). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- MEDINA, João. A ditadura portuguesa do “Estado Novo” (1926 a 1974): síntese de ideologia e mentalidade do regime salazarsita-marcelista. In: TENGARRINHA, José (Coordenador). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MENDILOW, A. A. *O tempo e o romance*. Porto Alegre: Globo, 1972.
- MOURALIS, Bernard. *As Contra-Literaturas*. Coimbra: Almedina, 1982.
- MUIR, Edwin. *A estrutura do romance*. Porto Alegre: Globo, s/d.
- NOA, Francisco. Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso. In: *Revista Via Atlântica/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - nº 3: São*

- Paulo, 1999.
- _____. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2002.
- PAULO, Heloísa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil – O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994.
- PEREIRA, Miriam Halpern. A política de imigração portuguesa (1850-1930). In: TENGARRINHA, José (Coordenador). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- REIS, Carlos. Trajectos e sentidos da ficção portuguesa contemporânea. In: *Camões – Revista de letras e Culturas Lusófonas*. Lisboa: Instituto Camões, Abril/Junho 1998.
- REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RIBEIRO, Antonio de Sousa. Configurações do campo intelectual português no pós-25 de Abril: o campo literário. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 1993.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta, 1928 – 1938*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- _____. O marcelismo e a crise final do Estado Novo. In: *Portugal e a Transição para a democracia (1974-1976) – I Curso Livre de História Contemporânea*, Organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova Lisboa – Coordenação científica de

- Fernando Rosas. Lisboa: Colibri, 1998.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. O papel público dos escritores e intelectuais. In: *Cultura e Política*.
São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio do livro. In: FANON, Frantz. *Condenados da terra*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
- SECCO, Lincoln. *A revolução dos cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SEIXO, Maria Alzira. *A palavra do romance: ensaios de genologia e análise*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- _____. *Os Romances de António Lobo Antunes: análise, interpretação, resumos e guiões de leitura*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.
- SERRANO, Carlos. Angola: O discurso do colonialismo e antropologia aplicada. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, USP, São Paulo, 14-15 (1): 15:36, 1991-1992.
- SILVEIRA, Jorge Fernandes da (org). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALLA JÚNIOR, Benjamin (org). *Margens da Cultura: Mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- TACCA, Oscar. *As vozes do romance*. Coimbra: Almedina, 1983.
- TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *A Guerra colonial e o romance português*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

_____. *A Guerra e a Literatura*. Lisboa: Vega, 2001.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (Org.) *A guerra do ultramar: Realidade e ficção*. Livro de Actas do II Congresso internacional sobre a Guerra Colonial. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.

TRIGO, Salvato. Literatura colonial – Literaturas africanas. Comunicação apresentada no Colóquio sobre “Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Identidade Nacional”, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, de 10 a 13 de julho de 1985. In: *Ensaaios de Literatura Comparada Afro-luso-brasileira*. Lisboa: Vega, s/d.

VECCHI, Roberto. Das relíquias às ruínas. Fantasmas imperiais nas criptas literárias da Guerra Colonial. In: FERREIRA, Ana Paula e RIBEIRO, Margarida Calafate (Orgs). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito do capitalismo”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar, a partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.